

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARILENA KAIZER ROSSIGNOLI

RECICLAGEM, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE:
interlocuções da vivência numa associação de catadores

JUIZ DE FORA

2016

MARILENA KAIZER ROSSIGNOLI

RECICLAGEM, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE:
interlocuções da vivência numa associação de catadores

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, área de concentração “Educação Brasileira: Gestão e Práticas Pedagógicas”, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristhiane Carneiro Cunha Flor
Co-orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Dias Menezes

Juiz de Fora
2016

MARILENA KAIZER ROSSIGNOLI

**RECICLAGEM, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE: *interlocuções da
vivência numa associação de catadores***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, área de concentração “Educação Brasileira: Gestão e Práticas Pedagógicas”, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: ____/____/____.

Prof.^a Dr.^a Cristhiane Carneiro Cunha Flor (Orientadora)
Programa de Pós-graduação em Educação, UFJF.

Prof. Dr. Paulo Henrique Dias Menezes (Co-orientador)
Faculdade de Educação, UFJF.

Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto
Programa de Pós-graduação em Educação, UFJF.

Prof. Dr. Paulo Cesar Pinheiro
Programa de Pós-graduação em Educação, UFSJ.

*A Deus, fonte de toda sabedoria.
Aos meus pais, Maria Helena e Mário,
fontes de inspiração e luz em minha vida.
À minha família, principalmente sobrinh@s,
Pelos quais aspiro por uma sociedade mais digna e humana.
Aos catadores de materiais recicláveis que,
“com a nobreza de nada destruir, e sim adaptar, mostram para o mundo que é possível
governá-lo de outra maneira, com respeito e gratidão à vida”.*
(Danielle Mitterrand, ex-primeira dama da França, 2011)

AGRADECIMENTOS

Como agradecer sem antes lançar mão da reflexão, abaixando a cabeça em gratidão a Deus por ter atendido a cada súplica de coragem, força e determinação?

À família que me foi concedida por Deus, obrigada por ser sempre suporte nas horas em que mais precisei. Obrigada pela confiança e compreensão nos momentos de ausência, em especial aos meus pais, que sempre foram exemplo de luta por ideais. Meu pai, que tanto sonhou com esse projeto de vida, tenho certeza que, neste momento, comemora comigo em outro plano. À minha mãe, pelas orações, sonhos, alegrias proporcionadas e pela tolerância nos momentos de aflição. Sem vocês, eu nada seria...

Aos orientadores, os quais Deus, gentilmente, colocou no meu caminho. Ao Paulo, que desde 2011 vem me acolhendo com enorme generosidade e disponibilidade. Devo-lhe, muito mais que um “obrigada”, mas a responsabilidade do olhar crítico, da sensibilidade para ver além em mundo cheio de certezas e preconceitos. À Cris, por sempre acreditar nas minhas mudanças, que me ensinou, pacientemente, a virtude da pluralidade de vozes e olhares. Obrigada a vocês que, de mãos dadas, com carinho, suportaram meus momentos de angústia, de aflição e me conduziram gentilmente pelos trilhos da calma, da leveza e do amor ao próximo, acreditando sempre que esse dia chegaria e que dias melhores virão.

À família que dei a sorte de poder escolher: meus amigos, de hoje e de ontem, irmãos de alma. Ah, caros, agradeço pelo companheirismo e pela compreensão diante do “não, hoje não posso”. À Mari, querida amiga, pela revisão deste trabalho. Obrigada aos amigos do PPGE, em especial Andréia, Ana Paula, Ana Lúcia e Tatiana, por tudo, principalmente pela força nos momentos iniciais do mestrado e da pesquisa. Aos filhos da Cris: Denise, Wallace e Nielsen, que estiveram sempre por perto, fortalecendo e animando! Com certeza, vocês tornaram essa caminhada mais leve e cheia de graça.

Ao André Mоторo que, em um gesto de simplicidade e humanidade, mesmo sem conhecer, se dispôs a elaborar o croqui da APARES. Muito obrigada!

Às fof@s da SMA, Ederwanda, Clarete, Solange, Marília e Gisele, agradeço pelos conhecimentos compartilhados e pelos dias de paz, parceria e muita alegria. À Marília e Gisele agradeço, ainda, pelas autorizações para ausência e pela paciência nas diversas situações. Sem vocês, nada disso seria possível. Aos demais amig@s, obrigada pelo carinho nos dias de cansaço.

Aos caros professores do PPGE e da graduação que, com sabedoria, compartilharam conhecimentos que muito contribuíram para o amadurecimento pessoal, profissional e

acadêmico. Ao professor Bruno Milanez, que se disponibilizou inicialmente para auxiliar nos primeiros passos da pesquisa.

Aos membros da banca de qualificação que não puderam estar na defesa, pela atenção com a qual se dedicaram à leitura inicial e aos apontamentos para continuidade da pesquisa.

À banca de defesa, obrigada pela disponibilidade, generosidade e atenção criteriosa a estas ideias que por agora defendo.

E aos queridos catadores, com os quais tive a incrível oportunidade de conviver e que me proporcionaram construir novas configurações de mundo e das relações que nele são tecidas.

Por fim, agradeço aos que por aqui descansarem o olhar e a atenção. Espero, de coração, que este caminho possa ser seguido mais vezes, como foi por mim e pela maioria dos autores que embasaram este trabalho, trazendo novas experiências e percepções à justa natureza das coisas.

Meu muito obrigada a todos que, de alguma forma, contribuíram para esta pesquisa.

CATADORES DE MATERIAIS

Walter Frantz

É cedo?
Ou tarde?
Estão cansados?
A poucos importa.
Há, pois, quem os suporta!
São os catadores de materiais.
Integrar-se pelo trabalho
ao ritmo da economia,
eis a sua ousadia!
Ao catarem os materiais,
esperançosos,
os catadores
catam dores
pelos caminhos
dos consumidores,
pecadores ambientais!
Catam as dores da natureza,
do pecado original dos capitais,
transformado em feridas doloridas
em marcas indeléveis
nos corpos frágeis
dos excluídos
banidos.
Unidos
associados,
conscientizados,
à cata de vida perdida,
os catadores de materiais
reciclam as dores ambientais.
Assim, como as águas das fontes
transformam-se em muitas pontes
para devolver à vida
consciência perdida
nas profundezas
do consumo
sem rumo.

RESUMO

Em meio a tramas e dramas, a reciclagem se desenhou como objeto de investigação neste estudo por incitar uma série de inquietações a respeito de um sistema que privilegia grandes empresas e aprisiona os catadores numa teia de relações entre discursos políticos, econômicos e educacionais que os imobiliza em torno de um estado posto com poucas perspectivas de mudança e ascensão social. Assim, na tentativa de superar alguns julgamentos preconcebidos e compreender as numerosas potencialidades formativas da reciclagem, debruçada ora sobre a teoria, ora vivenciando a prática, foi possível entender um pouco mais sobre as questões centrais que permeiam esse tema, situando-o como um campo de tensão entre meio ambiente, sociedade e educação que necessita de intensas discussões a fim de superar a visão reducionista da questão da destinação do lixo, seja na escola ou fora dela. Neste trabalho, após traçar uma breve perspectiva histórica, abordar algumas questões técnicas, e revisar a literatura sobre o tema, debruço-me mais especificamente sobre a tarefa de procurar entender o papel dos catadores na amaranhada trama que permeia o processo de reciclagem de resíduos sólidos. Trilhando o caminho da Teoria da Ação Dialógica descrita na Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire e da Etnografia, desenho o percurso metodológico da pesquisa a partir da imersão em uma Associação de Catadores de Papel e Papelão. A análise dessa experiência me remete a cinco episódios que retratam os cinco primeiros dias de convívio com catadores: Respeito; Superação; Frustração; Alteridade; e Política. A partir dessa análise, procuro elucidar possíveis interlocuções entre reciclagem, meio ambiente e educação, orientada pelo olhar de sujeitos que têm a reciclagem como profissão e meio de subsistência. Os resultados deste estudo me permitiram desconstruir concepções e mitos que permeiam a forma como lidamos com o ideário da reciclagem preconizado pela sociedade, dentre as quais destaca-se: a inoperância dos projetos de educação escolar que abordam a reciclagem apenas pelo viés da separação do lixo; o enviesamento do olhar para o meio ambiente orientado apenas pelo ideal de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade; e os interesses políticos e econômicos que norteiam as ações de reciclagem apenas para o cumprimento de metas estabelecidas internacionalmente.

Palavras-chaves: reciclagem, catadores, CTS, educação, meio ambiente.

ABSTRACT

Amid schemes and dramas, recycling was designed as object of investigation in this study for inciting a series of concerns on a system that favors big corporations and imprisons the garbage collectors on a web of links among political, economic and educational speeches that immobilizes them around an imposed state, with little prospect of change and social rise. Therefore, in an attempt to overcome any preconceived judgement and to understand the high formative potential of recycling, sometimes leaning on theory or sometimes experiencing practice, it was possible to understand some of the main issues that permeate the subject, placing it as a field of tension between environment, society and education, which requires intense discussion in order to overcome the reductionist view on the issue of garbage disposal, whether at school or outside of it. This paper, after tracing a brief historical perspective, approaching some technical issues and reviewing literature on the subject, focuses specifically on the task of understanding the role of garbage collectors in the tangled plot that permeates the solid waste recycling process. Through the Dialogical Action Theory described in Paulo Freire's Pedagogy of the Oppressed and Ethnography, the methodological research path is designed from an immersion in the world of the Collectors of Paper and Cardboard Association – APARES. The analysis of this experience refers to five episodes portraying the first five days with the collectors: Respect; Overcoming; Frustration; Alterity and Politics. From this analysis, we seek to enlighten a possible dialogue between recycling, environment and education, guided by the perspective from individuals who have recycling as a profession and means of living. The results of this study allowed to deconstruct conceptions and myths that permeate the way we deal with recycling ideals advocated by society, among which stand out: the ineffectiveness of educational projects that approach recycling as merely waste sorting; the biased look at the environment, guided solely by the ideal of sustainable development and sustainability; and the political and economic interests that lead to recycling actions simply for the compliance of internationally established goals.

Keywords: recycling, garbage collectors, education, environment.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

ILUSTRAÇÃO 1: CROQUI DA APARES	83
--------------------------------------	----

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: FACHADA DA APARES – ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE PAPEL E RESÍDUOS SÓLIDOS DE JUIZ DE FORA	72
IMAGEM 2: ELIZA TRABALHANDO SENTADA EM ALGUNS MOMENTOS.....	85
IMAGEM 3: FOTOS DO DEPÓSITO	88
IMAGEM 4: FLÁVIA EM MOMENTO DE DESCONTRAÇÃO DURANTE A SEPARAÇÃO DE MATERIAL.	91
IMAGEM 5: IRIS EM TRABALHO	95
IMAGEM 6: CRISTINA SEPARANDO	97
IMAGEM 7: VISITA COM CRISTINA A DONA SEBASTIANA.	111
IMAGEM 8: CIDA, PEDRO, FLÁVIA, JÚLIO E EU EM UM DOS DIAS NO DEPÓSITO.	114
IMAGEM 9: EU E FLÁVIA NA INSTITUIÇÃO “SOPA DOS POBRES”	127
IMAGEM 10: SEVERINO ORGULHOSO DO SEU UNIFORME NO EVENTO EM BELO HORIZONTE.....	131

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: TABELA COM AS CATEGORIAS, SUBCATEGORIAS, REVISTAS, NÚMERO DE ARTIGOS E AUTORES.....	32
QUADRO 2: INDICATIVOS DA PNRS PARA A INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	57
QUADRO 3: VANTAGENS ECONÔMICAS, AMBIENTAIS E SOCIAIS DA RECICLAGEM.....	59
QUADRO 4: QUADRO DOS DIAS, AÇÕES E SUJEITOS DA PESQUISA.....	77

LISTA DE SIGLAS

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

APARES – Associação de Catadores de Papel e Resíduos Sólidos de Juiz de Fora

ASCAJUF - Associação Municipal dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Juiz de Fora.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEMPRE - Compromisso Empresarial para Reciclagem

CMRR – Centro Mineiro de Referência de Resíduos

CTS – Ciência, Tecnologia e Sociedade

DEMLURB – Departamento Municipal de Limpeza Urbana

EA – Educação Ambiental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	9
1.1 Breve Relato da Minha Trajetória Acadêmico-Profissional.....	9
1.2 A Aproximação com a Abordagem CTS.....	12
2 CONTEXTUALIZANDO A RECICLAGEM NA HISTÓRIA.....	19
3 INTERLOCUÇÕES ENTRE RECICLAGEM E EDUCAÇÃO: UM BREVE PANORAMA	31
3.1 Educação – Educação Ambiental e Enfoque CTS.....	33
3.1.1 Educação Ambiental.....	33
3.1.2 O Enfoque CTS na Educação Escolar	40
3.2 “Meio Ambiente” – Sustentabilidade e/ou Desenvolvimento Sustentável	43
3.3 Sociedade – Catadores.....	47
4 ARTICULANDO FATOS E DADOS: APROXIMAÇÕES COM O ENSINO	58
5 PERCURSO METODOLÓGICO	63
5.1 Esboçando um Desenho Metodológico	70
5.2 Definição do Campo de Estudos	71
5.3 Aproximando-me do Campo de Estudos.....	74
5.4 Sujeitos da Pesquisa	78
6 NARRATIVAS E ANÁLISES: CONTEXTUALIZANDO VIVÊNCIAS E EXPÊRIÊNCIAS 81	
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
8 REFERÊNCIAS	139

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Breve Relato da Minha Trajetória Acadêmico-Profissional

As lentes que hoje uso para observar, entender e reagir ao mundo advêm de um longo processo de estar nele, com idas e vindas, vitórias e derrotas, alegrias e tristezas. Enfim, encantos e desencantos. A proposta da escrita dessas memórias soou como um desafio, afinal, é algo similar à tessitura de uma colcha de retalhos, que se deseja aprazível ao olhar mesmo com a mistura dos retalhos, exigindo, portanto, delicadeza e suavidade para a confecção de um lindo e estiloso objeto de uso. Da mesma forma, como a colcha é composta por retalhos escolhidos, este texto será composto por momentos ímpares da minha vida, que julgo terem contribuído vagarosamente para a formação do SER que me tornei, cheia de sonhos e ideais, mas também capaz de julgar.

Seria incoerente me apresentar sem falar do meu mundo, das minhas raízes, dos meus primeiros passos. As primeiras relações sociais de que tenho lembrança ocorreram em uma pequena cidade no interior de Minas Gerais, chamada Mar de Espanha. Lá, a vida passa bem devagar, ao canto dos passarinhos. O bem-estar e o ser humano são sempre prioridades, com trocas de abraços e carinho.

Tenho observado que, embora as pessoas possuam um modo de vida simples, uma liberdade singular, se comparado com o cotidiano de grandes cidades, é notável que estas estão envolvidas em uma rede imperceptível que evolui ao longo do tempo, transformando consideravelmente as relações pessoais, o modo de vida e a manifestação do próprio ser no mundo. Da janela do quarto, do sofá da sala de estar ou na mesa do café da manhã, deparamo-nos com situações e produtos dos mais diversos lugares do mundo. Talvez seja esse um dos efeitos mais concretos da globalização. Pouco a pouco, o local, o próprio, o singular, vai cedendo espaço às coisas do mundo. Os meios de comunicação nos apresentam imagens e vídeos de todos os lugares do planeta. De maneira compartimentada, os acontecimentos do mundo chegam até nós, retirando dele todas as fronteiras ou barreiras que, suposta e abstratamente, imaginávamos existir. É a verdadeira manifestação da globalização, visível ao olhar e ao sentido. Tudo isso, orquestrado pelo desenvolvimento tecnológico, contribui para o distanciamento com o local, para a perda de afinidades e identidades com aquilo que nos é próprio, tornando-nos mais pertencentes ao mundo idealizado, superficial e reproduzido.

Toda essa mudança torna o ser humano cada vez mais dependente de um padrão de comportamento único, em que a vontade de “TER” e a necessidade do “PODER” aos poucos sobrepõem as particularidades do “SER”.

Os setores de serviços em Mar de Espanha são bem limitados, sendo Juiz de Fora a cidade mais próxima capaz de atender necessidades mais específicas nas áreas de educação, saúde e trabalho. Essa mudança de município está como horizonte viável de todos que por lá nascem, e comigo não foi diferente. Para mim, vir para Juiz de Fora foi um tanto impactante, não só pelas condições de sobrevivência longe de casa, mas também pela leitura da realidade que a cidade me possibilitou construir.

Após alguns anos de cursinho pré-vestibular, ingressei no curso superior de Licenciatura em Ciências Biológicas em uma faculdade particular e, concomitantemente, em Geografia em uma universidade pública. A escolha desses cursos foi meramente impulsiva. Naquela época, não pensava em relações de afinidades entre eles. Enquanto a opção por cursar Ciências Biológicas foi uma tentativa de estar mais próxima daquilo que achava ser meu sonho, a Geografia foi meramente casual.

Provoca-me certo incômodo esse caminho traçado pelas ciências naturais, por estar voltado para a aquisição de conhecimentos técnicos, priorizando a memorização de termos próprios, como se transmitir conteúdo fosse a única maneira de adquirir conhecimento, limitando as funções do professor, do aluno, da escola e também da educação.

Por outro lado, na Geografia, ao estabelecer contato com uma epistemologia que traz para o âmbito da discussão a dimensão social e humana, alicerçada em Karl Marx, Milton Santos, entre outros autores que discutem sob diversos vieses as relações sociais e o mundo, uma nova realidade se revelou para mim. Ao participar de encontros, discussões e leituras de uma realidade que passava despercebida, talvez por ignorância, talvez por imaturidade, fez-se revelar e veio à tona a compreensão de um sistema que nos aliena e emudece. A partir de então, passei a lançar um novo olhar para a realidade.

As práticas de estágios escolares, os encontros de pesquisa, as discussões de textos e as inúmeras e intensas reflexões possibilitaram compreender um pouco as visões de mundo dessas distintas áreas do conhecimento. Ambas as formações passaram a influenciar minha maneira de conceber a realidade e as relações que nela são tecidas e trouxeram à tona a necessidade de refletir sobre minhas concepções de mundo e de vida e sobre a necessidade de repensar os acontecimentos que nos circundam.

Aos poucos, fui me aproximando da área das Ciências Humanas e projetei na educação a possibilidade de estar contribuindo para a formação de uma sociedade mais igualitária, mais

harmônica, um caminho possível para a redução de preconceitos, para estimular o respeito com o próximo, de proporcionar a outras pessoas uma leitura mais crítica da realidade ou, pelo menos, de despertar para além de uma percepção menos ilusória ou fantasiosa desta.

A cada encontro com pesquisadores, professores, pais e alunos, novas descobertas aconteciam e, ao mesmo tempo, muitas inquietações me provocavam. Esses momentos despertavam uma rebeldia que instigava a vontade de romper barreiras, uma força impiedosa de lutar contra o sistema, contra as imposições que nos são colocadas, contra os enganos e a esmagadora alienação que consome grande parte da sociedade.

Ao elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas, norteado pelo referencial teórico da Educação Ambiental Crítica, deparei-me com mais uma literatura que me alertou para a teia que nos aprisiona e nos vitimiza, impedindo que consigamos enxergar e julgar os fatos do cotidiano com mais lucidez e transparência. Muitas descobertas, muitas limitações!

Por meio das possibilidades de inserção acadêmica e profissional, facilitadas pela universidade pública, participei de um programa de bolsa de treinamento profissional, que tem por objetivo permitir o aperfeiçoamento profissional dos alunos de graduação em áreas de interesse específico, compatíveis com a habilitação cursada. Nesse programa, no qual estive vinculada de 2009 a 2013, atuei em projetos que me proporcionaram o contato com outra perspectiva de pesquisa e educação: o movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). E, para minha surpresa, essa aproximação só foi possível pela formação em Ciências Biológicas, já que está vinculada ao Ensino de Ciências. Eis que agora, ao recordar essa circunstância, a Biologia deixa de ser vista com tantos preconceitos, pois esta perspectiva contribuiu significativamente para novas descobertas e reflexões.

Os projetos dos quais participei tinham a escola básica como local de desenvolvimento. O primeiro deles tinha por objetivo a contextualização interdisciplinar de problemas ambientais locais. Nele, nós nos debruçamos sobre uma área de ocupação de um bairro de Juiz de Fora, estabelecendo um contato direto com a comunidade, que nos conduziu a delimitar como tema o Saneamento Básico para o desenvolvimento de atividades a serem contextualizadas na escola, norteado pelos princípios do enfoque¹ CTS. Nosso ponto de partida foi a escola do bairro e o projeto envolveu toda a comunidade escolar, principalmente para o reconhecimento do local e para a contextualização do tema. Em uma segunda fase, o foco das atividades foram as Feiras

¹ Auler (2007) afirma que a expressão “movimento CTS” deve ser usada em um movimento social mais amplo, enquanto que, quando as relações CTS estiverem restritas ao campo educacional, podemos designá-las como “enfoque CTS”.

de Ciências organizadas por escolas públicas e particulares. Essas feiras constituem uma prática bastante comum e comportam um momento riquíssimo para a inserção dos princípios norteadores do enfoque CTS. Nessa fase, auxiliamos as escolas na definição de temas geradores para as feiras e no desenvolvimento de projetos, por meio de encontros com os professores e plantões com os alunos no contraturno escolar para orientações gerais. Os trabalhos desenvolvidos no âmbito desse projeto traziam diversas reflexões e questionamentos sobre as relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente, tais como a destinação dos resíduos tecnológicos e a ameaça que eles representam para a saúde pública e o meio ambiente. Esses questionamentos me alertaram ainda mais para a gravidade dos problemas do mundo globalizado.

Todo esse envolvimento com a temática CTS, a participação efetiva nas escolas e no bairro e o contato com alunos e professores possibilitaram uma reflexão mais ampla do panorama mundial do comportamento social do qual faço parte. Tornou-se um grande desafio o exercício da docência, pois era preciso traçar uma coerência entre o que “falo” e o que “faço”, entre a prática e a teoria, entre o que defendo e o que abomino.

1.2 A Aproximação com a Abordagem CTS

A licenciatura em Geografia, aliada ao despertar causado pela abordagem CTS dos programas dos quais participei, instigaram-me a estender um novo olhar à realidade, ao mundo e às relações sociais que nele são tecidas. Todo o conhecimento e a experiência adquirida ao longo desses anos me provocaram algumas inquietações, principalmente, em relação à educação, à docência e aos processos educativos.

Perguntava-me sempre, a cada nova descoberta: como a educação poderia contribuir para o desvelamento da realidade, para a desmistificação das relações sociais que se tecem no seio da sociedade? Como, enquanto docente, posso despertar nos meus alunos a necessidade de tomada de atitude? Como desenvolver, nos alunos, valores como solidariedade e humildade, entre outros? Como julgar e discernir os acontecimentos à minha volta? Como desenvolver a compreensão do mundo e estabelecer processos educativos que estão além do cumprimento dos conteúdos do currículo escolar? Enquanto docente, seria capaz de despertar a compaixão para com os oprimidos, a inquietação pela luta de direitos? Como poderia contribuir para que meus alunos se empenhassem nas iniciativas de tomada de atitude a partir da insatisfação com as

imposições do sistema? Questionava ainda: como tudo isso era vivenciado por meus colegas professores? Se, por exemplo, esse “choque de realidade” era algo comum. Se esse revelar de mundo desperta a mesma ânsia, a mesma inquietação em todas as pessoas. Se as pessoas conseguiam compreender certas circunstâncias e se mobilizavam para transformá-las. Até que ponto somos alienados? É possível superar a alienação? Como?

Todas essas questões me remeteram à Pedagogia do Oprimido proposta por Paulo Freire, que defende a necessidade de superarmos uma educação bancária, que ainda predomina nas instituições escolares e aprisiona professores e alunos, prendendo-os a conteúdos disciplinares que se convertem em informações que devem ser arquivadas sem questionamento. Nesse processo, o professor acaba por se tornar a força motriz para manter as condições de opressão, sendo reconhecido como o provido de conhecimentos e da razão. Para Paulo Freire, na concepção bancária, “[...] a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (2013, p. 80). Essa educação contribui para mantermos as condições de reprodução do capital com seu processo de alienação.

Nesse momento, acredito ser imprescindível uma ressalva para apresentar as bases que sustentam este trabalho: considerando que o ser humano é um ser social, sua conscientização e transformação devem acontecer em sociedade, em comunhão com o próximo. Questiono, então: como podemos superar ou romper com a opressão, se os que “ensinam” acabam também sendo instrumento de opressão ao reproduzir ou ao se submeter a circunstâncias constrangedoras impostas pelo sistema?

Por isso, este trabalho comunga com a Pedagogia do Oprimido, proposta por Freire, pois aspira por uma Pedagogia da Libertação comprometida com a problematização da realidade, dos fatos e dos acasos que envolvem a vida de toda e qualquer pessoa. Ao priorizar o diálogo, promove a troca contínua de informações e conhecimentos, contribuindo para a libertação de educandos, educadores e da sociedade de uma forma geral. Nesse caso, o educador se educa em diálogo com o educando. Assim, ambos se tornam sujeitos em processo de libertação.

É por meio do diálogo que os homens mediatizados pelo mundo trocam ideias e compartilham diferentes leituras construídas ao longo da vida. O contexto social e cultural vivenciado pelo aluno proporciona importantes trocas com o cotidiano, contribuindo para o processo de aprendizagem à medida que atribui sentidos aos elementos e às circunstâncias da realidade. À medida que os educandos são considerados seres no mundo e responsáveis pela escrita da própria história, são também sujeitos históricos.

Essa pedagogia adquiriu sua importância para mim quando, ao terminar a licenciatura em Ciências Biológicas, adentrei as salas de aula. Algumas circunstâncias foram, aos poucos,

incomodando-me. Em um primeiro momento, fui contratada pela Secretaria de Educação do Estado para lecionar Química no Ensino Médio, em um projeto denominado Aprofundamento de Estudos, em que o objetivo era preparar o aluno, por meio de exercícios e revisão do conteúdo, para os processos seriados de vestibular. Perguntava-me, naquela época, se eu tinha competência para isso. Alguns meses depois, fui contratada para lecionar Ciências. Deparei-me com uma abordagem de conteúdos completamente desconexa da realidade, exigindo dedicação para organizá-los de maneira que pudessem dar sentido ao aprendizado, a fim de que os educandos conseguissem aplicá-los ou relacioná-los à vida cotidiana; e, por fim, junto às situações que estavam me conduzindo a um comodismo com o sistema, indagava-me sobre nossa responsabilidade enquanto cidadãos perante as condições de vida que desfrutamos, desde a qualidade dos serviços prestados ao ar que respiramos.

Passada a fase inicial de descobertas e adaptações, começaram as frustrações e inquietações a respeito do sistema, que, até certo ponto, oprime e sufoca. Em uma fase inicial, instigados pela sede de trabalho, nós, professores, nos submetemos às situações mais adversas possíveis, corrompendo e sendo corrompidos por um sistema que absorve nossas forças e suga nossas energias. Em um processo de revolta, diante de situações deploráveis, busquei apoio e incentivo em uma educação em Ciências pilarizada no enfoque CTS e nos conhecimentos Freireanos para que pudesse, de alguma forma, amenizar e acalmar esse incômodo. Contudo, várias barreiras foram se edificando na minha prática docente, dentre elas as dificuldades de relacionar os conteúdos de Ciências com o enfoque CTS. Talvez essa dificuldade seja consequência (herança) de uma visão de mundo alicerçada em uma educação bancária presente ao longo da minha formação.

Os estudos concernentes ao enfoque CTS e à licenciatura em Geografia seguiram em paralelo às minhas primeiras experiências como docente. Concomitantemente, fui contratada como analista ambiental pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Juiz de Fora, órgão em que também estagiei por dois anos alocada no Departamento de Licenciamento Ambiental, na supervisão de Licenciamento Ambiental Simplificado, basicamente de Atividades Industriais e Tecnológicas, além de em alguns outros serviços. Atualmente, continuo na função de analista ambiental, trabalhando na análise processual de pedidos de licenciamento ambiental e vistorias técnicas a fim de averiguar os impactos causados pela atividade proposta e solicitar medidas de mitigação de tais impactos, quando necessárias. Por se tratar de um processo simplificado, as vistorias têm uma tendência mais educativa, de orientação ao pequeno empresário.

Nessas vistorias, diante dos mais diversos problemas e impactos ambientais, os resíduos gerados pelas empresas e a destinação destes me despertaram especial interesse. A maioria das empresas emprega a famosa coleta seletiva, assim como a maioria das escolas. Nas empresas, todos os resíduos são separados em tambores e destinados a intermediários, que fazem o intercâmbio entre a empresa geradora e a empresa recicladora ou transformadora. Assim, com um olhar já direcionado para os aspectos sociais, a questão da reciclagem me surgiu, mais uma vez, como um *insight*, na tentativa de desmistificar o poder desse sistema.

De acordo com a Resolução Conama nº 237 de 1997, é através do licenciamento ambiental que o órgão ambiental competente autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos com atividades efetivas ou potencialmente poluidoras e aquelas que possam causar qualquer tipo de degradação ambiental (BRASIL, 1997).

O processo de licenciamento está fundamentado na exigência de técnicas capazes de mitigar ou evitar impactos ambientais decorrentes de atividades licenciadas, na maioria das vezes, para evitar degradação do ar, da água e do solo e com a intenção de reduzir os impactos sociais.

Em vários locais de vistoria, fui surpreendida com um autoquestionamento a respeito da apropriação que a sociedade, o poder público, as organizações não governamentais e as instituições privadas fazem do discurso da reciclagem como um dos caminhos indispensáveis à sustentabilidade. Encontrei-me em meio a inconformismos e questionamentos. Enquanto empresários simplesmente segregam seus resíduos para venderem àqueles que pagam mais, a escola se limita a perpetuar o engodo de uma educação ambiental que não vai além de projetos voltados apenas à importância da separação do lixo e, em alguns casos, à elaboração de objetos a partir de materiais recicláveis. Não se percebe, de ambas as partes, uma preocupação com a redução do consumo ou com o (re)aproveitamento dos resíduos gerados na produção.

Foladori (2001) explica que, na atual sociedade capitalista, os problemas são vistos apenas sob uma dimensão técnica, que recebe todas as responsabilidades na resolução dos problemas criados pelos padrões de vida da sociedade moderna. Essa crença na técnica data da Revolução Industrial e faz parte (legítima) do ideário filosófico do Iluminismo. Essas circunstâncias me conduziram a uma reflexão da realidade e às relações sociais, influenciada por ideais positivistas, como a desmitificação do poder supremo da ciência e da tecnologia. As experiências do dia a dia como analista ambiental, aliadas às experiências como docente, permitiram-me contextualizar os princípios do movimento CTS. O objetivo central desse movimento é desmitificar a neutralidade científica e o determinismo tecnológico. O enfoque CTS propõe uma visão mais coerente da Ciência, alertando para as questões de natureza social,

política, econômica, ética, cultural e ambiental, defendendo, assim, a necessidade de um posicionamento crítico ao cientificismo e à tecnocracia (BAZZO, 1998; TEIXEIRA, 2003).

Foladori (2001) ressalta, ainda, que os impactos da Ciência e Tecnologia têm sua análise voltada ao conteúdo material, e não à forma social², ou seja, a análise acaba se restringindo à poluição, à degradação e à geração de resíduos, ao resultado técnico do processo, ficando a forma e os impactos sociais à mercê desse processo. Ciência e Tecnologia são consideradas inexoráveis ao progresso e qualquer manifestação à contramão desse processo é rapidamente censurada e repreendida, principalmente por aqueles que mantêm suas condições de controle e opressão através dela.

Assim, embora a reciclagem já tivesse aparecido como questão de investigação no momento de intervenção dos projetos em escolas, nesse momento, ela foi se desenhando como uma consequência insana do sistema capitalista, e, portanto, utilizada como ferramenta para manutenção dos padrões de produção e consumo, com intuito de não prejudicar a classe dominante, detentora dos meios de produção.

Desenvolvem-se práticas mecânicas não amparadas por um processo educacional que lhes permitam uma verdadeira significação. Em meio a todo esse processo, um sujeito em especial chamou minha atenção: os catadores de materiais recicláveis.

Os primeiros contatos com os catadores se restringiram apenas a observações do cotidiano do trabalho que eles desenvolviam e, por que não dizer, da vida desses sujeitos que, devido a numerosas circunstâncias, trabalham na coleta e na separação de resíduos. Observar a luta diária desses sujeitos me despertou uma série de indagações e reflexões a respeito dos modos de vida deles, instigando-me a tentar compreender a contradição existente entre as condições de trabalho desses sujeitos e a importância do trabalho deles para a sociedade e para o meio ambiente. Além disso, e com maior ênfase, senti necessidade de olhar para a reciclagem a partir de outra perspectiva, a partir do olhar desse outro sujeito que, entre tramas e dramas, mistura-se à necessidade do sustento e da busca pelo reconhecimento.

Ao me propor trabalhar com os catadores, conscientemente assumi um desafio. O desafio de olhar para o processo da reciclagem a partir de outro lugar, do lugar dos catadores. Pessoas para as quais a reciclagem se apresenta como oportunidade de trabalho, de luta pela sobrevivência, mesmo que de forma precária e sem reconhecimento.

² Foladori (2001) explicita claramente a diferenciação entre forma social e conteúdo material. Para o autor, conteúdo material está relacionado à relação do trabalhador com a técnica; a forma, por sua vez, está relacionada a como os indivíduos relacionam-se entre si para produzir, relacionando propriedade e/ou apropriação de meios de produção e da natureza externa, o que determina notavelmente o processo de produção.

Desde então, voltei meus olhos para esses sujeitos que, em uma condição de exclusão social ou inclusão perversa, como defendem alguns autores, movimentam o rico contexto da reciclagem, mas desfrutam de precárias condições de vida. Como consequência da reciclagem, os catadores emergem como uma nova categoria de trabalhadores, sem reconhecimento dos direitos trabalhistas garantidos por lei, mas referendados pelo papel que desempenham.

Ainda com uma perspectiva ingênua, considerava os catadores como seres apáticos, que simplesmente aceitavam as condições sociais e (des)humanas a que são submetidos. Até que, na Conferência Municipal de Meio Ambiente, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi assinado, pelo poder executivo do município de Juiz de Fora, o compromisso com a implementação da coleta seletiva. Com aplausos, os catadores se levantaram para comemorar uma conquista de alguns anos de luta. Uma explosão de sentimentos, de alegria e de alívio. Foi naquele momento que entendi o papel daquelas pessoas enquanto sujeitos sociais que lutam por direitos, que exigem o comprometimento do poder público e se manifestam em busca de reconhecimento para manter sua sobrevivência, mesmo com as precárias condições de trabalho. Hoje, entendo que essa é uma luta nacional e que encontra suporte na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Foi então que percebi que existe uma luta maior que a luta pela sobrevivência. Isso me fez aproximar desses sujeitos e assumi-los como referência para o trabalho aqui apresentado, que tem como foco a reciclagem, a partir da visão desses sujeitos, orientada pela perspectiva emancipatória da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire e pelo enfoque CTS.

Aliando a pedagogia de Paulo Freire ao enfoque CTS, considero a possibilidade de formação de cidadãos críticos, capazes de reconhecer e julgar o desenvolvimento científico e tecnológico e despertar para o questionamento do papel da ciência e da tecnologia em nossa sociedade. Consideramos, ainda, a responsabilidade de formar cidadãos para a participação ativa e responsável em debates políticos e públicos que estejam relacionados a questões científico-tecnológicas envolvendo a vida em sociedade, cidadãos comprometidos com atitudes responsáveis e capazes de atuarem no equilíbrio social em uma época de grandes desigualdades.

Assim, a proposta de desenvolver um trabalho com catadores foi algo que surgiu a partir da minha própria construção enquanto sujeito e educadora e que despertou um incrível interesse em trazer à tona uma contradição de ideias e percepções sobre a importância da reciclagem “na” e “para” a vida dessas pessoas que dela sobrevivem, mas que não colhem os mesmos lucros do valor a ela atribuído.

Mediante uma miscelânea de percepções e sentidos, aproximei-me de catadores a fim de reconhecê-los e entender o contexto, desenhado pela sociedade moderna, em que estão

inseridos, do qual são, ao mesmo tempo, incluídos e excluídos, indispensáveis, a fim de estabelecer aproximações com a educação e a temática ambiental.

Assim, ora debruçada sobre a teoria, ora vivenciando a prática, tentando compreender, mesmo que superficialmente, as discussões que permeiam o tema da reciclagem, situando-o como um campo de grande tensão entre meio ambiente, sociedade e educação, emergiram inúmeras inquietações. Neste trabalho, debruço-me mais especificamente sobre aquela que diz respeito aos catadores e ao seu papel na sociedade contemporânea: quem são esses sujeitos denominados “catadores”? Quais são as concepções de educação deles? Como concebem a reciclagem? Pretendo compreender as relações entre o processo de reciclagem e os saberes que os catadores mobilizam, assim como a natureza desses saberes, trilhando pelo caminho da Teoria da Ação Dialógica, de Paulo Freire, descrita na Pedagogia do Oprimido.

A partir dessa escolha, a questão central que passa a nortear a investigação aqui conduzida é: quais são as interlocuções possíveis no cotidiano de uma associação de catadores? Tomaremos como sujeitos desta pesquisa catadores vinculados à Associação de Catadores de Papel e Papelão (APARES), sediada no município de Juiz de Fora – MG.

O objetivo geral deste trabalho é entender as possíveis relações que se estabelecem entre as ações e visões de catadores e as perspectivas de reciclagem e educação ambiental presentes na sociedade contemporânea.

Como objetivos específicos, pretendemos:

- Discutir algumas concepções dos catadores de materiais recicláveis sobre o processo de reciclagem.
- Entender os processos educativos que permeiam a vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis.
- Discutir as contradições relacionadas à reciclagem.
- Relacionar questões sociais, ambientais e políticas à educação a partir do tema da reciclagem, tendo os catadores como sujeito de pesquisa.

Esta dissertação estará dividida em sete partes. Primeiramente, apresentaremos um histórico do desenvolvimento da reciclagem. Logo após, faremos uma revisão de literatura das pesquisas desenvolvidas sobre reciclagem na área de ensino. Posteriormente, abordaremos as aproximações teóricas entre os temas reciclagem e educação. Na seção seguinte, apresentaremos o percurso metodológico do estudo que desenvolvemos, seguido das seções de análise e dos resultados obtidos. Ao final, apresentamos as conclusões que o estudo nos permitiu tecer.

2 CONTEXTUALIZANDO A RECICLAGEM NA HISTÓRIA

A produção de lixo é inerente à própria existência humana. Lidar com a destinação de resíduos sempre foi um entrave, desde os primórdios da humanidade, principalmente a partir do momento em que o ser humano passou a se fixar em um local e a estabelecer relações com o meio. Contudo, naquela época, os problemas ocasionados pela geração de lixo não despertavam grandes preocupações, afinal, a composição dele era quase que exclusivamente orgânica e ele era capaz de ser “reciclado” pela própria natureza.

Ribeiro e Morelli (2009) afirmam que a sociedade industrial multiplicou a quantidade de lixo e sua diversidade. Acrescentam, ainda, que essa sociedade tem contribuído com a crescente geração de lixo pós-consumo devido à obsolescência programada³, à descartabilidade e à mudança nos padrões de consumo – excessivo e supérfluo – geralmente produzindo lixo que a natureza não consegue reciclar naturalmente.

Ao lixo orgânico, somaram-se o lixo domiciliar, comercial, hospitalar, industrial, civil, entre outros. Todo esse lixo, principalmente o industrial, pode conter substâncias tóxicas, apresentando potencial de risco cada vez maior à saúde humana e ao ecossistema, exigindo do poder público ações para evitar a poluição da água e do solo e a contaminação de seres humanos no contato com esse material (DEMAJOROVIC, LIMA, 2013). Complementando essa afirmativa, Ribeiro e Morelli (2009) enfatizam que o lixo é resultado das práticas de consumo e dos métodos de produção e, conseqüentemente, variam tanto na composição quanto no volume.

Até certo momento da história, não havia sido atribuído valor ao lixo, porém reconhecia-se seu potencial de impactar o meio ambiente e a sociedade. Dessa forma, a partir do momento em que a técnica passou a representar a solução dos problemas causados pela humanidade, tornou-se um horizonte possível para a resolução dos problemas ambientais, sem, contudo, ameaçar as bases do sistema. A reciclagem, assim como a construção de aterros, entre outras técnicas desenvolvidas, apresentou-se como alternativa capaz de amenizar a preocupação com a questão de resíduos gerados.

Para Porto-Gonçalves (2004, p. 37) “[...] toda técnica, sendo um *meio*, está a serviço de um *fim* [...]”. Comungamos com o autor a perspectiva de que toda técnica criada está

³ Estratégia empresarial em que há redução da vida útil de um produto para que este seja descartado e outro seja consumido, já que não há vantagens no conserto do produto. E, ainda, somado a isso, há a inovação tecnológica que insere nos mercados produtos cada vez mais sofisticados, despertando o interesse pela troca.

fundamentada em uma intencionalidade e inerente a ela estão as consequências sociais, ambientais, econômicas e políticas.

Demajorovic e Lima (2013) relembram que o mundo vivenciou novas situações após a década de 1950, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Uma época de prosperidade econômica sem precedentes na história, conhecido como anos dourados. Esse período foi caracterizado pelo baixo índice de desemprego, pelo crescimento econômico acelerado e pela grande expansão do consumo, conseqüentemente com uso abusivo dos recursos naturais. Nesse período, o fortalecimento das indústrias automobilística e petrolífera, alimentando a produção e o consumo em massa, aliado ao surgimento de novos espaços de consumo e à fabricação de novos produtos de luxo transformou o ritmo de vida, conduzindo-nos a uma sociedade de consumo.

De acordo com os autores supracitados, “tamanho expansão da economia mundial, associada ao grande aumento do consumo, tem gerado uma série de problemas socioambientais” (DEMAJOROVIC, LIMA, 2013, p.18). Desde então, a questão do lixo, mais tarde chamado de resíduo sólido, conquistou a atenção de muitos e veio a se tornar uma problemática ambiental. Jacobi e Besen (2011) acrescentam que a intensa urbanização e a expansão do consumo, aliadas ao crescimento e à longevidade da população, proporcionada pela evolução da ciência, têm contribuído sobremaneira para uma produção absurdamente grande de lixo.

Se, por um lado, ignorava-se qualquer possibilidade de redução na geração de resíduos, seja no processo produtivo ou no consumo, por outro, como resultado das políticas ambientais da década de 1960 e do início dos anos de 1970, a maioria dos países da OCDE eliminaram os vazadouros a céu aberto – mais conhecidos como lixão⁴ –, encaminhando o lixo para aterros e incineradores⁵ (DEMAJOROVIC, LIMA, 2013).

O principal objetivo do aterro é propiciar um local dotado de tecnologia para o recebimento dos resíduos domésticos ou industriais⁶, a fim de evitar o comprometimento do

⁴ Nos lixões, o material é despejado em estado bruto, em terreno sem nenhum preparo técnico e sem tratamento dos efluentes líquidos derivados da decomposição do lixo. Além disso, os vazadouros apresentam uma peculiaridade em relação às outras técnicas no que diz respeito ao aspecto social, já que representam fonte de renda e alimento para uma parcela da população. Os vazadouros são locais de retirada de alimento e materiais recicláveis para venda. Essa população sofre acentuadamente com os vetores de doenças e das substâncias tóxicas presentes no lixão.

⁵ No Brasil, apenas após a Política Nacional de Resíduo Sólido, promulgada em 2010, é que passou a ser obrigatório o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ou Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, concedendo prazo de dois anos para o encerramento dos lixões. Muitas cidades empregaram usinas de triagem de materiais recicláveis como solução para a destinação do resíduo.

⁶ Os aterros industriais, conforme classificação da ABNT NBR 10.004/2004, devem ser dotados de tecnologias específicas devido à composição tóxica nociva dos resíduos.

lençol freático e do ar. O custo da instalação dos aterros é muito alto, o que muitas vezes exige uma união de municípios com a finalidade de estabelecer convênios ou contratos para trabalharem juntos na construção de aterros. Quanto mais rígida a legislação, maior é o custo desses aterros.

Outra técnica muito presente são os incineradores, principalmente nos países desenvolvidos que encontram dificuldades na disponibilidade de áreas com tamanho suficiente para construção de aterros. Até a década de 1960, sem a preocupação com as questões ambientais, os incineradores operavam despreocupadamente. Nos anos de 1960, tiveram início os movimentos ambientalistas e os questionamentos decorrentes de diversos desastres ambientais. Com isso, o uso dos incineradores passou a ter que respeitar padrões cada vez mais restritivos em relação às emissões de gases de materiais particulados (DEMAJOROVIC, LIMA, 2013).

Cordier et al. (2004) comentam que a incineração traz sérios riscos à saúde, uma vez que produz emissões atmosféricas que podem ser nocivas, como gases, partículas, substâncias tóxicas, metais pesados, compostos orgânicos, entre outras substâncias que são emitidas durante a queima dos resíduos e que ficam acumuladas na atmosfera. As consequências da inalação desses gases vão do desenvolvimento de cânceres até problemas na gestação.

É importante frisar que há uma discussão sobre o fato de essas técnicas não representarem solução para disposição final do lixo, pois tanto os incineradores quanto os aterros produzem resíduos que não têm fim por eles mesmos.

Assim, na década de 1970, a necessidade de dar respostas às pressões internacionais, a respeito das iniciativas perante o meio ambiente, fez com que vários países começassem a implantar políticas públicas direcionadas ao gerenciamento do lixo. Nos países desenvolvidos, por exemplo, a prioridade estava atrelada à coleta e à disposição dos resíduos. Desde então, a preocupação mundial com resíduos sólidos tem ficado cada vez mais acentuada, devido ao acelerado crescimento de produção, da gestão inadequada e da indisponibilidade de grandes áreas para disposição adequada de resíduos (JACOBI, BESEN, 2011).

Ribeiro e Morelli (2009, p. 5) destacaram que o histórico dos resíduos sólidos era alarmante e necessitava de atenção. De acordo com os autores, “entre as décadas de 1970 e 1990, enquanto a população mundial cresceu 18%, a quantidade de resíduos gerados cresceu 25% no mesmo período”.

Na década de 1980, com numerosas reivindicações ambientalistas, as técnicas de disposição dos resíduos passaram a ser questionadas e criticadas. As críticas aos aterros e incineradores estavam atreladas ao fato de que esses métodos eram paliativos, não contribuam

para que houvesse uma redução de resíduos antes da disposição, além, é claro, do impacto socioambiental que geravam. Resolver a destinação dos resíduos apenas com o desenvolvimento de técnicas como essas pouco ou nada contribuiria ao se considerar uma escala temporal, pois, em um futuro próximo, em questão de anos, outros problemas surgiriam. Conforme Demajorovic e Lima (2013), apesar das críticas e de todos os contratemplos ambientais, os aterros sanitários e os incineradores⁷ continuam sendo as principais técnicas indicadas – e utilizadas – para disposição de resíduos.

Figueiredo (2013), Demajorovic e Lima (2013) nos colocam diante de dois contextos mundiais atuais de enfrentamento à questão do lixo, fator que também está atrelado à questão do saneamento básico⁸, conforme o IBGE (2011). Para Demajorovic e Lima (2013), o mundo está dividido em duas partes, países desenvolvidos e em desenvolvimento. Figueiredo (2013) prefere usar os termos países centrais e periféricos. As características desses países são muito divergentes no que concerne à economia, à política, à cultura e à sociedade, mas a questão ambiental os aproxima, principalmente, por vivenciarem os mesmos desafios no que concerne aos problemas ambientais.

Nessa problemática, no bojo de uma sociedade capitalista, portanto consumista, temos a formação de pilhas de resíduos sólidos, descartados no pós-produção e consumo. Os países centrais, abastecidos economicamente, já possuem aparatos tecnológicos para a realização dos serviços de limpeza, coleta, transporte, tratamento e destino final desses resíduos (aterros sanitários e os incineradores). Esses países encontram dificuldades na discussão e aplicação de políticas de redução do volume de lixo gerado, da ampliação da reciclagem e da implementação de tecnologias de tratamento menos poluentes.

Já nos países periféricos, como o Brasil, os problemas assumem maiores dimensões. Muitas cidades ainda possuem vazadouros a céu aberto (lixão) ou os restos são queimados, poluindo o ar, a água e o solo, potencializando o impacto sobre a saúde. Assim, além do desafio no desenvolvimento de técnicas para tratamento e destinação, há também a discussão

⁷ É importante ressaltar que as poucas usinas de incineração existentes, utilizadas exclusivamente para incineração de resíduos de serviços de saúde e de aeroportos, em geral não atendem aos requisitos mínimos ambientais da legislação brasileira. Outras unidades de tratamento térmico desses resíduos, tais como autoclavagem, microondas e outros, vêm sendo instaladas mais frequentemente em algumas cidades brasileiras, mas os custos de investimento e operacionais ainda são muito altos.

⁸ De acordo com o IBGE (2011, p. 45): “Saneamento ambiental abrange aspectos que vão além do saneamento básico, englobando o abastecimento de água potável, a coleta, o tratamento e a disposição final dos esgotos e dos resíduos sólidos e gasosos, os demais serviços de limpeza urbana, a drenagem urbana, o controle ambiental de vetores e reservatórios de doenças, a disciplina da ocupação e de uso da terra e obras especializadas para proteção e melhoria das condições de vida”. Ainda de acordo com o IBGE (2011), o saneamento básico diz respeito apenas à rede de abastecimento de água, à rede coletora de esgoto, ao manejo de resíduos sólidos e ao manejo de águas pluviais (IBGE - ATLAS DE SANEAMENTO, 2011).

relacionada à necessidade inadiável de repensar a geração de lixo por meio de redução da produção e do consumo de produtos. As administrações públicas estão caminhando para discutir a formulação de planos de gestão de resíduos com uso intensivo de tecnologia.

Porém, apesar das divergências, ambos os grupos de países apresentam aproximações no que concerne à crescente geração dos resíduos cada vez mais nocivos ao meio ambiente. A grande questão é que a gestão moderna/tecnológica dos resíduos sólidos implica elevados custos econômicos, sendo ineficiente a sua concretização na maioria dos países periféricos por ser um processo muito oneroso.

No Brasil, conforme a pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE¹ (2014) observa-se que a geração de resíduos vem aumentando vertiginosamente, demonstrando uma produção de 78,6 milhões de toneladas de resíduos por ano, 2,9% superior a 2013, com uma geração anual per capita de 387 mil quilos de resíduos, 2,02% maior que em 2013. Cabe destacar que a pesquisa intitulada Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil destaca ainda que, no período de um ano, o crescimento populacional foi inferior a 1%.

De acordo com o IBGE (2011), a destinação mais utilizada para os resíduos sólidos no país tem sido os aterros sanitários ou controlados. Nessa pesquisa realizada pelo IBGE, em 2008, 50,8% dos municípios ainda destinavam seus resíduos para vazadouros a céu aberto. Já a pesquisa da ABRELPE (2014, p. 39):

[...] revelou que 58,4% (resíduos coletados) tiveram destinação adequada e seguiram para aterros sanitários em 2014, praticamente sem alteração do cenário registrado no ano anterior. Nesse sentido, é importante ressaltar que os 41,6% restantes correspondem a 81 mil toneladas diárias, que são encaminhadas para lixões ou aterros controlados, os quais pouco se diferenciam dos lixões, uma vez que ambos não possuem o conjunto de sistemas e medidas necessários para proteção do meio ambiente contra danos e degradações.

Mesmo com uma legislação mais restritiva e apesar dos esforços empreendidos em todas as esferas governamentais, a destinação inadequada de RSU se faz presente em todas as regiões e estados brasileiros e 3.334 municípios, correspondentes a 59,8% do total, ainda fazem uso de locais impróprios para destinação final dos resíduos coletados.

Os dados não coincidem e, considerando quase seis anos de distância de pesquisa, esperava-se uma evolução nesse panorama. Porém, nada pode-se inferir, pois as metodologias utilizadas são distintas, o que nos deixa inseguros para assumir qualquer uma das fontes como informação concreta. Contudo, podemos inferir que em média 50% dos municípios ainda destinam os resíduos de forma incorreta.

Besen et al. (2010⁹ apud JACOBI, BESEN, 2011) destacam que o gerenciamento e a disposição inadequados de resíduos sólidos causam impactos ambientais imensuráveis, como contaminação do solo, dos rios e córregos e do ar, facilitam a proliferação de vetores e animais nocivos à saúde humana, intensificam enchentes, contribuem para a catação em condições insalubres em ruas e em locais de disposição inadequada, entre outros.

Jacobi e Besen (2011) e Gonçalves (2008) afirmam que, desde 1992, quando ocorreu a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – RIO 92, novas prioridades foram incorporadas ao gerenciamento de resíduos sólidos e que essas têm direcionado a atuação dos governos, da sociedade e da indústria. Desde então, diversas iniciativas foram – e estão sendo – pautadas nas discussões de conferências sobre o meio ambiente em todo o mundo. O estabelecimento de metas para emissão dos Gases de Efeito Estufa (GEE), a criação dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o mercado de crédito de carbono são exemplos de iniciativas que surgiram dessas discussões para minimizar os efeitos das alterações climáticas. No Brasil, uma das iniciativas que tangencia a implantação do MDL é o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos (VIOLA, 2002; BRASIL, 2009; GOUVEIA, 2012).

Assim, a exemplo dos países centrais (Alemanha, Áustria, Japão, França e Estados Unidos, por exemplo), que já vinham desenvolvendo o processo de reciclagem com programas de coleta seletiva desde a década de 1970, o Brasil passou a adotar esse processo a partir da década de 1980, tendo sido intensificado a partir de 1990, embora antes já existissem pequenas iniciativas de catadores autônomos.

Em diversas regiões do país, além das contribuições ambientais e econômicas, a reciclagem passou também a representar possibilidades de melhorias nas condições de vida de pessoas que estavam desempregadas ou em trabalhos com baixos rendimentos. Considerada uma possibilidade de ascensão social àqueles que se encontravam à margem da sociedade, a reciclagem surge como uma oportunidade de inclusão desses sujeitos na economia. Conforme Figueiredo (2013, p.6):

[...] as administrações públicas de países centrais e periféricos recorrem à atividade (de reciclagem): para atenuar os problemas ambientais vinculados aos resíduos; como mecanismo de inclusão social; e como promotor de ganhos econômicos com a atividade. Atualmente, nos países centrais, a reciclagem passa a ser a principal ferramenta de gestão pública no controle da contaminação gerada pelos resíduos. Nos países periféricos, a reciclagem desempenha um papel socioeconômico importante

⁹ BESEN, G. R. et al. Resíduos sólidos: vulnerabilidades e perspectivas. In: SALDIVA P. et al. **Meio ambiente e saúde: o desafio das metrópoles**. São Paulo: Ex Libris, 2010.

por alimentar a economia subterrânea, onde atuam trabalhadores informais na coleta e separação dos materiais.

Já no campo acadêmico, as discussões a respeito da reciclagem versam mais sobre suas contribuições para o meio ambiente, para a sociedade e também para a economia, destacando-se principalmente aquelas que dizem respeito ao custo/benefício desse setor de produção (FIGUEIREDO, 2012; MEDEIROS, MACEDO, 2006; ROMANSINI 2005; FARIAS FILHO, SANTOS, 2011).

Ribeiro e Morelli (2009) acreditam ainda que os novos objetivos delineados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), promulgada em 2010, e as mudanças nas prioridades internacionais a respeito do gerenciamento dos resíduos sólidos conduzirão a uma mudança mais radical nos processos de coleta e disposição dos resíduos, tanto no tratamento quanto na geração. Apoiados em Voguel (1993), esses pesquisadores defendem que se faz necessário pensar um ciclo de gestão e manejo dos resíduos exigindo uma menor geração e um maior (re)aproveitamento no ciclo de produção. Esse processo deve ser estendido ao longo da cadeia produtiva e, aqueles produtos com dificuldade de serem reciclados ou que possuem alto potencial de impactar o meio ambiente, caso venham a ser destinados de forma inadequada, devem retornar aos fabricantes, responsáveis pelo tratamento e disposição. É o que a Política Nacional de Resíduos Sólidos nomeou de Logística Reversa¹⁰.

Porém, o incentivo à separação na implementação da coleta seletiva e da reciclagem¹¹ constitui, para alguns estudiosos, a melhor alternativa para o gerenciamento e manejo dos resíduos sólidos, tanto para aqueles municípios que destinam esses resíduos aos vazadouros como para os municípios que os encaminham para os aterros. No primeiro caso, minimiza o volume de lixo gerado e, conseqüentemente, o impacto ambiental e, no segundo, favorece o prolongamento da vida útil do aterro.

No que tange à sustentabilidade socioambiental urbana, Jacobi e Besen (2011) destacam que a Política Nacional de Resíduos Sólidos:

¹⁰ Na concepção de Razzolini Filho e Berté (2009, p. 63): “[...] processo de planejamento, execução e controle da eficiência, do custo efetivo do fluxo de matérias-primas, produtos em processo, de bens acabados, bem como de relações de informações, do ponto de consumo para o ponto de origem com o propósito de recuperar valor para o material ou de descartá-lo da forma adequada”.

¹¹ Demajorovic e Lima (2013) estendem uma diferenciação entre coleta seletiva e reciclagem: 1) coleta seletiva: inclui a atividade de recolhimento de materiais previamente separados nas fontes geradoras, a separação de materiais como plástico, papel e vidro de acordo com cores e tipos, a prensagem e enfardamento e posterior venda para as empresas recicladoras; 2) reciclagem: constitui a efetiva transformação dos resíduos sólidos, envolvendo alterações físicas e físico-químicas, convertendo-os em matéria-prima para a fabricação de novos insumos ou produtos. Porém, neste trabalho, muitas vezes utilizaremos o termo da reciclagem relativo a todo o processo que ela envolve.

[...] cria mecanismos de inserção de organizações de catadores nos sistemas municipais de coleta seletiva e possibilita o fortalecimento das redes de organizações de catadores e a criação de centrais de estocagem e comercialização regionais. Para ampliar as metas de reciclagem e gerar postos de trabalho na cadeia produtiva da reciclagem e na coleta seletiva para catadores [...] e que [...] Por meio de regulamento específico, também deverá ser implantado programa visando à melhoria das condições de trabalho e às oportunidades de inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis (JACOBI; BESEN, 2012, p. 137-138).

Diante dessas circunstâncias, a reciclagem e, conseqüentemente, a coleta seletiva, ganham visibilidade e credibilidade. Baeder (2009) comenta que, desde o início do século XX, há registro de coleta na cidade de São Paulo. Porém, bem diferente dos dias de hoje, em que a reciclagem vem ganhando cada vez mais importância devido à exaltação de sua contribuição para a situação socioeconômica. No início do século passado, as iniciativas eram isoladas e sem grande repercussão na economia. O lixo sempre foi visto como sinônimo de sujeira, de restos, com olhos de preconceito, de algo inútil, que não serve mais, que deve ser descartado, jogado fora. Contudo, com o advento do discurso da reciclagem e da sustentabilidade, o lixo gerado na produção e no consumo passou a ter valor econômico, sendo reintegrado ao sistema produtivo, no qual recebeu a denominação de resíduo sólido.

Para Calderoni (2003), resíduos sólidos passam de lixo a mercadoria no momento em que são usados na atividade produtiva, adquirindo o que conceituou como valor de uso. Até então, lixo era tudo que restava, que sobrava do consumo ou que não tinha, aparentemente, condições de aproveitamento.

De acordo com Ribeiro e Morelli (2009), pensar na reciclagem como solução para o gerenciamento dos resíduos sólidos é pertinente por alguns motivos bem específicos. O principal está atrelado à economia no custo de produção a partir da matéria reciclável, quando comparado à produção a partir de matérias-primas virgens. Em um estudo realizado em 2010 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sobre pagamento de serviços ambientais urbanos para a gestão de resíduos sólidos, foi declarado que, enquanto uma tonelada de alumínio a partir de matéria-prima reciclada sai por R\$ 3,4 mil, a mesma quantidade a partir da matéria-prima bruta sai por R\$ 6,1 mil. Essa economia, segundo os autores, advém de redução de energia, de materiais e de recursos hídricos e ainda reduz custos de controle ambiental e de disposição de resíduos. De acordo com o Compromisso Empresarial para a Reciclagem – Cempre (2014), no ano de 2012, a reciclagem de latas de alumínio movimentou R\$ 1,8 bilhão na economia nacional, o que tem conduzido o Brasil, desde 2001, à liderança mundial na reciclagem desse tipo de material.

O estudo elaborado pelo IPEA (2012) também mostrou que, se houvesse o aproveitamento de todo o resíduo reciclável, os ganhos econômicos da reciclagem seriam em torno de R\$ 8 bilhões/ano. Dados como esses fazem com que os programas de reciclagem sejam incentivados cada vez mais pela sociedade e pelo poder público, pois além do ganho econômico inerente ao processo de reciclagem, diminuem os gastos do poder público com as alternativas tradicionais de destinação de resíduos e ainda representam uma possibilidade de inclusão social de catadores.

Campos et al. (2009), junto com outros autores, como Kuhnen (1995) e O'leary et al. (1999), concebem a reciclagem como um processo vantajoso para a sociedade por representar uma possibilidade de solução para três grandes problemas contemporâneos: 1) geração de emprego para os mais pobres; 2) controle e redução de resíduos sólidos; e 3) minimização dos impactos ambientais causados por esses resíduos.

Quanto ao aspecto econômico, a coleta por catadores foi – e ainda é – incentivada porque se apresenta como a solução mais barata para recolhimento e seleção de materiais recicláveis. Sem os catadores, a reciclagem só seria possível se as empresas que coletam resíduos já os encontrassem devidamente separados pela sociedade e pela indústria, o que exigiria mais investimento e, portanto, mais gastos.

Por ter sua origem no âmbito de um sistema capitalista que visa ao lucro e preza pelo consumo, não é possível conceber a reciclagem livre de intenções mercadológicas. Culturalmente, somos induzidos a conceder total confiança no processo científico e tecnológico e associar qualidades e vantagens a seus produtos (PORTO-GONÇALVES, 2004). O desafio atual é aliar crescimento econômico com proteção ambiental. Nesse contexto, a reciclagem torna-se mais uma ação, atrelada ao discurso da sustentabilidade, assumida pela sociedade – que é cercada por pressões internacionais que precisam atender os interesses empresariais – para sanar os problemas ambientais.

Dessa forma, precisamos ser críticos ao analisar as medidas assumidas pelo Estado e pelo Poder Público no que concerne às soluções para os problemas ambientais. Alguns autores, como Figueiredo (2012), questionam e apresentam as contradições da reciclagem. Para esse autor, a literatura acadêmica nos remete à compreensão de que a reciclagem tem se distanciado da questão ambiental uma vez que, ao ser utilizada e reconhecida como elemento de controle ambiental, mantém e impulsiona o ritmo do consumo, gerando maior quantidade de resíduos que muitas vezes não têm potencial para reciclagem.

O autor supracitado destaca ainda, como contradições do discurso, a prioridade concedida à reciclagem de materiais como alumínio, PET, papelão, entre outros em detrimento

de resíduos altamente contaminantes como resíduos orgânicos, óleo lubrificante e plásticos. Assim, compreendemos que a importância que a reciclagem tem para a economia sobrepõe sua importância ambiental e social, já que materiais que representam vantagens de serem reciclados em uma perspectiva ambiental são deixados em segundo plano por não apresentarem vantagens econômicas para as indústrias recicladoras. Embalagens de Tetra Pak, vidro e PET são altamente lucrativas para as empresas recicladoras e para a indústria, que economiza na compra da matéria-prima.

Por outro lado, a compostagem de matéria orgânica, o (re)refino de óleo lubrificante e a reciclagem do plástico possuem pouca credibilidade para a reciclagem devido ao baixo valor econômico. O ganho ambiental no (re)aproveitamento desses componentes do resíduo sólido urbano seria imensurável, uma vez que contribuem sobremaneira para contaminação do meio natural.

Considerando essas contradições, somos induzidos a desmitificar a reciclagem apenas como benéfica e compreendê-la para além do discurso posto (FIGUEIREDO, 2012). Andrade e Cassalate (2010) reconhecem que o processo de reciclagem (e coleta seletiva, por assim dizer) hoje praticado no Brasil está na contramão do discurso da sustentabilidade (seja ela econômica, social ou urbana) e da preservação ambiental. O processo de reciclagem só é vantajoso se garantir menor economia no retorno do material às empresas recicladoras e se as tecnologias dispensadas para esse fim forem acessíveis e viáveis. Assim, cada vez mais se pesquisam e se desenvolvem tecnologias a fim de baratear os processos de transformação dos resíduos em matéria-prima reciclável.

Nesse sentido, Figueiredo (2013) e Todesco e Figueiredo (2014) especulam uma geopolítica do poder em relação aos resíduos e nos alertam para um ambientalismo econômico na nova geopolítica internacional, que tem a reciclagem como um dos principais motivadores. Em tempos de globalização, tendo em vista que esta atividade está distribuída por todo o mundo, distinguindo apenas o nível de investimento e a qualidade do serviço prestado, é possível que haja diferenças entre os países centrais e periféricos no que diz respeito às indústrias de reciclagem. Esses autores explicam que, enquanto os países periféricos ficarão encarregados de reciclar materiais que geram produtos tóxicos e contaminantes durante o processo de reciclagem, como alumínio, plásticos e papel, os países centrais se responsabilizarão pela reciclagem dos materiais menos poluentes e com maior valor agregado, como ouro, cobre e sílica.

Ainda de acordo com os autores supracitados, há indústrias ou complexos industriais que destinam seus resíduos aos países periféricos, onde são separados por crianças e mulheres,

contando com uma força de trabalho barata e precária. Com isso, os países periféricos desfrutam dos resíduos de baixo valor agregado e altamente contaminantes devido ao seu grau de toxicidade.

É em meio a esse emaranhado de contradições que as relações de poder vão se desenhando e se entrelaçando disfarçadas pelo discurso da sustentabilidade que preza pela igualdade e pela solidariedade em torno das questões ambientais.

A superação do desafio ambiental contemporâneo, com certeza, exigirá técnicas e, para isso, muitas das técnicas atuais serão assimiladas nesse processo, até que novas e outras sejam instituídas. Entretanto, sejam quais forem as técnicas, abrigarão em seu seio relações sociais e de poder. Afinal, se a técnica é meio, é preciso termos consciência dos fins que elas comportam; e, sendo a técnica uma busca de eliminação do acaso nas nossas ações, por meio dela sempre procuramos exercer um maior controle dos procedimentos e, assim, é nos procedimentos, tal como nos ensinara Michel Foucault, que se fazem as relações de dominação, de poder. As relações técnicas traduzem, em linguagem própria, as relações de poder da sociedade (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 44).

Alimentada pelos benefícios que sustentam o discurso e a prática da reciclagem, a prática da coleta seletiva no Brasil vem apresentando uma crescente expansão. Conforme dados de pesquisa realizada pela ABRELPE (2011-2013), em 2011, 58,6% dos municípios brasileiros apresentavam algum tipo de coleta seletiva; já em 2013, esse número subiu para 62%. Conforme Gouveia (2012) e IBGE (2012), a maior parte dessas coletas são feitas por catadores autônomos ou associados em cooperativas que, em condições precárias de trabalho e com baixa remuneração, retiram do lixo os materiais de mais alto valor para serem reciclados. De acordo com Besen (2011), a explicação para a variação nesse índice se deve, entre outros fatores, ao apoio das prefeituras a programas de reciclagem; ao aumento do número de empresas privadas interessadas em investir na atividade no país; e ao apoio crescente da população às iniciativas de reciclagem.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é compromisso e responsabilidade do poder público municipal zelar pela limpeza urbana¹², pela coleta e destinação final do lixo. Porém, em muitos casos, esse compromisso é terceirizado por meio de concessão ou permissão pública a empresas privadas para executarem esse trabalho, ficando o poder público responsável pelo gerenciamento das atividades realizadas por essas empresas.

A coleta seletiva é um trabalho que os catadores assumem, muitas vezes em condições precárias, um compromisso que deveria ser do Estado. Na maioria dos municípios, a coleta

¹² As legislações que fundamentam e norteiam a gestão e o manejo dos resíduos sólidos no Brasil são definidos pela Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445 de 2007) e pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 de 2010), regulamentada pelo Decreto nº 7404 de 2010.

seletiva é resultado da atividade quase exclusiva de catadores (autônomos ou organizados em cooperativas) que, sem contar com iniciativas do poder público na implementação dela ou mesmo com o compromisso da sociedade na separação do lixo doméstico, ficam responsáveis pela coleta, triagem e destinação dos resíduos para reciclagem.

Gouveia (2012, p. 1507) afirma que:

Os catadores de materiais recicláveis podem ser considerados os grandes protagonistas da indústria da reciclagem no país. Eles detêm posição fundamental na gestão de resíduos sólidos no Brasil, à medida que sua própria existência indica a dificuldade de incluir no gerenciamento desse sistema as atividades de catação, principalmente por problemas de escala de produção combinados a dificuldades logísticas. Esse grupo de trabalhadores vem atuando de maneira informal ou organizada em cooperativas e, mesmo antes da definição de políticas públicas claras para a gestão de resíduos no país, vem realizando um trabalho de grande importância ambiental; contribuindo significativamente para o retorno de diferentes materiais para o ciclo produtivo; gerando economia de energia e de matéria-prima, e evitando que diversos materiais sejam destinados a aterros.

Neste trabalho, nos debruçamos em entender a situação dicotômica desses trabalhadores, denominados catadores que, por um lado, são reconhecidos por favorecerem a preservação ambiental, por protegerem a sociedade de ambientes impróprios e por isentarem o poder público de determinadas atribuições, mas que, por outro lado, desfrutam de condições precárias de trabalho e de vida, sobrevivem na ignorância à margem da sociedade e são vítimas de preconceito social. Leal, Gonçalves e Junior (2002) ressaltam que, paradoxalmente, enquanto o catador de material reciclável representa um elemento base de um processo produtivo e bastante lucrativo, por outro lado, trabalha em condições sub-humanas e não consegue as condições mínimas que lhe assegurem uma sobrevivência digna.

Após realizar um levantamento das questões complexas que envolvem a reciclagem, nos dedicamos a estudar seus desdobramentos nos processos educacionais, seja em espaços formais ou não formais. No próximo capítulo, apresentamos um panorama desse estudo que envolveu as pesquisas sobre reciclagem e sua aproximação com a área de ensino.

3 INTERLOCUÇÕES ENTRE RECICLAGEM E EDUCAÇÃO: UM BREVE PANORAMA

Para compreender as aproximações do tema da reciclagem com a área de ensino, realizamos um levantamento bibliográfico em vinte periódicos nacionais. Interessou-nos compreender um pouco das pesquisas no Brasil que relacionam o tema da Reciclagem à área de Educação. Assim, foram selecionados periódicos da área de ensino indexados no sistema *Qualis* da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). A seleção considerou vinte periódicos classificados nos estratos A1, A2, B1 e B2, mais especificamente aqueles da área de ensino relacionados à educação em Ciências.

Considerando o período de 2004 a 2014, pesquisamos o vocábulo “reciclagem” nos títulos e campos de pesquisa dos periódicos selecionados. Pesquisamos, também, o vocábulo “reciclagem” no título e/ou no corpo do texto de artigos, o que limitou o estrato inicial a onze periódicos e a um total de quarenta e quatro artigos. Além do vínculo com a área de ensino, os periódicos em que encontramos os artigos estavam também relacionados às áreas de Psicologia, Trabalho, Meio Ambiente, Realidade, Sociedade, Saúde e Ciências.

Dos quarenta e quatro artigos selecionados inicialmente, muitos tratavam da reciclagem profissional, outros de reflexões e/ou discussões teóricas a respeito da reciclagem e sustentabilidade e ainda havia aqueles que mencionavam a reciclagem apenas uma vez no texto. A partir dessa segunda triagem, selecionamos dezenove artigos de pesquisas relacionadas às seguintes temáticas: resíduos sólidos, lixo, coleta seletiva, Economia Solidária, educação, meio ambiente, sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, catadores, política ou pedagogia dos 3 Rs (Reduzir, Reciclar, Reutilizar), associações de catadores, educação ambiental, enfoque CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade), entre outras temáticas.

Para categorização desses artigos, amparamo-nos também nas contribuições de outras leituras realizadas para o embasamento teórico deste trabalho, versando sobre a temática da reciclagem e dos catadores de resíduos sólidos. Por meio do viés dessas leituras, organizamos os trabalhos selecionados em três categorias principais: Educação, Sociedade e Meio Ambiente¹³, que foram desmembradas em outras subcategorias: Educação Ambiental e CTS –

¹³ A categoria “Meio Ambiente” foi criada apenas no sentido de facilitar a compreensão na separação dos trabalhos, reproduzindo uma visão compartimentada como aquela encontrada em vários trabalhos. Entendemos que os trabalhos relativos à sociedade e à educação são inerentes ao “Meio Ambiente”, mesmo que envolvam uma análise estritamente econômica e/ou social. Partimos do princípio de que todos os campos se inter-relacionam e se complementam, portanto a separação aqui abordada é estritamente didática.

vinculadas à categoria de Educação; Catadores – vinculada à categoria Sociedade; e Sustentabilidade ou Desenvolvimento Sustentável – vinculada à categoria Meio Ambiente. A partir dessa categorização, elaboramos a tabela apresentada no Quadro 01.

CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	REVISTAS	NUM. DE TRABALHOS	AUTORES
EDUCAÇÃO	Educação Ambiental – Revisão de Literatura/ Projetos de EA/ Reaproveitamento	Ciência & Educação; Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental; Educação & Realidade; Revista Investigações em Ensino de Ciências.	5	Neves et al. (2012); Mazini et al. (2014); Pinheiro et al. (2014); Felix (2010); LATINI e SOUSA (2011).
	Ciência, Tecnologia e Sociedade	Revista Investigações em Ensino de Ciências.	2	Fabri e Silveira (2013); Carleto e Pinheiro (2010).
"MEIO AMBIENTE"	Sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável.	Sustentabilidade em Debate; ENSAIO Pesquisa em Ed em Ciência.	2	Cometti e Alves (2010); Araújo e Pedrosa (2014).
SOCIEDADE	Catadores – Revisão de Literatura/ Projetos/ Economia Solidária	Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental; Saúde & Sociedade; Psicologia & Sociedade; Educação & Realidade; Ciência & Saúde Coletiva; Revista Trabalho, Educação & Saúde.	10	Braz et al. (2014); Magni e Gunther (2014); Teixeira, (2015); Macedo e Medeiros (2006); Miura e Sawaia (2013); Lisboa et al. (2009); Castilhos Jr et al. (2013); SANTOS e SILVA (2011); Santos e Deluiz (2009); Dumke e Ratto (2013).

Quadro 1: Tabela com as categorias, subcategorias, revistas, número de artigos e autores

Nos trabalhos sobre educação, divididos entre as pesquisas em Educação Ambiental e CTS, o tema reciclagem é abordado, direta ou indiretamente, nas relações escolas/comunidades e/ou instituições, por meio de argumentações em torno do processo de reciclagem e do processo de (re)aproveitamento de materiais em detrimento da redução do consumo. Em um dos artigos, encontramos uma revisão de literatura dos trabalhos publicados na Revista Química Nova na Escola, que estabelece uma aproximação entre o ensino de química e o ambiente. No que

concerne ao enfoque CTS, destaca-se a prevalência da temática da reciclagem, mesmo que esteja por trás de outras questões de pesquisa.

No que concerne à dimensão ambiental, a que limitamos a sustentabilidade e/ou o desenvolvimento sustentável, percebe-se uma ênfase em trabalhos que analisam a sustentabilidade envolvida no processo de logística reversa e as concepções que licenciandos em Biologia possuem sobre desenvolvimento sustentável.

Por fim, na categoria Sociedade, identificamos alguns trabalhos envolvendo os catadores de resíduos, considerando várias questões a eles relacionadas. Os trabalhos com catadores foram predominantes, sendo que um desses artigos (LISBOA et al., 2009) – que discute os processos educativos em uma cooperativa de reciclagem – trouxe esclarecimentos e contribuições significativas para esta pesquisa.

A seguir, apresentamos uma breve discussão de cada uma das categorias elencadas.

3.1 Educação – Educação Ambiental e Enfoque CTS

3.1.1 Educação Ambiental

Para Loureiro (2012), a educação tem um enorme potencial para promoção da sustentabilidade, pois, sem ela, não há transformação social. Uma das polêmicas dos ideais da sustentabilidade na educação tem a ver com os fins que ela assume, dentre os quais destacam-se a contribuição para a formação do ser, do pensar o mundo, do refletir a respeito da existência, de atuar na realidade e agir politicamente. Finalidades estas que, segundo o autor, estão intrinsecamente vinculadas aos princípios da sustentabilidade. Porém, por meio do currículo escolar, criam-se várias “educações” sem, no entanto, assumir a formação humana como ação fundamental. Nessas circunstâncias, não só a educação, mas também os princípios da sustentabilidade deixam de ter sua função de emancipação, valendo-se apenas ao poderio econômico.

Nesse contexto, a Educação Ambiental possui enorme potencial na construção de uma sociedade sustentável. Fruto de movimentos ambientalistas que tiveram origem na década de 1960, a Educação Ambiental foi influenciada por uma série de questões, tais como desastres ambientais, rejeitos de produção, contaminação por resíduos tóxicos, guerras e degradação do

solo e dos aquíferos, ganhando força com a denúncia dessas questões e tendo como um de seus principais marcos a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, em 1962.

Com o advento da globalização, a Educação Ambiental (EA) começou a ganhar ainda mais atenção diante de um quadro de degradação do ambiente e da vida humana que tende à precariedade. Nesse sentido, a EA desponta, hoje, como uma estratégia para desacelerar esse processo de degradação, consequência de um quadro caótico que sobrepõe a necessidade irrefutável de crescimento das economias dos países em detrimento do ambiente e do bem-estar da humanidade.

Guimarães (2004) acrescenta que a crise ambiental e sua emergência exigem que os assuntos relacionados à problemática ambiental devam contemplar, por meio da EA, um amplo campo de atuação, do individual ao coletivo, em todas as faixas etárias, objetivando a transformação da realidade socioambiental. Segundo Loureiro (2004a), a EA deve estar presente nos espaços formais e não formais de educação, sendo a escola responsável pela formação cidadã, pela responsabilidade social, pela tomada de atitude, pela conscientização dos deveres e direitos e pela luta pelo rompimento da imobilização societária.

Souza (2003) afirma que o desafio da EA está diretamente atrelado à participação dos diferentes segmentos sociais no processo conflituoso da gestão ambiental. Saito (2001) complementa frisando que esse desafio vai além da busca por uma sociedade ambientalmente equilibrada, mas que ele também busca uma sociedade mais democrática, igualitária e socialmente justa, e enfatiza que, por estarem intimamente interligados, ambiente e sociedade caminham juntos.

Por outro lado, desde que a dimensão ambiental foi incluída na Educação, como uma reação do sistema educacional à crise ambiental, houve uma ecologização da EA. Isso porque havia a necessidade de mostrar ao mundo que se buscava, através da educação, uma mudança de postura diante da problemática ambiental instituída. Com isso, não se idealizava a transformação do contexto social, econômico e político. No contexto da ecologização, a EA foi inserida na escola com uma visão reducionista, alinhada à ideia de conservação e preservação do meio natural, como a fauna, flora, ar, solo e água. Layrargues (2006) afirma que ainda há pessoas que acreditam que os conhecimentos ecológicos são suficientes para a mudança de comportamento individual e que estes, em longo prazo, somados, resultariam em uma nova relação humana com a natureza. No entanto, essa é uma ideia ultrapassada que em nada contribuiu para a minimização dos problemas ambientais.

Nessa mesma perspectiva, Quintas (2004, p. 124) afirma que mudanças individuais não contribuem para a sustentabilidade. Essa é uma visão “acrítica e ingênua da problemática

ambiental” que apenas contribui para a realização de uma “prática pedagógica prescritiva e reprodutiva”, sem garantir a superação dos problemas ambientais. A forma ecologista da EA é considerada por vários autores (CARVALHO, 2004; GUIMARÃES, 2004; LAYRARGUES, 2006; LEFF, 2001; LIMA, 1999 e 2004; LOUREIRO, 2004a, 2004b e 2005; RODRIGUES, 2004 e 2008) como conservadora, comportamentalista ou, ainda, reducionista. Para esses e muitos outros autores, essa vertente educacional não possibilita a contextualização, a discussão e a problematização dos problemas ambientais. A prática desta vertente de EA objetiva, quase que exclusivamente, culpabilizar e responsabilizar a sociedade pelos danos ambientais e por sua reversibilização, mantendo as condições postas e não instigando uma mudança de postura que leve a desenvolver um sentimento de insatisfação perante as políticas públicas e o modelo socioeconômico vigente.

Nesse sentido, Brugger (1999) afirma que:

A educação-adestramento é uma forma de adequação dos indivíduos ao sistema social vigente. Não se quer dizer com isso que uma adequação seja intrinsecamente ruim – pelo contrário, adequações são sempre necessárias para se viver em qualquer sociedade. O que se deseja criticar, sim, é a adequação que conduz particularmente à perpetuação de uma estrutura social injusta (BRUGGER, 1999, p.35).

Para Rodrigues (2008), a prática desse tipo de educação reduz a questão ambiental a uma visão unilateral, fragmentando a realidade e explicando sua totalidade através das partes, o que ocasiona uma despolitização e alienação em relação às questões ambientais.

Dessa forma, a EA acaba ficando limitada a uma pequena mudança cultural, tendo compromisso linear com a crise ambiental, sem relação com as condições sociais, colocando a dimensão política do relacionamento em segundo plano. Entretanto, a mudança cultural acarretará apenas mudanças individuais nos hábitos cotidianos, como o consumo sustentável e a reciclagem, alimentando a premissa de que o desenvolvimento tecnológico solucionará todos os impasses modernos, não levando à problematização do meio político-social-ideológico (LOUREIRO, 2005; LAYRARGUES, 2006).

Os projetos financiados pelas iniciativas empresariais que adentram os portões da escola apresentam-se discursivamente comprometidos com o meio ambiente. Loureiro e Lima (2012) discutem que, na maioria das vezes, esses projetos são implementados em cumprimento a condicionantes do processo de licenciamento ambiental das empresas ou para que elas ganhem visibilidade na era da economia verde. Nesses casos, os temas são definidos previamente, sem uma aproximação anterior com os sujeitos envolvidos. Esses temas, em geral, estão focados na

difusão de um discurso ideológico de sustentabilidade, ancorado em uma economia de mercado, sem compromisso com mudanças de atitudes, sem instigar a criticidade e a mobilização social.

Os organizadores do documento “*Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental*” (BRASIL, 2007) realizaram uma pesquisa a fim de investigar os projetos de Educação Ambiental desenvolvidos no âmbito escolar. Nessa pesquisa, os autores identificaram que os três temas mais abordados nos projetos de Educação Ambiental escolar são: água; lixo e reciclagem; poluição e saneamento básico. E que é pelo tema do lixo que as ideias de reciclagem chegam aos estudantes.

A questão do “lixo” geralmente é abordada e fundamentada por meio da Pedagogia ou Política dos 3 Rs (Reduzir, Reaproveitar e Reciclar). Porém, trata-se de um problema grave e bem mais complexo, que representa hoje um grande desafio para a sociedade moderna, principalmente para os órgãos públicos, a quem compete definir sobre a destinação do “lixo” produzido no município. Guanabara, Gama e Eigenheer (2008) defendem que é preciso superar a maneira como a pedagogia dos 3Rs é concebida nas escolas, sendo esta, geralmente, reduzida a atividades de (re)aproveitamento e reciclagem. Nessas circunstâncias, ignora-se a potencialidade da pedagogia dos 3 Rs para mudanças de atitudes.

Os trabalhos de Felix (2010) e Mazini et al. (2014), analisados na revisão de literatura, apresentam uma ampla discussão sobre o papel da reciclagem em projetos de EA. Esses autores sugerem que há outras possibilidades para a abordagem da reciclagem em sala de aula para que se possa tornar os projetos desenvolvidos algo realmente contínuo e motivador, vinculados à contextualização da situação sócio-histórica dos sujeitos, à compreensão do meio em que estão envolvidos e às suas historicidades.

De acordo com Layrargues (2002), a prática ambiental que hoje se materializa nas instituições escolares está focada na mudança comportamental da técnica da disposição domiciliar do lixo, e não na reflexão de mudança dos valores culturais que sustentam o estilo de produção e consumo da sociedade moderna. Sobre esse processo, Calderoni (2003) comenta que é imprescindível proporcionar, não só na escola, mas em qualquer âmbito de ensino ou de divulgação de conhecimentos, uma revisão dos hábitos de consumo. Todos nós reagimos positivamente a projetos de separação dos resíduos sólidos, porém essa prática individual geralmente não prossegue além de uns poucos dias ou semanas, não há estímulo à continuidade.

Para Layrargues (2002), os projetos de EA nas escolas precisam ir além da simples separação de materiais, devem envolver, além das mudanças de comportamentos e atitudes, uma ação cidadã de pressionar o poder público e o empresariado na definição de metas e estratégias para que se estabeleça um padrão de produção e de consumo que proporcione a todos

oportunidades justas em um ambiente tranquilo e saudável. Calderoni (2003) deixa claro que o processo de reciclagem é uma medida paliativa e que é inadiável providenciar maneiras de reduzir o consumo, (re)aproveitar ao máximo e evitar desperdícios.

Pinheiro et al. (2014) buscaram analisar, a partir de narrativas de catadores, intermediários da reciclagem e gestores públicos, as tomadas de posições e contradições que constituem os aparatos públicos de reciclagem, analisando as políticas e práticas em educação ambiental. Para esses autores, não há dúvida de que a concepção vigente de educação ambiental, entre os gestores públicos consultados durante a investigação, aproxima-se de uma educação ambiental normatizadora, transmissora e fornecedora de informações e códigos de comportamento correto. De certa forma, essa concepção acaba por nortear as políticas e os planos de educação dos municípios.

A revisão realizada nos mostra que a discussão concernente à EA ainda está muito presa e limitada aos aspectos técnicos, psicológicos e comportamentais de questões que envolvem o lixo e a destinação dele, ignorando a dimensão política e social que existe por trás desse assunto. Como fruto de uma sociedade conservadora e pragmática, a Educação Ambiental muitas vezes não cumpre seu papel de formação para cidadania e de transformação social.

Souza (2003) defende que a Educação e a EA são, ou deveriam ser, respectivamente, instrumentos de inclusão social e de interação entre a sociedade e o meio que ela habita. Afirma ainda que, com a fusão da educação formal e da EA, seria possível instigar o questionamento acerca das alternativas de desenvolvimento socioambientais, o que, conseqüentemente, amenizaria ou extingiria as desigualdades sociais.

Entendemos que uma Educação Ambiental crítica poderia contribuir para a discussão do cerne da problemática da reciclagem, superando a prática reducionista, gerando a transformação do pensamento, das atitudes e dos paradigmas, por meio de uma ampla reflexão sobre os valores culturais da sociedade de consumo, da sociedade industrial, do sistema capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo.

O campo teórico da Educação Ambiental ainda apresenta muitos embates e contradições. Há, basicamente, duas perspectivas em pauta: uma conservadora, reducionista ou comportamentalista; e outra crítica, transformadora ou emancipatória (LOUREIRO, 2005; LOUREIRO, LIMA, 2012). De acordo com Rodrigues (2008, p. 37), a primeira “contribui para o esvaziamento político dos conflitos inerentes à questão ambiental”, acarretando uma visão reducionista dos problemas ambientais que retira do ser humano toda e qualquer relação com esses problemas. Já a vertente transformadora ou emancipatória é caracterizada pela crítica,

tendo uma visão holística da questão ambiental, destacando o ser humano como o centro desta (LOUREIRO, 2004b).

É importante destacar que, apesar de a EA, em alguns casos, ser encarada como uma esperança de mudança social, ela não pode ser vista ou apontada como salvadora da humanidade, pois não podemos ignorar as demais determinações sociais nas quais estamos envolvidos (LOUREIRO, 2004b).

Porém, Loureiro (2004b, p. 89) afirma que a prática da EA emancipatória ou transformadora é capaz de proporcionar “mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais” e frisa ainda que essas mudanças só são possíveis na união de saberes e conhecimentos de diversas áreas. Uma educação ambiental, para ser transformadora, precisa ser dialógica, participativa, contextualizada e emancipatória.

Essa EA definida como transformadora vai ao encontro da educação libertadora proposta por Paulo Freire, que busca a problematização do cotidiano do aluno, desenvolvendo uma percepção do indivíduo no mundo, visando à inserção crítica deste na realidade. Carvalho (2004, p. 156) discute que “[...] a formação do indivíduo só faz sentido se pensada em relação com o mundo em que ele vive e pelo qual é responsável”. Essa proposta de educação possibilita um amadurecimento individual e coletivo, onde o indivíduo se enxerga como dono de sua história, ocasionando a superação dos entraves que atrapalham o crescimento social e a humanização. Para isso, é preciso incitar a tomada de consciência, pois só assim seremos capazes de superar as relações de dominação à qual todos nós estamos submetidos (LIMA, 2004; LOUREIRO, 2004a; RODRIGUES, 2008).

A EA transformadora considera, em sua prática pedagógica, os aspectos políticos, éticos, sociais, científicos, econômicos, tecnológicos, culturais e ecológicos. Sendo assim, Carvalho (2004) esclarece que um projeto de uma EA que se pretende transformadora deverá ter como principal objetivo a compreensão das relações sociedade-natureza, a intervenção nos problemas e conflitos ambientais, contribuindo para a mudança de valores e atitudes. Só assim é possível educar o indivíduo ou grupo para lutar por um rompimento das estruturas de opressão da sociedade atual.

Quintas (2004) destaca que apenas a mudança de postura individual não é suficiente para mudar o panorama ambiental, pois, em uma sociedade complexa como a nossa, é quase impraticável ter atitudes coerentes com as práticas de proteção ambiental. Algumas dessas atitudes fogem do controle do indivíduo que, na maioria das vezes, rende-se às ações mecanizadas dos compromissos diários. Nesse caso, as agressões ao meio ambiente estão intimamente ligadas aos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Para Loureiro (2004a, p. 79):

[...] a educação ambiental não se refere exclusivamente às relações vistas como naturais ou ecológicas como se as sociais fossem a negação direta destas, recaindo no dualismo, mas sim a todas as relações que nos situam no planeta e que se dão em sociedade – dimensão inerente à nossa condição como espécie. Assim, o educar “ambientalmente” se define pela unicidade dos processos que problematizam os atributos culturais relativos à vida – quando repensa os valores e comportamentos dos grupos sociais; com os que agem nas esferas política e econômica – quando propicia caminhos sustentáveis e sinaliza para novos padrões societários (LOUREIRO, 2004a, p. 79).

Para finalizar essa discussão a respeito das vertentes mais questionadas e discutidas da EA, concordamos com Rodrigues (2008), que diz que:

[...] um entendimento reducionista e despolitizado da crise ambiental não favorece a tomada de iniciativas em defesa da qualidade de vida, da responsabilização dos agentes da degradação ambiental e da luta pelos direitos ambientais, entendidos como direitos de cidadania. Por outro lado, politizar o debate e a educação ambientais pode significar um estímulo à compreensão dos riscos presentes nas agressões ambientais, ao reconhecimento do acesso a um ambiente limpo como uma conquista cidadã e à participação organizada na resolução de problemas comunitários e na defesa do bem-estar público (RODRIGUES, 2008, p. 37).

É na relação estabelecida entre o indivíduo e a sociedade, na preocupação com o outro, no compromisso assumido com o mundo que se consegue ver o todo (CARVALHO, 2004). De acordo com Guimarães (2004), somente uma educação norteada pelos ideais de uma EA crítica, emancipatória e transformadora é capaz de gerar esperanças para mudanças na crise “socioambiental” que hoje presenciamos.

Estamos vivendo um momento de crise, uma crise cultural, social e de valores, em que uma das grandes questões a ser trabalhada e discutida é o consumo desenfreado da sociedade moderna, que busca um teto de consumo próximo ao dos estados norte-americanos, limite este insustentável para nosso planeta. Portanto, consideramos que discutir reciclagem vai além de uma mudança de postura técnica e de aprendizado sobre o que é e como separar o lixo. São necessários uma reflexão e um questionamento mais amplo do consumismo que passou a ser sinônimo de felicidade e de prazer. Incitar a privação e o julgamento do ato de consumir sem limites é ir de encontro a um sistema econômico posto e bem consolidado, balizado na alienação da sociedade.

Diante dessas circunstâncias, cabe à educação lutar para a superação da dinâmica capitalista, tendo como premissa a construção de novos padrões societários, comprometidos com a emancipação e com a busca de relações não alienadas da natureza (LOUREIRO, 2009).

O cerne da educação ambiental é a problematização da realidade, de valores, atitudes e comportamentos em práticas dialógicas. Ou seja, para esta, conscientizar só cabe no sentido posto por Paulo Freire de “conscientização”: de processo de mútua aprendizagem pelo diálogo, reflexão e ação no mundo. Movimento coletivo de ampliação do conhecimento das relações que constituem a realidade, de leitura do mundo, conhecendo-o para transformá-lo e, ao transformá-lo, conhecê-lo (LOUREIRO, 2012, p. 80).

Falamos, assim, de uma práxis educativa, em que a transformação do mundo e a autotransformação ganham espaço na união da teoria e prática, favorecendo uma reflexão das condições sociais, contribuindo para mudanças de atitudes e comportamentos. De acordo com Loureiro (2012, p. 86), “sem que as condições sejam alteradas ou, pelo menos, problematizadas no processo de adoção de novos comportamentos, é difícil que novas atitudes aconteçam”. Dessa forma, compreendemos que o ideal da EA está voltado diretamente para a mudança social e cultural, o que poderia vir a instituir também uma ideologia para se repensar as relações sociais.

3.1.2 O Enfoque CTS na Educação Escolar

Além da EA, outra vertente que tem tratado das questões ambientais no interior da escola é o enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). O avanço tecnológico e o avanço científico que iludiam o ser humano com a falsa promessa de salvar a humanidade de todos os seus males começaram a ser questionados por movimentos sociais que tiveram início na década 1960. A ciência e a tecnologia significavam, até aquele momento, progresso, já que auxiliavam na exploração da natureza e impulsionavam o desenvolvimento industrial (ANGOTTI & AUTH, 2001; SANTOS & MORTIMER, 2001; LINSINGEN, 2004).

Segundo Bazzo (1998), a lógica do comportamento humano é a lógica da eficácia tecnológica e as razões eram simplesmente as razões da ciência. Com o advento das duas grandes guerras mundiais, armas nucleares e bombas passaram a ameaçar a existência humana. Os aparatos tecnológicos passaram a ser usados de forma abusiva e os desastres ambientais tornavam-se cada vez mais frequentes. A partir desse contexto, começaram a surgir questionamentos acerca do avanço tecnológico e do conhecimento científico que até então eram reconhecidos como uma divindade (ANGOTTI & AUTH, 2001; LINSINGEN, 2004). De acordo com Santos e Mortimer (2001), parcelas cada vez maiores da população passaram a

estudar as consequências do uso da tecnologia e a discutir a profissão de cientista. Isso possibilitou uma tomada de consciência em relação ao cientificismo, que sempre colocou a ciência submissa ao capital na busca incansável pelo lucro.

Esses movimentos, que desencadearam estudos questionadores da relação Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), partiram do pressuposto de que era preciso romper com os três mitos da visão reducionista: a superioridade científica, a perspectiva salvacionista e o determinismo tecnológico. Esses três mitos podem ser explicados por si só, como ressalta Santos (2007b), já que ocasionam uma postura de confiança absoluta na ciência e em todo o conhecimento oriundo dela, fazendo crer que todas as ameaças que poderão vir a amedrontar a existência humana podem ser suprimidas por uma determinada tecnologia, resguardando o ser humano de qualquer risco de extinção. O mesmo autor frisa que somente com a ruptura desses mitos será possível desenvolver uma postura crítica da sociedade diante da interação que é estabelecida entre a ciência e a tecnologia. Ele conceitua essa perspectiva, contrária à visão reducionista, como perspectiva ampliada.

Foi nesse ínterim da tomada de consciência por parte da sociedade que os movimentos ambientalistas se fortaleceram e buscaram forças para defender suas iniciativas e contestações em prol do meio ambiente e da sociedade. Isso porque os estudos em CTS relacionam-se diretamente com os ideais de uma Educação Ambiental (EA) transformadora e emancipatória, uma vez que buscam explorar os conhecimentos sob um caráter mais amplo por meio de uma reflexão crítica e permanente da realidade (ANGOTTI & AUTH, 2001). Os dois movimentos tiveram trajetórias relativamente autônomas, como comenta Farias & Freitas (2007), possuem espaços, discursos e identidades distintas, mas se inter-relacionam à medida que defendem a necessidade de formação de valores. Esses valores incluem, de acordo com Santos (2007):

[...] interesses coletivos, como solidariedade, de fraternidade, de consciência do compromisso social, de reciprocidade, de respeito ao próximo e de generosidade. Tais valores, na perspectiva desses movimentos, se relacionam às necessidades humanas, em uma perspectiva de questionamento à ordem capitalista, na qual os valores econômicos se impõem aos demais (SANTOS, 2007, p. 2).

O desenvolvimento científico e tecnológico, aceito como condição inexorável e inerente ao progresso (COSENZA et al., 2010), tem contribuído para uma percepção incoerente e desconexa da realidade, alienando-nos e incapacitando-nos para questionar as consequências sociais e ambientais decorrentes de um desenvolvimento desenfreado.

Para Ramsey (1993), um tema de caráter social com potencial condição para se trabalhar as repercussões sociais e ambientais do desenvolvimento científico e tecnológico deve obedecer

a três critérios básicos: 1) Ser um problema de natureza controvertida, ou seja, que contemple opiniões diferentes a seu respeito. 2) Possuir significado social. 3) Ter relação com ciência e tecnologia. Nesse contexto, as discussões pertinentes à reciclagem despontaram, principalmente no que concerne aos catadores de materiais recicláveis como objetos de investigação, uma vez que contemplam todos esses critérios.

A ciência e a tecnologia envolvidas no processo de otimização da reciclagem estão relacionadas, principalmente, ao investimento na produção e/ou no consumo de materiais recicláveis e em pesquisas e técnicas aprimoradas para o desenvolvimento de novos produtos capazes de serem inseridos novamente no ciclo de produção. Sendo assim, à medida que sujeitos, em estado de precariedade social, despontam como consequência dos avanços científicos e tecnológicos, suscitam questionamentos pertinentes aos pressupostos do movimento CTS.

A reciclagem carrega consigo as consequências de um desenvolvimento científico e tecnológico que ignora suas dimensões sociais e ambientais, disfarçada em um discurso ideológico de preservação ambiental que oculta a realidade dos sujeitos envolvidos nesse processo. Por outro lado, os pressupostos do movimento CTS prezam por uma educação política que luta por uma transformação do modelo racional de conceber ciência e tecnologia (RODRIGUES e PINTO, 2009) e que alerta para o questionamento dos modelos e valores inseridos em nossa sociedade pelo desenvolvimento científico e tecnológico, superando a ideia arraigada em nossa cultura de uma ciência neutra e absoluta. Nesse sentido, entendemos a reciclagem como um tema potencialmente controverso por envolver, de um lado, sujeitos em estado de precariedade social que retiram dela o sustento mínimo para sua sobrevivência e, do outro lado, uma indústria poderosa empenhada em manter os altos índices de consumo necessários ao sustento do modelo capitalista.

A abordagem de temas como esse no meio educacional pode proporcionar uma ampla discussão em torno de uma nova concepção de ciência e tecnologia. Exemplo disso pode ser visto em Carleto e Pinheiro (2010), quando, em uma intervenção sobre reciclagem com alunos da escola básica, eles observaram que a maioria deles reconhece que é urgente a participação cidadã nas decisões que envolvem essa temática no contexto científico-tecnológico. Segundo esses autores, os alunos reconheceram, ainda, a necessidade de os seres humanos reverem seus hábitos de consumo e eliminarem o desperdício.

Em outro trabalho, Leal, Gonçalves e Junior (2002) discutem enfaticamente as origens e consequências complexas da indústria da reciclagem, abordando com maestria questões das

relações entre a sociedade de consumo, o interesse capitalista de reintroduzir a preços irrisórios bens de produção no ciclo produtivo e as condições de vida dos catadores.

A catação de materiais recicláveis constitui, para muitos trabalhadores, a única forma de garantir a sobrevivência e a possibilidade de inclusão em um mercado de trabalho excludente. Por isso, elegemos a reciclagem como tema para discernir e discutir questões científicas e tecnológicas, que podem ser norteadas pelo enfoque CTS, a fim de entender os reais benefícios e as reais intenções camuflados pelo poder salvacionista que se concede ao modelo vigente de sustentabilidade.

3.2 “Meio Ambiente” – Sustentabilidade e/ou Desenvolvimento Sustentável

Ancorado na esperança da sociedade de vivenciar um mundo melhor, o Desenvolvimento Sustentável é pronunciado por todos os lados, invadindo nossos ouvidos e mentes, persuadindo uns, confundindo outros sobre suas reais intenções, sensibilizando a maioria e agregando cada vez mais admiradores.

O termo Desenvolvimento Sustentável foi desenvolvido pela Comissão de Brundland em detrimento ao ecodesenvolvimento. Considerando todo o contexto histórico que favoreceu o surgimento do discurso do desenvolvimento sustentável, podemos dizer que este carrega consigo uma marcante intencionalidade que mascara todo jogo de interesses e poderes que representa. Um discurso que condiciona o crescimento econômico apenas ao comprometimento com a capacidade de suporte dos ecossistemas, a fim de garantir, a longo prazo, a existência social da espécie humana e de outras espécies não contribui para mudanças no panorama mundial.

A respeito de Desenvolvimento Sustentável, Loureiro (2012, p. 71) afirma que:

Seu caráter genérico é lastreado por uma perspectiva humanitária que aposta na **cooperação de boa fé** [grifo do autor], em uma ética ecológica e a gestão racional dos recursos ambientais como saída para a proteção natural. Aqui se encontra uma visão dualista e fictícia.

Dualista porque coloca de modo estanque de um lado os seres humanos degradadores (julgados como maldosos e impiedosos) e de outro a natureza (idealizada como frágil), sendo o ponto mediador os que tomaram consciência e buscam a sustentabilidade.

Conforme delinea Lima (2003), há duas grandes matrizes interpretativas que sustentam o discurso da sustentabilidade – derivação do termo Desenvolvimento Sustentável – mas que são contraditórias e, portanto, polarizam o debate atual contribuindo para a diversidade de posições e tendências político-filosóficas.

A primeira matriz corresponde à ideia inicial de sustentabilidade delineada na Comissão de Brundtland, representando, portanto, o discurso oficial. É um discurso politicamente pragmático, reduzindo a sustentabilidade à dimensão econômica e tecnológica, defendendo que a introdução de “tecnologias limpas”, a contenção do crescimento populacional e o incentivo a processos de produção e consumo ecologicamente orientados representam uma forma de conciliar economia de mercado com desenvolvimento sustentável. Essa nova visão de crescimento econômico aliado à preservação ambiental é vista como um desafio para o capitalismo à medida que exige uma adaptação às novas exigências ambientais, mas, ao mesmo tempo, renova os estímulos de competitividade produtiva. Esse discurso de sustentabilidade defende a possibilidade de aumentar a produção com menor consumo de recursos naturais e reduzir a geração de resíduos industriais. Portanto, essa matriz se resume a uma argumentação econômica e técnico-científica, deixando em segundo plano as questões éticas e políticas associadas a valores biocêntricos de participação política e de justiça social. Logicamente, por toda bagagem epistemológica, esse passou a ser um discurso defendido e repetido pelos setores não governamentais e empresariais.

A segunda matriz entende que a sustentabilidade se estende por toda complexidade da vida individual e social. Voltados para uma delimitação de uma sociedade sustentável, os atores que se aderem a essa matriz defendem a democracia participativa e destacam a importância da sociedade civil para a aquisição de uma sustentabilidade social, lutando a favor da equidade. Nesse sentido, Loureiro (2012) afirma que o debate em torno do tema Desenvolvimento Sustentável deve incluir, além de questões econômicas, as questões culturais.

O reducionismo econômico e tecnológico que caracteriza o discurso oficial de sustentabilidade perde terreno nessa matriz complexa que defende que não há sustentabilidade se não houver incorporado, em seu discurso, a luta para superação das desigualdades sociais e políticas, assim como a necessidade da predominância dos valores éticos de respeito à vida e à valorização das diferenças culturais.

O discurso oficial do Desenvolvimento Sustentável, hoje hegemônico em nossa sociedade, alcança-nos por todos os lados. Ao ser legitimado pela academia e, conseqüentemente, pela Ciência, tornou-se o *slogan* da sociedade moderna. Lima (2003) defende que a Ciência precisava garantir um discurso capaz de convencer a todos de que é

possível aliar conservação ambiental e crescimento econômico e social. Não seria suficiente, para convencimento de determinados setores sociais, um discurso que defendesse apenas valores antagônicos, como sustentabilidade x economia.

O trabalho de Araújo e Pedrosa (2014) ilustra como a primeira matriz nos atinge por todos os lados. Ao entrevistarem licenciandos em Ciências Biológicas, a fim de apurar suas concepções de Desenvolvimento Sustentável, eles verificaram que os futuros professores revelaram concepções protecionistas e conservacionistas, citando reciclagem e economia de água e de energia como ações de sustentabilidade.

As intensas discussões de cunho ambiental em torno da sustentabilidade não estão atreladas às contradições do termo Desenvolvimento Sustentável, nem ao seu sentido biológico, muito menos ao seu vínculo com a economia, tampouco com o sentido ou qualificação que lhe é dado no que concerne a atribuir às gerações atuais a responsabilidade pela vida das pessoas no futuro. O grande desafio, como aponta Loureiro (2012), é definir a finalidade da sustentabilidade e como realizá-la. Geralmente, o setor público, as organizações não governamentais e a iniciativa privada se apropriam do discurso da sustentabilidade por encontrarem nele plausibilidade para suas ideias, ações e iniciativas. Por mais agressivos que determinados projetos possam ser em relação ao meio ambiente, recebem confiança e credibilidade da sociedade. Contudo, a natureza e o meio ambiente utilizados nesses discursos representam apenas um pano de fundo, algo imutável, mas que é suficiente para dar segurança a determinadas ações, convencer e persuadir uma parcela ingênua da sociedade.

Loureiro (2012) ressalta, ainda, que o conceito de Desenvolvimento Sustentável está impregnado de conservadorismo, principalmente no que concerne às práticas econômicas. Embora esteja pautado, na maioria das vezes, no princípio da solidariedade, garantindo hipoteticamente a compatibilidade entre preservação da natureza e justiça ambiental, nota-se claramente que o termo desenvolvimento é associado a crescimento, visando à expansão de mercado.

Conforme Porto-Gonçalves (2004, p. 24), “**desenvolvimento** é o nome-síntese da ideia de **dominação da natureza**” (grifo do autor). Desenvolver é distanciar de tudo que é natural, é se maravilhar, desfrutar e vislumbrar todas as construções humanas, independentemente de sua natureza. Portanto, esse termo está intrinsecamente ligado à noção de progresso. Vivemos um tempo em que a questão ambiental deve ser elemento central das discussões que envolvem aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Contraditoriamente, enquanto a ideia de progresso traz a dominação da natureza como ponto crucial, o ambientalismo determina que há

limites para essa dominação. E, ainda, é importante ressaltar que essa dominação camufla o poder do conhecimento científico que está por trás de toda ação.

Em suma, podemos afirmar que o discurso da sustentabilidade é um discurso idealista, que apenas acrescentou a variável ecológica a um sistema conservador de crescimento econômico, tornando-se, portanto, passível de questionamentos, por serem os princípios do sistema capitalista, comandados pela economia de mercado, quem direciona todas as iniciativas econômicas e políticas, ignorando o ideal ético da luta pela justiça socioambiental (LIMA, 2003).

Loureiro (2012) se posiciona radicalmente diante de uma superação do atual contexto controlado e dominado pelo capitalismo. Para o autor, não faz sentido um discurso que tente aproximar ideais contraditórios, não há compatibilidade possível entre uma sociedade de mercado e as propostas de sustentabilidade, que têm como premissa a transformação das relações sociais com a economia, a política, o ambiente e a vida. Não faz sentido limitar os problemas sociais e ambientais a problemas técnicos e gerenciais, não é suficiente humanizar e ecologizar porque os pressupostos do capitalismo sempre irão predominar.

Ao associarmos o discurso de desenvolvimento econômico ao de Desenvolvimento Sustentável, nós nos distanciamos da ideia de emancipação que estava atrelada ao ecodesenvolvimento, mantendo todas as possíveis consequências advindas da ordem econômica vigente. Reafirmar e difundir essa perspectiva do discurso tende à intensificação e disseminação dos problemas ambientais e contribui para a incorporação da perspectiva conservadorista nas práticas educativas (LOUREIRO, 2012).

A crise contemporânea exige um projeto de sustentabilidade além dos interesses do mercado, é necessária uma articulação desses interesses com a multiplicidade dos aspectos sociais, superando o reducionismo de uma sustentabilidade ancorada apenas em mudanças técnicas e demográficas.

Cometti e Alves (2010) observam que o mercado tem tentado se adaptar, de alguma maneira, para atender às necessidades imediatas na corrida pela sustentabilidade. Esses autores elaboraram um estudo sobre o sistema de recolhimento e destinação final de embalagens de agrotóxicos no Brasil. Segundo eles, esse sistema tem atendido à proposta de sustentabilidade de Sachs (2002): na dimensão social, tem favorecido a equidade do acesso dos agricultores ao sistema; na cultural, contribui para campanhas educativas desenvolvidas pelo governo e fabricantes de agrotóxicos; na ambiental, apontam a destinação final correta dada às embalagens recolhidas; na econômica, o custo do sistema; e, na política, o trabalho

desenvolvido pelos fabricantes e pelo governo para a implantação do sistema. Nesse processo, destaca-se a importância da logística reversa.

A logística reversa é uma proposição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) como parte da gestão compartilhada. O termo está relacionado com a recuperação de materiais após o consumo, principalmente aqueles com inviabilidade na reciclagem ou produtos perigosos, contribuindo para o retorno desses materiais ao processo de fabricação. Inicialmente, a PNRS prevê que este processo seja obrigatório para agrotóxicos, pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas, embalagens em geral e produtos eletroeletrônicos e seus componentes (geladeiras, televisores, celulares, computadores e impressoras). Porém, esse processo só é viável se houver responsabilidade socioambiental das lojas, supermercados, distribuidores, importadores e comércio em geral (TODESCO, FIGUEIREDO, 2014). Em tese, esse mecanismo contribui para tornar o mercado da reciclagem mais estável e vigoroso, mantendo os níveis de consumo à medida que representa uma “solução” para os resíduos altamente poluentes. Na prática, a logística reversa tem se mostrado falha e ineficiente e esses produtos acabam sendo destinados a aterros ou vazadouros.

Apesar do exemplo bem-sucedido apresentado por Cometti e Alves (2010), mesmo no contexto da sustentabilidade, a reciclagem continua sendo um tema controverso. Há uma diversidade de trabalhos, acerca desse tema, que abordam questões sociais, ambientais e econômicas do processo de reciclagem. Muitos têm um embasamento teórico-metodológico que fundamenta e fornece credibilidade aos processos. Contudo, observamos que, aos poucos, trabalhos dedicados ao estudo de catadores vêm aumentando, afinal, são esses os sujeitos que, na maioria dos casos, possibilitam ou favorecem o funcionamento desses processos. Por isso, neste estudo, iremos limitar a análise teórica sob a perspectiva ambiental da reciclagem com ênfase nos catadores e nas suas concepções sobre esse processo.

3.3 Sociedade – Catadores

Esses sujeitos que (sobre)vivem da e para a reciclagem, quando apreendidos por olhares daqueles que caminham pelas ruas, são capazes de despertar reflexões e inquietações. São mulheres, homens e até crianças que circulam entre pessoas e automóveis deslocando um veículo de tração humana que pode pesar até duzentos quilos (MEDEIROS e MACEDO, 2006), carregado com materiais dos mais diversos tipos, como sucatas, papelão, latinhas de alumínio,

firos de cobre, plástico, papel, entre outros, para “alimentar” – no sentido concreto e abstrato da palavra – a eles próprios e a indústria de reciclagem.

A crise do emprego é histórica, mas, em especial, no início do século XX, conduziu muitos trabalhadores à categoria de desempregados. A redução de gastos nas empresas achatou os salários dos permanentes. Por outro lado, aqueles que não têm a mesma “sorte” são demitidos e partem à procura de subempregos. Normalmente, são pessoas carentes de acesso aos direitos sociais, com pouca perspectiva de participar do mercado de trabalho formal e que ficam à margem da sociedade que ajudam a sustentar. Marx, em *O Capital* (1988), relata que a força de trabalho disponível, sem ocupação fixa, formaria o “exército de reserva” e este seria parte integrante do funcionamento do capitalismo. Essa superpopulação, que possui baixa ou nenhuma qualificação profissional, compõe a parcela vulnerável da sociedade e, portanto, só lhe restam as atividades informais. Todo esse contexto teve importância crucial no processo de acumulação do capital, favorecendo a concentração de renda.

Frutos de uma sociedade que adotou um estilo de vida “supérfluo”, os catadores de materiais recicláveis sobrevivem em condições precárias de trabalho, com riscos à saúde e à vida, sendo subjugados e excluídos do sistema social. Esses trabalhadores representam claramente a dualidade presente na sociedade moderna. Se, por um lado, a indústria e o governo se beneficiam com a reciclagem, obtendo reconhecimento e lucros extraordinários, do outro, aqueles que são os responsáveis pela concretização e manutenção desta rica indústria sobrevivem na mais absurda miséria. Na realidade da sociedade moderna, várias dualidades se contrapõem, como exclusão/inclusão, vergonha/orgulho, pobreza/riqueza, falta/excesso, sujeira/limpeza, miséria/fartura. Essas dualidades nos possibilitam uma diversidade considerável de discussões e reflexões. Porém, não é esse o objetivo deste trabalho. Nosso foco está nas pessoas que exercem a “profissão” de catador em meio ao cenário caótico e controverso da reciclagem.

A maioria das pesquisas a respeito de catadores retrata a precariedade das condições de trabalho e a dificuldade de socialização desses sujeitos. De acordo com a abordagem multidimensional de Garry Rogers (1995 apud DAMIANO TEIXEIRA, 2015, p. 100), a exclusão social dos catadores pode variar em vários níveis:

[...] (a) exclusão do mercado de trabalho, por estarem desempregados a médio ou longo prazo; (b) exclusão do trabalho regular, por estarem subempregados ou mesmo desempregados; (c) exclusão do acesso a moradias decentes e a serviços comunitários; (d) exclusão do acesso a bens e serviços, inclusive públicos; (e) exclusão do acesso à terra; e (f) exclusão em relação à segurança física, à sobrevivência e à proteção contra contingências.

Além dessas, Silver (1995 apud DAMIANO TEIXEIRA, 2015) apresenta outras dez categorias que também possibilitam classificar os catadores como excluídos: 1) os desempregados de longo prazo; 2) os empregados em empregos precários; 3) os não qualificados; 4) os pobres; 5) os analfabetos; 6) os evadidos da escola; 7) as mulheres; 8) as minorias raciais; 9) os que recebem assistência social; 10) e os residentes em vizinhanças deterioradas.

Dumke e Ratto (2013) comentam que, em algum momento da história, em um sistema capitalista, seremos ou fomos excluídos. A inclusão é uma característica própria da exclusão. Para Martins (1997 apud DUMKE e RATTO, 2013), a sociedade capitalista tem seus próprios modos de inclusão e exclusão, que ocorrem conforme suas próprias regras e sua própria lógica.

Muitas vezes, a jornada de um catador ultrapassa doze horas diárias ininterruptas de um trabalho exaustivo e insalubre, considerando as condições a que estes indivíduos se submetem puxando seus carrinhos carregados e pesados por alguns quilômetros nas ruas movimentadas das cidades. Ao final dessa jornada, muitas vezes, esses sujeitos ainda são explorados por donos de depósitos de lixo (atravessadores) que trocam os resíduos coletados por bebida alcoólica ou pagam um valor irrisório, insuficiente para manter as condições mínimas de dignidade de um ser humano.

Todos sabem que são esses sujeitos que viabilizam e tornam possível a reciclagem por meio da coleta seletiva, porém somente os mais críticos serão capazes de refletir sobre as circunstâncias que eles vivem e repensar o contexto da reciclagem, tão valorizada e estimulada nos dias atuais. Reciclar tornou-se uma expressão comum diante da crise ambiental, praticamente sinônimo de preocupação e compromisso com o ambiente. Porém, a situação dos catadores suscita questionamentos: a serviço de quem esses sujeitos estão? A que tipo de sustentabilidade estamos nos referindo ao refletir sobre o papel do catador na sociedade? Que espécie de compromisso ambiental é esse? Entre esses e inúmeros outros questionamentos, ficamos diante de um impasse que nos leva a interrogar o sistema, a sociedade a que pertencemos e o poder atribuído às instituições.

Questões como essas precisam estar presentes nos processos educacionais, que devem se ocupar para muito além do simples ato da separação de material para a coleta seletiva, conforme destaca Layrargues (2002). Os catadores são pessoas que atravessam nossas vistas no dia a dia dos grandes centros sem serem vistos. Desfrutam das piores condições de vida e de

trabalho, à margem de uma sociedade preconceituosa, e vulneráveis a diversas formas de contaminação, em uma condição social muito desprestigiada em relação a outros trabalhadores.

Bosi (2008) lembra que a existência de pessoas vivendo do lixo não é recente no Brasil. Em seu artigo, Bosi (2008) resgata um poema de Manuel Bandeira conhecido como “O Bicho”, escrito em 1947. No poema, Bandeira retrata uma mensagem a pessoas que vivem catando comida entre o lixo. Porém, esses eram catadores de lixo, da comida que sobra e é desperdiçada no dia a dia dos abastados, e não de recicláveis. Próximo a 1980, Plínio Marcos escreveu a peça de teatro “Homens de Papel”, em que já destacava a figura do catador de papel. Essa abordagem já tratava de catadores de materiais recicláveis, uma vez que coletavam o material para vender a outra pessoa e esta, por sua vez, revendia para as recicladoras. Naquela época, a figura do catador tinha poucos representantes e ainda estava limitada às grandes cidades, restringindo-se à atividade de coletar papéis, vidros e sucatas de metal.

É na segunda metade da década de 1980 que essa força de trabalho torna-se realidade. A reciclagem transforma-se em negócio lucrativo ao encontrar nos catadores uma numerosa força de trabalho disponível e barata. Foram esses sujeitos que favoreceram o desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem e a expansão desse ramo de negócio no Brasil.

[...] a reciclagem no Brasil só tornou-se possível em grande escala quando o recolhimento e a separação dos resíduos se mostraram uma tarefa viável e de baixo custo, isto é, realizável por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado. Qualquer que fosse a organização desse tipo de trabalho, sua taxa de lucro deveria competir com preços determinados, por exemplo, pelo mercado mundial responsável por derivados de petróleo (PET, PVC e demais embalagens plásticas) e pela produção de alumínio e de celulose. Nestes termos, explica-se por que essa força de trabalho surgiu composta de trabalhadores sem contrato e com uma produtividade que pudesse ser definida pelo pagamento por produção: uma população desancada do mercado de trabalho e sem atributos para retornar às ocupações formais. Estes fatores garantiram, em grande parte, o crescimento do setor de reciclagem de modo a tornar os preços dos materiais reciclados cada vez mais próximos dos materiais não reciclados, o que efetivamente pôde ser verificado nos últimos anos da década de 1990.

Por muito tempo, a coleta de material reciclável esteve restrita a grupos de catadores de ruas nos grandes centros urbanos. Um grande contingente de pessoas desamparadas encontrou, no material reciclável disposto nas ruas e calçadas, uma oportunidade para a sobrevivência. Esses foram os primeiros sujeitos da reciclagem no país, com os quais temos enormes dívidas, conforme assume Demajorovic e Lima (2013).

Assim, há décadas catadores percorrem as ruas das cidades, sobrevivendo da coleta e da venda de materiais aptos a serem reciclados. Foi no final da década de 1980 que começaram a surgir as primeiras iniciativas de organização de catadores em cooperativas e associações a fim de lutar pelo encerramento das atividades nos lixões¹⁴ e de estabelecer parcerias com o poder público para implementação de coleta seletiva.

Essa forma de organização representou a reação de uma parcela excluída da sociedade que vem lutando pelo reconhecimento do direito ao trabalho, por uma alternativa às políticas de empregos convencionais e por uma maneira de promover a sustentabilidade ambiental com inclusão social (SINGER, SOUZA, 2002 apud BESEN, 2008).

No 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, um grupo se reuniu a fim de dar início à luta por conquistas, formando o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR), que se consolidou enquanto Movimento Social em 2001, no 1º Congresso da classe. O MNCR defende os interesses de catadores, como o direito ao trabalho, o fim dos lixões, a concessão de galpões com condições dignas para os catadores, a prioridade pela coleta seletiva e a remuneração para esse serviço, com justiça social e ambiental. Além disso, o movimento reivindica ainda o direito à cidade, à moradia digna, à educação, à saúde, à alimentação, ao transporte e ao lazer (MNCR, 2008; ACSELRAD, 2002 apud BESEN, 2008).

De acordo com Besen (2008, p. 2), o MNCR tem como metas:

1) o reconhecimento da categoria de catador de material reciclável, 2) a remuneração dos catadores pelos serviços prestados na coleta seletiva e 3) a consolidação da coleta seletiva com inclusão social e integração de catadores. A primeira meta foi alcançada em 2002, com o reconhecimento da atividade de catador de material reciclável pelo Ministério do Trabalho[...]. A segunda avançou em 2007, com a promulgação da Lei da Política Nacional de Saneamento nº 11.445 [...]. A terceira meta representa ainda um grande desafio do MNCR, dos Fóruns Lixo e Cidadania e das entidades de apoio e vários passos foram dados nessa direção. Em 2003, foi criado o Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores (Decreto Federal). Foram alavancados investimentos de significativos recursos da esfera federal no fortalecimento da coleta seletiva com inclusão social. As organizações de catadores estão obtendo recursos para: aquisição de equipamentos, construção de centrais de triagem, cursos de formação, melhorias nas três condições sanitárias e de trabalho e fortalecimento de redes entre as organizações visando ampliar as vendas coletivas dos recicláveis para a indústria na lógica do comércio e preços mais justos. Em 2006, o estudo “Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na Economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis” referenciou a criação de uma linha de investimentos para estruturação de cooperativas de catadores no país.

¹⁴ De acordo com a AGENDA 21, documento elaborado no Rio de Janeiro em 1992 (ECO 92) na ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cerca de cinco milhões de pessoas, sendo quatro milhões de crianças, morriam por conta de doenças relacionada ao lixo. E, ainda, foi feita uma projeção do volume de lixo para os próximos anos, afirmando que este iria dobrar até o final do século e novamente antes do ano de 2015. Felizmente, essas perspectivas não se confirmaram.

Porém, essas associações e/ou cooperativas sofrem alguns embates. Além de problemas pessoais e de organização, na maioria das vezes, elas não conseguem comercializar diretamente com as empresas recicladoras, precisando vender para “atravessadores” que compram das associações e estocam os materiais para, então, comercializar por melhor preço.

Ainda na perspectiva dos problemas, Soto (2001 apud DEMAJOROVIC, LIMA, 2013) comenta que há dois fatores que dificultam a compra dos materiais dos catadores pelas empresas e recicladoras. São eles a baixa qualidade de matéria-prima e a instabilidade no fornecimento dos recicláveis. Demajorovic e Besen (2007) acreditam que a parceria entre a prefeitura e os catadores, com a implementação da coleta seletiva, poderia contribuir para a superação desse entrave. Uma separação mais eficiente contribui para uma matéria-prima de qualidade que, somada a uma estrutura de armazenamento adequada e disponível, possibilita maiores estoques de materiais, facilitando o poder de comercialização com empresas. O MNCR vem lutando para superar essas dificuldades e possibilitar maiores lucros às associações e cooperativas.

De acordo com o IBGE (2011), em 2008 (ano de realização da pesquisa), havia aproximadamente 30 mil catadores associados a cooperativas ou associações em todo o país, sendo que quase 70% destes estavam concentrados nas regiões sul e sudeste. Naquele ano, a pesquisa ainda indicou que, das 1.175 cooperativas distribuídas por todo o território nacional, 851 estavam concentradas também nas regiões sul e sudeste.

A organização em associações e cooperativas trouxe maior visibilidade para os catadores. Com isso, os programas de coleta seletiva que envolvem o poder público e as cooperativas nos municípios foram ampliados. De acordo com Jacobi (1999), os primeiros programas de coleta seletiva tiveram início no final da década de 1980, com a redemocratização do país, período em que a sociedade civil encontrou abertura para questionar e exigir o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos.

De acordo com o Manual de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (2011), existem três tipos de coletas: 1) coleta seletiva porta a porta; 2) Pontos de Entrega Voluntária (PEV) e 3) cooperativa de catadores (BRASIL, 2001). A coleta seletiva porta a porta consiste na separação prévia dos resíduos pela população, podendo ser separados totalmente ou em materiais “secos” – inorgânicos – e “úmidos” – orgânicos. Posteriormente, os resíduos “secos” são coletados por veículo específico para esse fim e destinados a locais ou galpões prontos para serem separados, enfardados e encaminhados às empresas recicladoras. Geralmente, esse processo de coleta é financiado ou realizado pelos municípios. Nesse processo, é importante que a população esteja bem orientada, portanto o ideal é que ocorra um processo de educação ambiental no intuito de orientar e sensibilizar as pessoas para o modo correto de promover essa separação.

Os pontos de entrega voluntária consistem na instalação de contêineres ou recipientes próprios em locais públicos e de fácil acesso à destinação pela população de materiais a serem reciclados. Já as cooperativas de catadores, construídas e equipadas pelas prefeituras, trabalham na separação do material que é coletado por empresas privadas ou pelos próprios associados individualmente.

Conforme dados do Cempre (2011), estima-se que 90% de todo material reciclado no Brasil seja recuperado, coletado e separado pelas mãos de catadores. Em 2014, esse mesmo órgão realizou uma pesquisa que apontou que, na maioria dos municípios brasileiros, ainda prevalece a coleta porta a porta (80%), geralmente realizada por catadores e que não possui financiamento dos municípios.

É complexo entender a relação dos catadores com a evolução tecnológica e com as aberturas na legislação. Para isso, é importante compreender como se estrutura e como se tece a relação entre os diversos sujeitos que compõem a cadeia da reciclagem.

Aquino, Castilho Jr. e Pires (2009) apresentam a cadeia de reciclagem em três níveis básicos: 1) Base: catadores autônomos. 2) Nível intermediário (atividades de prensagem, trituração, armazenamento e transporte), dividido em três subníveis (conforme porte e forma de comercialização): 2.1) subnível 1 – cooperativas de catadores a pequenos sucateiros, que muitas vezes trabalham na informalidade – compram de catadores ou vendem para níveis superiores; 2.2) subnível 2 – organizações que processam e estocam material, que vendem para intermediários ou para empresas recicladoras; 2.3) subnível 3 – grandes sucateiros e aparistas que processam, no mínimo, cem toneladas por mês de materiais recicláveis, comprados geralmente das cooperativas de catadores, e que vendem exclusivamente para as empresas recicladoras. 3) Topo – empresas recicladoras que fazem a transformação do material reciclável e vendem diretamente para a indústria.

Quanto aos catadores, Siqueira e Moraes (2009) os organizam em três categorias: 1) catadores de rua – são aqueles que coletam sacos de lixo colocados pela população na rua, pelo comércio local ou pelas indústrias, com carrocinhas, carrinhos ou outro meio de transporte; 2) catadores cooperados – são aqueles associados ou membros de cooperativas que prestam serviços de coleta seletiva, de forma articulada e organizada, gerando trabalho e renda. Geralmente, estão associados ao MNCR, tendo apoio de organizações não governamentais, e articulados em fóruns, lutando para conquistar os direitos de participação nos programas municipais de coleta seletiva; 3) catadores de lixão – são aqueles excluídos socialmente que realizam a catação direta nos depósitos à céu aberto e que estão desvinculados de qualquer assistência social e organização.

Engenheer, Ferreira e Adler (2005) ressaltam que a cadeia da reciclagem se tornou algo viável e lucrativo pelo fato de estar pautada em um processo de exploração do trabalho humano, – nesse caso, dos catadores – já que os valores pagos pelo material coletado são extremamente baixos. Assim, essa lucratividade que a cadeia de reciclagem proporciona a alguns é que concede a ela eficiência e credibilidade econômica.

A cadeia de reciclagem representa claramente a desigual distribuição não só das condições de trabalho, mas também do valor gerado em cada um dos níveis ocupados. Os catadores autônomos, apesar de contribuírem com o maior volume do que é coletado, recebem a menor parcela do valor total que é gerado na cadeia da reciclagem, vendendo seus materiais a preços míseros aos atravessadores, que geralmente vivem na informalidade.

Grimberg, Tuzel e Goldfarb (2004 apud DEMAJOROVIC E LIMA, 2013) afirmam que os intermediários obtêm aproximadamente cem por cento de lucro, quando considerados o preço pago aos catadores e o preço do material vendido por eles. Para Besen (2011, p. 46):

[...] o sucesso da cadeia de reciclagem no país vem sendo viabilizado por um grande contingente de trabalhadores pouco valorizados e reconhecidos. Separando material reciclável em lixões, puxando suas carroças pelos centros urbanos ou trabalhando em cooperativas, eles integram a cadeia de reciclagem no país. São responsáveis pela maior parte do material que circula pela cadeia produtiva e, ao mesmo tempo, são os que recebem a menor parcela do valor gerado na atividade. Assim, a expansão da atividade de coleta e reciclagem se beneficia dessa situação de exploração e desigualdade, sendo necessário nos aproximarmos dela para melhor entender essa realidade.

Especialistas defendem a parceria e cooperação entre sociedade e governo para o enfrentamento dos desafios socioambientais e para o desenvolvimento local, a fim de favorecer a estruturação de uma cadeia de reciclagem mais eficiente e justa e que possa facultar, principalmente aos catadores, uma série de benefícios, como volume crescente de materiais recicláveis, melhorias nas condições sociais e financeiras e condições dignas de trabalho (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013).

Nesse sentido, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305 de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010, que dispõe sobre os princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento dos resíduos sólidos, tem representado, conforme defende Gouveia (2012), um marco legal para uma gestão sustentável dos resíduos sólidos. De acordo com essa Lei, a gestão integrada dos resíduos, além de contemplar a dimensão ambiental, técnica, cultural, política e econômica, introduz também a preocupação com a questão social que permeia a discussão em torno de

resíduos, possibilitando às associações e/ou cooperativas de trabalhadores informais a participação direta na gestão dos resíduos municipais. Assim, a PNRS poderá contribuir para a melhoria das condições de vida dos catadores à medida que for colocada em prática de forma efetiva.

Conforme Demajorovic e Besen (2007), a organização, a capacitação e a consolidação de catadores são os elementos prioritários dessa nova gestão. O novo processo de gerenciar os resíduos sólidos exige a elaboração de programas que têm início na cessão de áreas municipais para instalação de galpões equipados para o processo de separação e enfardamento do material a ser destinado à reciclagem. Assim, os galpões cedidos pelas prefeituras devem possuir contêineres para armazenamento de recicláveis, esteiras para o processo de separação, prensas e balanças para o enfardamento do material a ser comercializado. Figueiredo (2013) ressalta que uma sociedade que se pretende ou se faz justa com seus cidadãos ou que se diz sustentável deve encontrar uma forma de incluir esses sujeitos, daí a necessidade de uma gestão compartilhada de resíduos que tenha como premissa a inclusão socioeconômica de catadores.

Demajorovic e Lima (2013) apontam dois grandes benefícios da Gestão Compartilhada proposta pela PNRS: 1) Mudar a realidade de adultos, resgatando a condição de cidadãos ao retirá-los dos vazadouros a céu aberto e retirar crianças que vinham trabalhando com lixo. 2) Garantir maior quantidade e melhor qualidade do material reciclável, contribuindo para o aumento das oportunidades de venda direta às indústrias por melhores preços.

Os atores que se inter-relacionam na PNRS são a Prefeitura, os grandes geradores de resíduos, a sociedade e, por fim, os catadores. A Prefeitura representa a base do sistema, pois, ao ser responsável pelo estabelecimento de parcerias e convênios, determina a função dos diferentes atores no processo de gestão; os grandes geradores de resíduos são responsáveis pela destinação correta dos rejeitos; a população tem participação crucial nesse processo ao garantir o material separado; e, por fim, os catadores, que desempenham o papel central nesse processo de gestão compartilhada na coleta desses resíduos (DEMAJOROVIC, LIMA, 2013).

Para Bensen (2011), as prefeituras estão sendo incentivadas a estabelecer parcerias com as organizações de catadores por meio de apoio efetivo do governo federal, na criação de leis e na disponibilização de recursos para investimentos nesse setor e na capacitação dos trabalhadores. Os poderes locais podem contratar essa força de trabalho informal por meio de contrato sem processo licitatório, esse é um dos critérios para receber incentivos financeiros do governo federal.

De acordo com Gonçalves (2008, p. 16):

O governo federal notou o baixo custo na produção de postos de trabalho para as atividades de reciclagem, mais especificamente o que envolve as etapas de coleta e triagem dos resíduos sólidos, em relação a outras atividades econômicas. Além disso, esses postos de trabalho dispensam uma maior qualificação do trabalhador, gerando renda para uma parcela de cidadãos que não teria oportunidade em outro tipo de atividade econômica. Dessa forma, além de Ministérios envolvidos, houve a criação de uma Secretaria Interministerial para tratar dessa atividade econômica. Empresas estatais como a Petrobrás e o Banco do Brasil, entre outras, engajaram-se na política de inclusão social do governo federal e estão investindo em projetos de capacitação, de melhoria da infraestrutura, de formação de redes de tecnologia social, entre outras ações voltadas para a reciclagem, atendendo a associações e cooperativas.

Em um estudo que traçou o perfil socioeconômico dos catadores de Natal, Braz et al. (2014) destacam que a Prefeitura local, por meio de benefícios e concessões, tem contribuído sobremaneira para a melhoria da vida desses sujeitos. Portanto, entendemos que a boa vontade política é uma grande aliada desse processo. De acordo com Demajorovic e Lima (2013, p. 71):

Os recursos estão sendo investidos para a melhoria da gestão de cooperativas. Além do investimento em infraestrutura, com a disponibilização de equipamentos para prensagem, caminhões de coleta e espaço para armazenamento, recursos têm sido investidos também na capacitação em gestão e cooperativismo, de forma a profissionalizar as cooperativas e melhorar sua eficiência, possibilitando que se tornem prestadores de serviço de coleta seletiva para prefeituras, para serviços comerciais e para a indústria. Apesar da melhoria do cenário para o crescimento das cooperativas, muitos ainda são os desafios a serem superados para alcançar os objetivos almejados.

Todesco e Figueiredo (2014) elaboraram um quadro em que destacaram os artigos da PNRS que dizem respeito à inclusão socioproductiva de catadores de materiais recicláveis.

Esses mesmos autores ressaltam que a PNRS engloba a não geração, a redução e o (re)aproveitamento como processos iniciais do gerenciamento de resíduos sólidos, porém os poderes públicos federal, estadual e municipal estendem atenção quase que exclusivamente à cadeia da reciclagem, deixando de lado os demais processos igualmente importantes (TODESCO, FIGUEIREDO, 2014). Nessa perspectiva, Siqueira e Moraes (2009, p. 2.121) defendem que:

[...] o processo de reciclagem é uma medida paliativa. Os geradores, que somos todos nós, devem ter em mente que é imperativo reduzir o consumo supérfluo, evitando desperdícios, separar o material reciclável na fonte (residência, indústria, comércio), reaproveitando os produtos ao máximo para que a prática do consumo consciente seja uma alternativa viável. Portanto, o gerenciamento dos resíduos sólidos tem uma relação com o processo de conscientização da população quanto aos padrões de consumo, da importância da reutilização de diversos materiais e da prática da coleta seletiva.

Artigo	O que prevê
Art. 6º, inciso XII	Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
Art. 8º, inciso IV	Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros: IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
Art. 15, inciso V	Art. 15 A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo: V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
Art. 18, § 1º, II	Art. 18 A elaboração de plano de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços de limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores por pessoas físicas de baixa renda.
Art. 19, inciso XI	Art. 19 O plano de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo: XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;
Art. 21, § 3º, I	Art. 21 O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo: § 3º Serão estabelecidos em regulamento: I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
Art. 33, §3º, III	Art. 33 São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: § 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do caput e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas: III - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º
Art. 36, § 1º	Art. 36 No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos: § 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza e de manejo dos resíduos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores formadas por pessoas físicas de baixa renda e sua contratação.
Art. 42, incisos II e III	Art. 42 O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de: II - desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida; III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

Fonte: Todesco e Figueiredo (2014)

Quadro 2: Indicativos da PNRS para a inclusão socioproductiva dos catadores de materiais recicláveis

Por fim, podemos concluir que os aplausos dos catadores na Conferência Municipal de Meio Ambiente, que suscitaram a realização deste trabalho, representam esperança para novos tempos. A PNRS, aliada à vontade política, poderá dar ao trabalhador catador o reconhecimento e a valorização profissional devida. O investimento nessa classe, que sustenta a indústria da reciclagem, tende a garantir ganhos ambientais (aumento da parcela de resíduos reciclados, diminuição do total de resíduos enviados para aterros, geração de emprego e melhoria das condições de trabalho), econômicos (geração de renda, minimização de custos da coleta seletiva, lucro para empresa) e sociais (redução da exclusão social).

4 ARTICULANDO FATOS E DADOS: APROXIMAÇÕES COM O ENSINO

A revisão de literatura realizada para esta pesquisa nos permite compreender que prática da reciclagem está sustentada no discurso do “Ecodesenvolvimento”, “Desenvolvimento Sustentável” e, atualmente, no discurso da “Economia Verde”. Para os países periféricos, a reciclagem significa abrigo e oportunidade de trabalho para aqueles que, de alguma forma, estão desempregados ou alocados no subemprego à margem da sociedade, possibilitando, mesmo que informalmente, obter alguma remuneração na coleta e separação do material.

Para Figueiredo (2013), o financiamento e os recursos que hoje são destinados ao investimento em cooperativas e associações advêm da indústria da reciclagem, que passa ao governo como uma função de justiça social. Portanto, somam-se, nesse momento, os interesses privados e públicos. Se, por um lado, uma classe mísera participa de um discurso como grande beneficiada devido a uma inclusão perversa, por outro, esse discurso alimenta o ideal de desenvolvimento sustentável/sustentabilidade. Para os mais críticos, essa não parece ser a melhor proposição de justiça social. Trata-se apenas de uma distribuição de custos privados para a manutenção de uma atividade altamente lucrativa.

Os discursos produzidos nas conferências institucionais de meio ambiente, assim como os conceitos e termos oriundos desses eventos, são fortemente influenciados pela elite e estão a serviço dos interesses dominantes, longe de qualquer possibilidade de iniciativas coletivas e democráticas. Assim, o discurso que circula em relação à reciclagem aposta na capacidade técnica para conter e/ou minimizar os impactos ambientais decorrentes da produção em larga escala e do consumo desenfreado.

Há uma nítida predominância dos aspectos técnicos sobre a gestão dos resíduos, em detrimento de outras formas naturais de controle ou tratamento. A Política ou Pedagogia dos 3Rs, citada no capítulo anterior, serve para ilustrar a predominância dos aspectos técnicos sobre os demais processos naturais. Na análise dos documentos consultados para realização deste trabalho, percebe-se que há uma atenção desmedida concedida à reciclagem que gira em torno das vantagens econômicas, ambientais e sociais. Isso pode ser observado em manuais de gestão de resíduos, manuais de implementação de coleta seletiva e também em documentos de empresas privadas, organizações não governamentais e, até mesmo, nas pesquisas realizadas em instituições escolares registradas em artigos e dissertações acadêmicas. Essas vantagens foram sistematizadas por Todesco e Figueiredo (2014) no Quadro 3, apresentado a seguir.

Econômicos	Ambientais	Sociais
Dinamiza a cadeia produtiva dos materiais recicláveis	Preservação das reservas naturais; diminuição na extração de matérias primas	Gera ocupação e renda para trabalhadores através do trabalho com recicláveis
Matéria prima mais barata para as indústrias	Menor uso de energia na atividade industrial	Possibilidade de inclusão social de trabalhadores informais
Diminuição de gastos empresariais com energia no processo de produção	Recuperação energética através da reciclagem	Possibilidade de maior interesse social com questões ambientais
Diminuição de gastos públicos com serviços de gestão de resíduos (limpeza, coleta, transporte e tratamento final)	Menor contaminação ambiental dos espaços públicos	Possibilidade de mudança nos padrões sociais de produção e consumo

Fonte: Todesco e Figueiredo (2014).

Quadro 3: Vantagens econômicas, ambientais e sociais da reciclagem

Tais vantagens contrapõem a insustentável situação de precariedade, das mais diversas ordens, a que catadores são submetidos. Além disso, alguns processos de reciclagem demandam também a utilização de recursos, muitas vezes, além do processo comum de produção. Eigenheer et al. (2005 apud GUANABARA, GAMA E EIGENHEER, 2008) nos alertam que esses processos nem sempre atendem aos interesses de proteção ambiental. Em alguns deles, os custos ambientais podem ultrapassar seus benefícios/vantagens, sendo a indústria a única beneficiada de fato.

Dessa forma, reafirmamos o papel controverso da reciclagem, que surgiu como solução para responder às pressões exercidas pela sociedade civil, mais precisamente dos ambientalistas que reivindicavam a necessidade de ações e soluções para a destinação dos resíduos sólidos, mas que atende aos interesses da indústria e do poder econômico. A razão lógica da necessidade de reciclar está pautada no discurso da sustentabilidade, que une questões ambientais com saneamento básico, adquirindo, com isso, uma importância singular no cenário mundial. Esse discurso torna a reciclagem apazível para os ouvidos e para a consciência à medida que a apresenta como alternativa e justificativa ao consumo e à manutenção dos padrões de comportamento da sociedade. Nesse fato reside nossa preocupação sobre essa consciência ingênua que a educação bancária e acrítica insiste em perpetuar.

Defendemos a ideia de que o discurso da sustentabilidade que permeia os processos de reciclagem precisa ser criticizado. Com o passar do tempo, a reciclagem vem assumindo uma

dimensão exclusivamente econômica, tendo o meio ambiente como apenas um pano de fundo para justificar tal procedimento. A posição de destaque que a reciclagem ocupa nas discussões, nos debates sociais e nos meios de comunicação só serve ao fortalecimento e à manutenção do sistema capitalista, pois garante o ritmo de produção e de consumo em larga escala.

Há de se considerar, ainda, o grave problema da precariedade do trabalho dos catadores, que é mascarado por uma justificativa de inclusão social. É urgente pensar as condições que tornam o Brasil um grande reciclador, como ressaltam Guanabara, Gama e Eigenheer (2008). Os processos de coleta seletiva que contribuem para os elevados índices de reciclagem do país são facilitados e/ou muitas vezes realizados exclusivamente por pessoas oprimidas e excluídas da sociedade que se dedicam à tarefa da catação, longe de programas amplos e organizados de gestão de resíduos. Uma população de pessoas invisíveis ocupadas pela reciclagem em condições extremamente precárias e sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas. São essas pessoas que sustentam o mercado altamente lucrativo da reciclagem.

É na figura do catador e nas suas condições de trabalho que está ancorado o paradoxo da reciclagem, em que se materializa a dissimulação do discurso de desenvolvimento sustentável. Na figura do catador se contrapõem e se aproximam as questões ambientais, econômicas e políticas.

Quando a presença do catador, desfrutando condições precárias de vida e de trabalho, torna-se algo corriqueiro nas ruas das cidades, significa que é urgente repensar as políticas públicas para a gestão de resíduos. De acordo com os indicadores de desenvolvimento sustentável, elaborados pelo IBGE (2012), são os altos valores das matérias-primas e os altos índices de pobreza e desemprego os fatores determinantes para a expansão do mercado da reciclagem no país. Nesse sentido, entendemos que, à medida que os problemas ambientais envolvem as dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais e éticas, suas consequências tornam-se presentes no nosso cotidiano. A diversidade e a quantidade dos resíduos gerados das diversas atividades humanas demonstram padrões de vida insustentáveis e resultam em riscos à saúde pública, provocam degradação ambiental, além de outros aspectos que estão relacionados a essa questão.

Conforme vimos no capítulo anterior, os processos educativos para a questão dos resíduos têm se limitado a um processo de conscientização da sociedade para a separação de resíduos. Tal conscientização não é permeada por uma abordagem crítica-reflexiva que nos leve, por exemplo, a um questionamento dos motivos da geração de tamanha diversidade e quantidade de resíduos.

Geralmente, a reciclagem adentra os portões da escola pela tão proferida porta da Educação Ambiental, porém sem nenhum cunho de criticidade a respeito do tema. A EA nos âmbitos formal e não formal é uma exigência legal, promulgada pela Lei nº 9.795 em 1999, encontrando diretrizes na Resolução nº 422 de 2010. Porém, a revisão de literatura realizada para este trabalho revela uma prática educativa ineficaz no que diz respeito à Educação Ambiental. Como exemplo, Layrargues (2002) comenta que, à medida que o tema gerador concernente a resíduo sólido se limita à dimensão individual, sem buscar contextualizar a questão e focando apenas em mudanças comportamentais, acaba por finalizar-se na frustração de não sanar o problema e encerra-se qualquer potencialidade de desenvolver um hábito de responsabilidade para com os resíduos gerados. O autor defende que é preciso trabalhar outras questões relativas ao tema, como a questão do consumo consciente, e são indispensáveis aparatos técnicos que viabilizem sua concretização. Caso contrário, os projetos tendem a fracassar.

O enfoque CTS, à medida que tem como objetivos contextualizar e questionar o desenvolvimento científico e tecnológico e as consequências sociais e ambientais desse processo, tem muito a contribuir para esse processo de criticidade, instigando a percepção dos pormenores que envolvem a reciclagem e que são camuflados pelo interesse do poder econômico.

Santos (2007), fundamentado em outros autores, determina como objetivo do enfoque CTS a promoção de uma educação científica e tecnológica para a construção de conhecimentos, habilidades e valores necessários à tomada de decisões responsáveis, das questões que envolvem ciência e tecnologia e com potencial para encontrar soluções para tais questões. Durante muito tempo, fomos induzidos a analisar com bons olhos o desenvolvimento científico e tecnológico, concedendo a ele a verdade absoluta, ignorando os efeitos e as consequências desse processo, como a poluição e a devastação dos recursos naturais. Entendemos a reciclagem como uma imposição técnica para a resolução dos problemas que vieram acometer a sociedade no seio do sistema capitalista da sociedade de consumo. Nesse sentido, ela se apresenta com grande potencial para favorecer e exemplificar o poder da ciência e da tecnologia nos dias atuais, assim como para compreender suas inúmeras consequências e os interesses envolvidos nesse processo.

Contextualizar a reciclagem de maneira coerente, abordando seus prós e contras, facilitando o debate, inserindo-a no campo de discussão das controvérsias científicas pode cooperar para a superação da visão reducionista que concede à tecnologia o poder salvacionista.

Sabemos que é necessário analisar a questão dos resíduos sólidos considerando as várias dimensões que a envolvem, porém, nesta pesquisa, optamos pelo viés do catador. No sentido controverso da reciclagem, esses sujeitos se desenham como vítimas de um sistema que tende, ao mesmo tempo, a oprimir e a reconhecê-los como pilar de sustentação desse processo. No âmbito de uma sociedade em que a lógica produtiva e econômica se baseia no consumo, é imperativo despertar reflexões como essa.

Repensar para reduzir o consumo e separar o material descartado para facilitar a vida daqueles que o manuseiam é um desafio que exige muito mais que mudanças políticas, é um desafio ético e moral. Fazer isso em um processo de sinergia e de coletividade implica em desconstruir a visão de uma realidade compartimentada e lançar um olhar crítico às circunstâncias que envolvem a vida.

De acordo com Layrargues (2002, p. 20):

[...] o verdadeiro consumidor verde, ou melhor, o verdadeiro cidadão consciente e responsável não é aquele que escolhe consumir preferencialmente produtos recicláveis, ou que se engaja voluntariamente nos programas de reciclagem, mas aquele que cobra do Poder Público, por meio de processos coletivos de pressão, que o mercado ponha um fim na obsolescência planejada e na descartabilidade, e, sobretudo, que exige do Estado a implementação de políticas públicas que destruam os mecanismos perversos de concentração de renda, propiciando, assim, a possibilidade de o grupo social dos catadores e sucateiros repartir igualmente os ganhos oriundos da economia proporcionada pela reciclagem do lixo [...]

Nesse sentido, reiteramos nossa defesa de uma educação libertadora amparada nos princípios de Paulo Freire, que nos afirma que “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (FREIRE, 2000, p. 67). E, nesse sentido, acreditamos que é preciso incorporar, nos processos educativos, discussões pertinentes e atravessadas pelos conceitos de risco e de injustiça social em uma perspectiva crítico-reflexiva.

Enfatizamos, ainda, que a educação crítica que defendemos deve se estender para além dos espaços formais, atingindo, principalmente, as classes menos favorecidas, muitas vezes privadas do processo de escolarização, como no caso dos catadores de materiais recicláveis.

No capítulo seguinte, apresentaremos o percurso metodológico que foi sendo construído no decorrer da pesquisa, por meio de um processo dialógico estabelecido entre mim, meus orientadores, os catadores e as leituras realizadas.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Após um longo período de discussões, resolvemos direcionar este trabalho pela perspectiva crítico-reflexiva de Paulo Freire, abrangendo os conhecimentos da pesquisa qualitativa através da etnografia crítica e da observação participante. Esses conhecimentos contribuíram para uma melhor compreensão das inquietações, assim como para um reconhecimento dos sujeitos e do contexto de estudo.

A teoria da ação dialógica proposta por Freire (2013) proporcionou um amadurecimento sobre as relações sociais, assim como contribuiu para a desmitificação de uma série de circunstâncias que envolvem os menos favorecidos. Em contribuição à proposta de Freire, a etnografia crítica tem o sistema social como foco de estudo, possibilitando, assim, um desvelamento do mundo e das relações que nele são tecidas. Geralmente, a etnografia crítica está atrelada ao reconhecimento do sistema de forma mais ampla, bem como dos sistemas de dominação, de opressão, das ideologias e da compreensão dos discursos. Para os autores, essa abordagem contribui para o desenvolvimento de pesquisas que têm como estudos os processos de marginalização e opressão (MAINARDES; MARCONDES, 2011).

Ainda de acordo com Mainardes e Marcondes (2011, p. 434),

[...] a etnografia crítica demanda o estabelecimento de relações colaborativas e dialógicas entre o pesquisador e sujeitos envolvidos. Uma significativa parte das pesquisas etnográficas objetiva não apenas investigar um contexto específico, mas contribuir para o empoderamento dos sujeitos envolvidos e a transformação possível da realidade investigada. Além das contribuições mencionadas até aqui, o fato dos etnógrafos críticos assumirem o desafio de desvelar vozes que têm sido silenciadas, bem como de situações de desigualdade e exclusão, pode ser considerado um aspecto relevante e os relatórios e publicações dessa natureza constituem-se em contribuições significativas para a compreensão da realidade e, mesmo, no processo de formação de professores e pesquisadores.

Assim, por meio da teoria dialógica de Paulo Freire, foi possível estabelecer aproximações entre a metodologia etnográfica e o tema de estudo. Mainardes e Marcondes (2011) apontam que a etnografia crítica exige um profundo diálogo do pesquisador com o processo e com o sujeito da pesquisa. Argumentam, ainda, que a perspectiva dialógica e cooperativa é característica importante da etnografia crítica, estando, assim, na mesma direção da teoria proposta por Paulo Freire. Esses suportes teóricos conduziram a uma intensa crítica reflexiva sobre a realidade, elucidaram o meio social, político e econômico que envolve a vida dos catadores de materiais recicláveis e contribuíram para que, aos poucos, os mitos e

juízos prévios fossem sendo ponderados e reavaliados. Os apontamentos proporcionados por Mainardes e Marcondes (2011) instigaram mais leituras e discussões sobre etnografia crítica, delineando-a como metodologia de pesquisa inspiradora e extremamente relevante para a análise dos acontecimentos desta pesquisa.

Ancorados nos conhecimentos dos autores supracitados é que passamos a entender a necessidade da aproximação com os catadores de materiais recicláveis e a indispensável imersão em seu ambiente de trabalho, a fim de que o pesquisador, sujeito social dotado de sentidos em relação ao tema de pesquisa, possa se reconhecer, refazer suas concepções e, posteriormente, dar voz aos sujeitos.

Fiori, ao escrever o prefácio no livro de Freire (2013, p. 17), afirma que “Com a palavra o homem se faz”. Assim, na *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2013) defende que o diálogo é o único caminho para a libertação dos oprimidos, aqueles a quem é negado o direito da palavra, o direito de ser *sujeito* da própria história. Por meio da práxis, uma liderança revolucionária, que emerge da classe de opressores na intenção de se aderir aos oprimidos, é capaz de lutar *com* estes para a libertação de ambos. Portanto, na ação dialógica proposta por Paulo Freire (2013), os sujeitos se encontram para a *pronúncia* do mundo, sendo esta condição fundamental para a sua real humanização.

E sendo a humanização dos sujeitos o propósito maior da teoria dialógica da ação e pressuposto basilar para a metodologia etnográfica, temos uma aproximação nítida entre as teorias que sustentam essa pesquisa, a qual nos exalta o desejo de libertação dos oprimidos, da sua condição de passivos diante das circunstâncias que os oprimem. Ambas as perspectivas consideram que a realidade é mediatizadora, que desafia os sujeitos à medida que estes a problematizam. A resposta dos sujeitos dialógicos sobre a realidade problematizada implica em ação para transformá-la. E, nesse contexto, em discussão com os orientadores, percebi-me em meio à práxis, ação e reflexão se confrontando simultaneamente.

Membro de uma sociedade que subjuga o morador de rua, que ignora o gari, que exclui o pobre das suas relações sociais, aproximei-me dos catadores de materiais recicláveis com a intenção de buscar dados para minha pesquisa que, naquele momento, já tinha um objetivo predeterminado e questões previamente delineadas. Certa de estar dotada de razão, envolvida em preconceitos e certezas, aproximei-me de um mundo bem distinto daquele que até então conhecia. Tinha a convicção de que, antes de estar com os sujeitos, precisava, através de outras pesquisas, saber quem eles eram, o mundo em que viviam.

Nesse sentido, Larossa Bondía (2002, p. 19) contribuiu para repensar o processo da pesquisa. De acordo com o autor, uma sociedade que vive da informação jamais conseguirá

experienciar, “[...] uma sociedade constituída sob o signo da informação é uma sociedade na qual a experiência é impossível”. Para Larossa Bondía (2002), esse pensamento, essas atitudes estão fundamentadas em uma educação que exige o apontamento do certo e do errado, do sim ou do não, em que somos induzidos a nos posicionarmos a favor ou contra determinada situação. Acreditamos que temos de ser competentes para opinar e defendemos a premissa de que, para isso, é imprescindível estarmos informados.

Formados com uma visão científica, em que o mundo é visto como um grande laboratório, em que tudo está pronto e à disposição para ser analisado e estudado, apresentando resultados concretos, há uma forte tendência a “coisificar” também os seres humanos, conforme destaca Freire (2013). Porém, há possibilidades distintas para posturas contrárias. Para aqueles que oprimem, “coisificar” através da ciência é factual, processual; porém, para aqueles que respigam humanismo na sua forma de agir e pensar, a ciência deve estar a favor da humanização. Enquanto para os primeiros o objetivo é a dominação, os segundos idealizam a libertação dos sujeitos que, de alguma forma, encontram-se em estado de opressão. Assim, o mundo não deve ser, para os humanistas científicos revolucionários, um laboratório de anatomias, em que os seres humanos devem ser estudados passivamente. E, ainda, não deve ser um local de imposição de ideais, concepções, visão de mundo e crenças (FREIRE, 2013).

Pensar o mundo como um laboratório é uma visão de mundo opressora, em que o mito da absolutização da ignorância é a ideologia que sustenta as ações da sociedade. Negar a palavra ao outro, negar o desenvolvimento da criticidade, do conhecimento, da opinião, sobrepor o saber a outrem, negar a construção da própria história é digno de quem oprime, pois nessas circunstâncias é impossível o diálogo (FREIRE, 2013). Para Freire (2013, p. 229), “o diálogo não impõe, não maneja, não domestica, não sloganiza”.

Nesse sentido, é importante ressaltar que tentamos manter, até certo ponto, a organização, a coerência e a formalidade exigidas pela academia na realização de uma pesquisa a fim de conferir a esta legitimidade acadêmica, mas também nos apropriamos dos pressupostos da etnografia, evitando homogeneizar os homens. Assumimos a liberdade que o estudo etnográfico nos permite, de olharmos esses sujeitos a partir de numerosas concepções, perspectivas e reflexões inspiradas nos autores que embasaram o desenrolar deste trabalho, pois estes consideram os homens seres ímpares, singulares em suas realidades.

Mainardes e Marcondes (2011) argumentam que os etnógrafos condenam as desigualdades sociais, definidas como estruturais da sociedade, e almejam conduzir as pesquisas de forma a eliminar essas desigualdades. Carspecken (1996, citado por MAINARDES E MARCONDES, 2011) reconhece os pesquisadores na área como ativistas

sociais. Os etnógrafos críticos reconhecem a sociedade moderna como injusta, desigual e opressora e tendem a lutar para a transformação desse contexto. Assim, os etnógrafos desafiam o poder dominante.

Contudo, neste trabalho, não fomos tão ousados a ponto de lutar no sentido da libertação efetiva dos sujeitos, como comentaremos mais adiante. Mas é importante salientar que o simples fato de estar com esses sujeitos e dar-lhes voz já representa uma forma de fazer-lhes pensar e falar sobre algumas coisas sobre as quais talvez ainda não tivessem refletido, ou sequer percebido, para poder, então, mobilizar forças para sua libertação.

Em comunhão com os autores supracitados, Larossa (2002) afirma que o sujeito moderno está empenhado em mudanças, é comprometido com o ativismo. O sujeito moderno está sempre comprometido em fazer, produzir, regular, sempre motivado a mudar as coisas. Minha pretensão não era diferente. Desde o início, a intenção era obter resultados na esperança de conseguir delinear algumas ações que pudessem gerar mudanças para aqueles sujeitos. De certa forma, essa é uma ideologia do etnógrafo crítico. Após o primeiro contato, percebi que era preciso ressignificar minhas concepções, desconstruir as certezas, criar novas ideologias, crer em possibilidades de aprendizagem com aqueles sujeitos, permitir-me conviver para enxergar novas possibilidades de luta, de força, de superação. Freire (2013, p. 66) defende que “àqueles que se comprometem autenticamente com o povo é indispensável que se revejam constantemente. Esta adesão é de tal forma radical que não permite a quem a faz comportamentos ambíguos”. Assim, é preciso renovar-se, renascer para a vida, e nos era preciso, primeiramente, experienciar.

O primeiro contato com os catadores foi bastante impactante, muitas situações me chocaram imediatamente. Foi quando fui orientada a registrar, em caderno de campo, cada acontecimento dentro do depósito de reciclagem. Ao sair do local, chegar em casa ou em qualquer outro lugar, a primeira tarefa era registrar, com detalhes minuciosos, tudo aquilo que meu olhar havia captado, todas as conversas que haviam se estendido com os sujeitos presentes, tudo aquilo que, de alguma forma, havia me tocado. Para nós, experiência tem o mesmo sentido daquele definido para Larossa (2013, p. 21): “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca [...] A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”. E, portanto, muito além de obter informações ou especular o que ali acontecia, buscava, verdadeiramente, experienciar aquele mundo.

Para isso, precisei interromper todo o processo de busca de informações e vivenciar aquele local, conviver com aqueles sujeitos. Era necessário deixar experienciar, que é:

[...] a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LAROSSA, 2002, p. 19).

Assim, em um primeiro momento, a reflexão de toda aquela situação partiu do reconhecimento dos meus preconceitos que, aos poucos, foram sendo desconstruídos com o auxílio de um grupo hermenêutico, composto pelos orientadores e por mim. Em cada um dos encontros, novas ideias, outro despertar e o revelar de uma realidade. Realidade muito distinta de tudo aquilo que criei antecipadamente. Portanto, muito antes de tentar uma ação dialógica com os sujeitos, precisava de um diálogo com meu “eu”, em uma ação crítico-reflexiva com minhas certezas que, aos poucos, foram sendo ressignificadas. A todo momento, julgava acontecimentos, ações, comportamentos e até mesmo necessidades, sem refletir e questionar minhas determinações. Somente com o grupo foi possível reconsiderar os fatos e lançar um novo olhar para aqueles sujeitos.

Larossa (2002) defende que o sujeito da experiência cede espaço aos acontecimentos. Quem se permite experimentar é um sujeito passivo, mas não passivo em contraposição a ativo, passivo por paixão, de paciência, de atenção, um sujeito receptivo, que se permite vivenciar, um sujeito disponível. Assim, encantada com a possibilidade de experimentar aquele mundo e ancorada na perspectiva dialógica da ação, permiti-me reconhecer os sujeitos como eles são, respeitar seus limites, bem como seus hábitos de vida, seus ideais, suas necessidades. Decidi, junto aos orientadores, não elaborar nenhum material prévio, portanto, não foram usados instrumentos de pesquisa, como questionários ou entrevistas, grupo focal, vídeo ou qualquer outro tipo de intervenção. Julgava não ser aquele o momento apropriado para tal situação, já que era necessário, conforme orienta Freire (2013), primeiramente, fazer daquela realidade objeto de análise crítica, aliada à ação de refletir sobre minhas concepções a respeito daqueles sujeitos, principalmente, a partir do momento em que me reconheci como membro e reprodutora de uma sociedade que oprime. E, portanto, estava em prol da práxis, ação e reflexão sobre o mundo para transformá-lo.

Para o etnógrafo crítico, é fundamental também desvelar as desigualdades para, posteriormente, pensar em processos de intervenção e resolução da realidade social (MAINARDES, MARCONDES, 2011). Aos poucos, tornei-me atuante e participante daquele

local, auxiliei na limpeza do depósito, na separação de materiais, estendi longas conversas sobre as circunstâncias da vida, fui me inserindo naquele contexto e ressignificando percepções. Nesse sentido, os princípios da observação participante foram fundamentais para a realização desta pesquisa, pois esta está fundamentada no “mergulho” no local de estudo, em que o pesquisador torna-se um participante ativo, com acesso às pessoas e ao lugar (FLICK, 2009).

Para Spradley (1980 citado por FLICK, 2009), a observação participante se divide em três fases: 1) Observação descritiva, que auxilia na orientação do campo de estudo com detalhes específicos sobre a complexidade do local e dos sujeitos, auxilia nas possíveis questões de pesquisa a serem elaboradas. 2) Observação focalizada, em que o pesquisador direciona o olhar para questões e situações que mais lhe atraem, que são capazes de responder às questões de pesquisa elaboradas. 3) Observação seletiva, na qual, nesse momento, o pesquisador participante tende a concentrar-se em exemplificações, continuidades, justificativas, afirmações daquelas situações encontradas na segunda etapa.

Esse processo facilitou o reconhecimento daqueles sujeitos, assim como orienta Freire (2013), pois é importante conhecer a visão de mundo dos sujeitos, do povo. Por meio dessa visão, é possível compreender os anseios, as dúvidas, a esperança, como percebem a si e ao opressor, as crenças religiosas, o fatalismo e a rebeldia. Para Thomas (1993 citado por MAINARDES; MARCONDES, 2011), os etnógrafos são sujeitos ativistas de narrativas ou eventos, com envolvimento pessoal ou intelectual com os sujeitos de pesquisa. A literatura e as reflexões auxiliam na compreensão ampla do fenômeno, a fim de contribuir para a elaboração de questões abrangentes, norteadoras da pesquisa. Esse autor explica que é comum o etnógrafo tentar identificar os símbolos da cultura que representam o poder, as limitações ideológicas, as crenças, as normas e outras forças que acabam por manter alguns na desvantagem e beneficiar outros.

Madison (2005 citado por MAINARDES; MARCONDES, 2011) afirma que o etnógrafo crítico é comprometido com a análise de injustiças em um contexto particular e sente a obrigação de ajudar em mudanças que possam contribuir para maior liberdade e equidade. Pesquisadores nessa linha, conforme delineia, tendem a desvelar a realidade, explicitando situações de opressão, exploração e controle. Para Mainardes e Marcondes (2011, p. 430):

[...] o desafio da pesquisa etnográfica crítica é contribuir para a elaboração de um conhecimento emancipatório, bem como de discursos de justiça social. [...] a perspectiva dialógica e cooperativa da etnografia crítica, uma vez que ela exige um profundo e contínuo diálogo com o outro. [...] A etnografia crítica pressupõe um pesquisador intimamente envolvido com os participantes na construção do conhecimento.

Por tudo isso é que a pesquisa etnográfica crítica norteou este trabalho. Houve um envolvimento pessoal muito intenso com os catadores, que despertava uma ansiedade pela mudança do mundo e das situações de opressão. Uma louca vontade de defesa, de proteção, de algum tipo de ajuda, embora talvez esse não seja o caminho traçado ou adequado. O mais importante era entender uma forma para que os sujeitos se percebam enquanto seres oprimidos.

Há um delinear para a pesquisa etnográfica crítica defendida por Carspecken (1996 citado por MAINARDES; MARCONDES, 2011, p. 431). O autor apresenta um modelo com cinco estágios, que não é um processo rígido, fixo, mas pode acontecer em um ir e vir constante a fim de auxiliar nas análises. Assim, a metodologia proposta é apenas um ponto de partida. Esses cinco estágios são: “[...] observação e descrição; análise de dados de observação; geração de dados dialógicos; análises para descobrir relações entre indivíduos, grupos e sistemas; uso do sistema de relações para explicar as conclusões (achados) da pesquisa”.

Embora haja um delinear para a pesquisa em etnografia, conforme apontam os autores acima mencionados, este trabalho esteve focado, em um primeiro momento, na elaboração de narrativas que, semanalmente, eram apresentadas ao grupo hermenêutico para que pudéssemos, juntos, reconhecer aquele mundo, aquela sociedade, aquela realidade, antes de intervir. E que, ainda, conduzissem-me no aprimoramento do olhar e na redução dos julgamentos. De acordo com os autores supracitados, descrições, narrativas e historietas são estratégias utilizadas com bastante recorrência nas pesquisas etnográficas, com o intuito de apresentar os fatos da pesquisa empírica. Onocko-Campos e Furtado (2008, p. 1.095), após uma longa análise sobre várias correntes que se ocuparam do estudo das narrativas, concluíram que:

[...] as narrativas poderiam ser entendidas, coincidentemente, segundo as várias correntes revisadas como mediações: para a crítica literária de Ricoeur, como mediação entre discurso e ação; para as correntes historiográficas, como mediação entre acontecimento e estrutura; para as correntes da comunicação, como mediação entre indivíduo e sociedade; para a psicanálise de Kristeva, como mediação entre memória e ação política.

Assim, em nosso trabalho, as narrativas são consideradas mediadoras entre realidades, entre vozes, entre pessoas de mundos distintos. A realidade mediatiza na mesma proporção que ensina. E, assim, após elaborar um grupo de narrativas e compartilhá-las com os orientadores e com os avaliadores da minha banca no momento da qualificação, gerou um segundo grupo de narrativas, mas agora com análises das situações vivenciadas.

Assim, em consenso com os autores, confidenciamos a etnografia crítica, a observação participante e, em especial, a ação dialógica da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, além da importância no desvelamento da realidade, auxiliando na compreensão das desigualdades existentes, na desmitificação do oprimido e na descoberta de um novo pesquisador, menos determinista. Os autores que embasaram esta pesquisa contribuíram sobremaneira para incitar uma reflexão acerca dos próximos passos a serem assumidos para o empoderamento dos sujeitos e para a superação da condição de opressão.

5.1 Esboçando um Desenho Metodológico

Nesta pesquisa, optamos por não trabalhar com recursos como questionários, registros audiovisuais, grupo focal ou qualquer outra ferramenta metodológica semelhante, geralmente utilizada em processos de pesquisa qualitativa. Não por não considerar os sujeitos aptos para tais procedimentos, mas, sim, por sentir que qualquer um desses instrumentos engessaria a relação que estaria por começar e, além disso, exigiria dispêndio de tempo de trabalho.

Primeiramente, era necessário demandar tempo para ressignificar certezas e concepções sobre aqueles sujeitos e sobre o tema da Reciclagem para, depois, programar e pensar em metodologias possíveis que pudessem, de fato, dar retorno significativo para aqueles sujeitos. Porém, não foi possível realizar esta última pretensão. Entendemos que não faria sentido intervir no trabalho dos catadores se não fosse para realizar algo que contribuísse efetivamente para suas vidas e, naquele momento, ainda não tínhamos pensado nisso, pois não conhecíamos os sujeitos da pesquisa.

Partindo dessa premissa foi que optamos pela elaboração de um diário de campo, onde, todos os dias, iria retratar, descrevendo minuciosamente as vivências, sensações e percepções compartilhadas juntos aos sujeitos, tentando compreender e dar sentido às falas, aos gestos e às manifestações corporais. Assim, pretendia que, durante o tempo de convivência com aqueles sujeitos, pudesse conhecer melhor a realidade deles, delimitando momentos e partes significativas de suas vidas, e que eles pudessem me despertar a compreensão dos sentidos envolvidos, sem me preocupar com a produção de dados a partir de ferramentas preconcebidas.

A base dos encontros, portanto, seria o diálogo. Para Freire (2013), este não é possível sem humildade. É a humildade, a fé nos homens, a crença do homem no homem e na sua capacidade de criar e recriar, fazer e refazer que possibilita a confiança entre os sujeitos e, então,

a confiabilidade de suas reais intenções. Para Freire (2013), não é possível dialogar se não posso considerar a contribuição do outro para minha vida. Assim, para me aproximar daqueles sujeitos, era preciso aquietar os preconceitos e as ideias preconcebidas, para, por meio do diálogo, ressignificar – ou não – as concepções que o mundo “de fora” me apresentava.

No meu mundo, o catador é um sujeito social que surgiu no âmbito de uma sociedade que encontra no consumo a fuga de uma vida angustiante, tumultuada e solitária. Uma sociedade que consome por prazer e desprazer. Uma sociedade que vive em um “quadrado”, formatado e comandado pelos padrões de comportamento impostos pelo sistema, em que o egoísmo e o individualismo imperam em todos os setores da vida, em que o ter representa o *ser mais* e que ignora e oprime o outro, o desprovido de bens, aquele que não contribui de forma significativa com a roda pungente da economia de consumo de um mundo capitalista. É nesse cenário da vida moderna que surge o catador, sujeito que sofre as consequências desse ritmo de vida e que, ao mesmo tempo, sobrevive dele.

A partir dessas definições, foram dois meses de trocas, vivências e experiências e, ainda, um intenso processo de ressignificação de sentidos enquanto leitora da figura do catador e, agora, enquanto analista e pesquisadora, no contato próximo com o sujeito catador.

5.2 Definição do Campo de Estudos

Minha pretensão inicial era encontrar os catadores coletando pelas ruas e, nesse momento, estabelecer os caminhos da pesquisa. Ao tentar os primeiros contatos, percebi que poderia atrapalhar o momento de separação do material, além de ter outros obstáculos que dificultavam minha aproximação, mas, ainda assim, permanecia com essa intenção. Andei observando alguns locais onde poderia encontrá-los e pessoas que aparentavam ser mais acessíveis, seja na separação ou na coleta do resíduo.

Ousei algumas tentativas, sem muito sucesso, pois a superficialidade do contato me deixava “endurecida” e impedia a naturalidade da relação. Diante dessas questões e do tempo que tinha disponível, decidi estar em uma associação de catadores, e, portanto, comecei a buscar informações sobre as associações de Juiz de Fora. Não havia, sob meu ponto de vista e dos meus orientadores, qualquer problema nessa decisão, pois sob nosso olhar aqueles sujeitos encaram os mesmos desafios que um catador autônomo, tendo em vista que eles, como qualquer outro catador, saem com seus carrinhos pelas ruas, para coletar cotidianamente, superando e

enfrentando todos os percalços que encontram pelo caminho. Os associados da APARES, são assim, a nosso ver, CATADORES. E é importante considerar também, para fins de títulos de justificativa do campo de estudo, que essa pesquisa foi instigada após a mobilização de aplausos de catadores associados disparados na Conferência Municipal de Resíduos Sólidos.

Naquela época, havia duas associações de catadores em Juiz de Fora e uma em fase de regularização. As associações eram: a Associação de Catadores de Papel e Resíduos Sólidos de Juiz de Fora (APARES) e a Associação de Catadores de Juiz de Fora (ASCAJUF), tendo esta última duas sedes, uma em São Damião, onde há uma usina de triagem, e outra no bairro Vitorino Braga.

Assim, por diversos motivos, dentre eles por já ter sido um ambiente anteriormente conhecido, essa pesquisa foi realizada na APARES.

No município de Juiz de Fora, os depósitos de resíduos são passíveis de licenciamento ambiental simplificado e, portanto, devem passar pelo processo burocrático de adequação do depósito, dependendo do material que este estoca. Alguns materiais, como embalagens de produtos químicos perigosos, lâmpadas, eletrônicos, entre outros, devem ser armazenados adequadamente até a destinação final. Muitas empresas, principalmente aquelas que possuem selo verde, só podem destinar seus resíduos para depósitos licenciados. Assim foi que, desde 2009 trabalhando como analista ambiental no Departamento de Licenciamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, tive a oportunidade de vistoriar a APARES e conhecer rapidamente o depósito e os catadores.

Após procurar órgãos da Prefeitura de Juiz de Fora, como o Departamento de Limpeza Urbana e a Secretaria de Desenvolvimento Social, informaram-me que não há vínculos empregatícios entre essas associações e a Prefeitura. O apoio se limita aos associados em caso de vulnerabilidade social, como aqueles sem moradia. Não há compromissos oficializados em relação às associações, sua organização e estrutura. A Prefeitura cedeu à APARES o galpão e os equipamentos, como balança e prensa. No começo, a APARES era gerenciada pela Prefeitura e, portanto, tinha vários profissionais para auxiliar na fiscalização, no controle, na segurança e na contabilidade da Associação. Com o passar do tempo, com mudanças políticas, esse controle foi diminuindo e apenas um funcionário, que seria responsável pela contabilidade, permaneceu no local. A Prefeitura se compromete, também, a realizar mensalmente o pagamento com os gastos de energia, água, telefone e fornece cesta básica aos dezoito associados.



Imagem 1: Fachada da APARES – Associação de Catadores de Papel e Resíduos Sólidos de Juiz de Fora. (Fonte: arquivo pessoal da autora)

Conforme informado pelo Departamento de Limpeza Urbana (DEMLURB), em 2014, a coleta seletiva atende a quase 50% da população de Juiz de Fora, mas apenas 10% adere à separação. E, ainda, após a coleta, o caminhão segue para a APARES¹⁵ e a ASCAJUF – Vitorino Braga. Fui informada, também, que as associações dependem dos “atravessadores”, já que são eles que compram dos associados. Não há uma política de vender o material direto às empresas recicladoras, até porque o município é carente destas. Nesses encontros com representantes da Prefeitura, foi mencionada a existência do Centro Mineiro de Referência de Resíduos (CMRR), que tem atuado no auxílio à organização e regularização social dessas associações.

Após entender que não haveria nenhum trâmite a ser realizado, no sentido de autorização da pesquisa junto à Prefeitura de Juiz de Fora, estabeleci o primeiro contato com a presidente da APARES no início do mês de outubro de 2014.

¹⁵ Na prática, foi possível observar que há, na APARES, uma contradição com o recebimento da coleta seletiva. Esta, raramente ou nunca, atende a Associação, por alguns motivos que serão discutidos mais à frente.

5.3 Aproximando-me do Campo de Estudos

Neste momento, irei delimitar o processo de encontros e desencontros com os sujeitos da pesquisa e as ações que me possibilitaram experienciar um mergulho na vida dos catadores de materiais recicláveis da APARES.

Para fins desta pesquisa, comecei a frequentar a APARES em outubro de 2014. Ao chegar, fui recebida pela presidente, que também participou da fundação.

Algumas questões colocadas pelo representante do Departamento de Limpeza Urbana (DEMLURB) foram ratificadas pela presidente. Porém, de acordo com ela, havia mais de seis meses que o caminhão da coleta seletiva não passava pela Associação. Em um primeiro momento, isso me despertou incômodo. Se 50% da população é atendida pela coleta seletiva (conforme mencionado anteriormente), para onde vai todo esse resíduo?

Posteriormente, após conversas com os catadores, entendi que todo o material oriundo da coleta seletiva era destinado à ASCAJUF e que existiam problemas internos na APARES que impediam que a coleta chegasse até a Associação. Apresentaram-me, como problema basilar pelo não recebimento da coleta seletiva, as condições físicas do depósito, pois a entrada e saída de catadores com os carrinhos ficam comprometidas quando ocorre o despejo da coleta seletiva.

A Associação recebe (doação de) resíduos do Fórum da Justiça, da Justiça Federal, da Prefeitura, do Santa Cruz Shopping, da Embratel, do Corpo de Bombeiros, de alguns prédios e outras instituições e a coleta é alternada entre os catadores.

Conforme esclarece Pereira e Teixeira (2011, p. 897), em 2006, foi publicado o decreto 5.940,

[...] que prevê que todas as repartições públicas da administração direta ou indireta devam fazer coleta seletiva e doar os materiais para cooperativas de catadores. Por meio da Lei 11.445/07, que altera a Política Nacional de Saneamento, permitiu-se que as administrações públicas pudessem contratar, com dispensa de licitação, as organizações de catadores de materiais recicláveis para a prestação de serviços de coleta seletiva.

Assim, no dia 20 de outubro, retornei para uma imersão no campo, com duração de uma semana. Após essa imersão, seguiram-se os meses de novembro e dezembro, com um ou dois dias de visitas isoladas para fins de aprofundamento das observações feitas e maior entrosamento com os associados.

Ao chegar à APARES, fui recebida por alguns associados que logo chamaram Flávia, a presidente, para me atender. Ela veio rapidamente ao meu encontro, seguimos para o outro lado da rua e nos sentamos na calçada, debaixo do sol. Dali, engatamos nossa primeira conversa sobre a Associação, os associados e demais assuntos que surgiram espontaneamente. Sem entrevista estruturada, sem grandes questões, queria apenas conhecer um pouco do contexto geral da Associação. Flávia fez uma breve apresentação desta, ressaltando seu contexto, falando dos associados, apresentando as dificuldades e os problemas que enfrentam.

Em conversa com Flávia, questionei sobre o trabalho na Associação, a maneira como gerenciam o trabalho e o resíduo. Flávia disse que todos separam juntos e ninguém vai embora ao fim do dia sem concluir o que tiver que ser concluído. É sempre um ajudando o outro na separação. Ao ser questionada sobre como administram a parte financeira, ela disse que o montante arrecadado só é dividido para aqueles que trabalharam na coleta e separação.

A Associação foi fundada em 2001 com nove catadores. Durante esse tempo, já chegou a possuir quarenta e oito associados. A presidente destacou que já existiram mais catadores, contudo muitos deixaram a Associação voluntariamente, outros foram “convidados” a se retirar pelos maus costumes e hábitos (droga e bebida em horário de trabalho).

Após essa conversa, solicitei autorização da presidente para frequentar a Associação e para estar ali por alguns períodos. Com as férias do trabalho divididas em duas etapas quinzenais, fim de outubro e começo de dezembro, estaria frequente todos os dias nas férias, em outubro, com horários alternados, mas, ao retornar à rotina de trabalho, a frequência seria reduzida a dois ou três dias por semana. Dezembro seria um mês apertado e, para eles, uma vez que a quantidade de resíduos aumenta drasticamente, talvez não seria possível estar frequente todos os dias das férias quinzenais.

Flávia, prontamente, sem hesitar, colocou-se à disposição para qualquer ajuda e, sem mesmo consultar os outros associados, autorizou minha presença no depósito para fins desta pesquisa.

A partir dessa autorização, organizei meu cronograma da seguinte forma: a primeira semana de férias seria por conta da Associação, do dia 20/10/2014 a 24/10/2014; na segunda semana, a frequência no depósito teve início na quarta-feira, 29/10/2014 até 31/10/2014. Minhas visitas se dariam em horários alternados, a fim de observar a dinâmica em diferentes horários, que é nitidamente lenta pela manhã.

No dia 3/11/2014, levei um bolo confeitado e refrigerantes para agradecê-los pela oportunidade de ter convivido com eles, pelo aprendizado, por terem compartilhado conhecimentos, problemas, alegrias, por terem me recebido tão bem naquele local e para

explicar que, dali em diante, minha frequência no galpão iria diminuir, de dois a três dias por semana. Guardamos o bolo e os refrigerantes na geladeira da oficina mecânica ao lado para o dia seguinte, porque nem todos estavam presentes.

No mês de novembro, retornando ao trabalho, passei a estar presente na APARES apenas dois dias por semana, no horário de almoço, de 12h30 às 14h. Tentava não ir terça e quinta, que eram os dias em que Dona Maria estaria para coleta. Nesses dias, mais próxima dos catadores, participei ativamente da separação do material coletado junto com Dona Maria e Eliza. Flávia não me deixava ajudá-las na separação, dizia que aquilo não era trabalho para mim.

No dia 10/11/2014, após chegar à Associação, Dona Maria e Iris estavam saindo para a “Sopa dos Pobres”. Logo depois, Flávia e Eliza saíram, enquanto Cida ficaria na APARES para não precisar fechar o depósito. Resolvi acompanhar Flávia e Eliza e encontrar Dona Maria e Iris.

No dia 19/11/2014, fomos a um evento em Belo Horizonte, organizado pelo CMRR. No começo, por vários motivos, pensei em recusar o convite, mas resolvi e fui acompanhá-los. Ficamos de 23h as 1h30 esperando o ônibus que nos levaria a Belo Horizonte. Durante esse tempo, ficamos conversando, assistindo a uma série de movimentos pelas ruas, e eles apontavam situações que me passavam despercebidas, mas que eles sabiam exatamente o que estava acontecendo.

O motorista fez duas paradas obrigatórias e duas outras para chamar atenção por conta do uso de cigarro no ônibus. Sentei na primeira cadeira do ônibus e mantive minha conduta de respeito durante toda a viagem.

O evento foi simplesmente político, englobando todo o Estado de Minas Gerais. Era um evento em comemoração aos três anos de implantação do Bolsa Reciclagem. O Bolsa Reciclagem é uma das primeiras políticas de pagamento por serviços ambientais urbanos na área de gestão de resíduos sólidos implementadas no Brasil.

O mês de dezembro transcorreu de maneira mais calma. Como havia previsto, não consegui estar os quinze dias na APARES. Em algumas semanas, só compareci um dia por semana, sendo que, na última, estive na Associação todos os dias, despedindo-me na véspera do Natal e do Ano Novo.

Em meio aos preparativos para o Natal de 2014, os associados realizaram uma festinha para as crianças no depósito e eu fui convidada, mas, devido a outros compromissos, não pude comparecer. No dia seguinte, fui ao depósito cumprimentá-los e desejar-lhes um Feliz Natal.

Em janeiro, precisei reduzir drasticamente minha presença no local para, então, poder me dedicar à escrita da dissertação e, com um café no começo do mês, agradei e me despedi de todos. Continuei indo uma a duas vezes por mês e alguns deles me procuravam no trabalho para trocar alguns momentos de conversas, de ideias. Nesse período, foi revalidada a Licença Ambiental da Associação.

A análise apresentada neste trabalho diz respeito à primeira semana de imersão na APARES. Tal escolha se deve ao fato de esta ter incitado um estranhamento de revelações sobre um mundo, outra sociedade até então desconhecida. Foi esse estranhamento que possibilitou o surgimento das reflexões que passarei a apresentar sobre forma de análise no próximo capítulo.

O quadro a seguir retrata, simplificadamente, o roteiro da primeira semana na Associação, apresentando os dias e horários, as ações desenvolvidas e as pessoas com as quais tive a feliz oportunidade de compartilhar alguns momentos do meu dia.

AGENDA		
DIAS - HORÁRIOS	AÇÕES	SUJEITOS
20/10/2014 13:00h – 17:00h	- Apresentação; - Explorar e reconhecer o espaço; - Aproximações com Flávia, Cida e Elisa; - Observar.	Cida, Flávia, Eliza, Pedro, Paulo Sérgio, Kátia e Sr Geraldo.
21/10/2014 14:00h – 17:00h	- Aproximar e conhecer os sujeitos; - Envolvimento com a limpeza para organização do espaço, como por exemplo limpeza de baias; - Aproximação com Dona Isis e Cristina.	Cida, Isis, Cristina, Claudia, D. Lena, Eliza, Taiane, Taimara, Julio, Pedro, Sr. Geraldo e Flávia.
22/10/2014 13:30h – 17:30h	- Aproximação com Dona Lena e suas netas, Eliza, Cristina e Julio; - Envolvimento com a separação dos materiais; - Apresentação; - Observação da discussão entre os associados, sobre a venda do material para a APARES.	Cristina, Cida, Sr. Geraldo, Dona Lena, Taimara, Taiane, Eliza, Pedro, Flavia, Julio, Carla e Katia.
23/10/2014 09:30h – 13:00h	- Aproximação com Pedro, Severino e Dona Lena; - Espera da abertura do galpão; - Revelação sobre o cotidiano; - Apresentação de algumas das dificuldades e problemas da Associação; - Observação sobre o manuseio com equipamento eletrônico.	Pedro, Severino, Cida, Dona Lena e Julio.
24/10/2014 10:00h – 15:00h	- Aproximação com Paulo Sérgio e Cida; - Descoberta da Bolsa Reciclagem	Pedro, Eliza, Taiane, Taimara, Paulo Sérgio.

Quadro 4: Quadro dos dias, ações e sujeitos da pesquisa

5.4 Sujeitos da Pesquisa

A partir das delimitações estabelecidas nas seções anteriores, chegamos à definição das pessoas com as quais iríamos dialogar para o desenvolvimento deste trabalho. Os sujeitos desta pesquisa são catadores de materiais recicláveis vinculados à APARES. Há, também, outras denominações que a sociedade atribui a esses sujeitos, como catadores de lixo. Em momentos de imersão, uma das catadoras se referiu à sua profissão como papelreira. A profissão de catador foi oficializada, em 2002, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), regida por um código que reconhece oficialmente os catadores como pessoas que vivem e trabalham, individual e coletivamente, com a atividade de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis.

A reciclagem é uma atividade que surgiu na década de 1930 e teve sua origem na necessidade de alguma fonte de renda para a sobrevivência em um mundo puramente capitalista, assim, por mais que se queira mostrar outra realidade ou justificativa distinta, a reciclagem está estritamente vinculada àqueles em estado de escassez, e não à premissa da limpeza urbana ou proteção ambiental. Está totalmente relacionada a pessoas necessitadas que viram na venda de materiais inutilizados uma possibilidade de sobrevivência. Assim, os catadores são, sim, oprimidos por um sistema que os mantém na linha da miséria, tornando-os meros reprodutores de um discurso que os valoriza pela contribuição que prestam ao meio ambiente, como se eles, em sua condição de ser humano, não fizessem parte desse tal “meio ambiente”.

Não há um consenso, na literatura, sobre o número de catadores de materiais recicláveis presentes no Brasil. Esse fato pode estar atrelado, indiretamente, ao descaso com a atividade de catação, por esta ser considerada uma atividade de ocupação temporária, exercida em momento de desemprego ou de baixa remuneração, situação observada nos próprios associados da APARES. Braz et al. (2014) ratificam essa situação ao pesquisar sobre os catadores de Natal, confirmando que a renda mensal das famílias de catadores é menor que um salário mínimo, o que exige do catador procurar outras atividades que possam lhe proporcionar renda complementar ou superior àquela que consegue com a catação.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE, 2010), em 2008, havia pouco mais de setenta mil catadores, incluindo crianças e adultos. Besen (2008) afirma que há, aproximadamente, 500 mil catadores, podendo chegar a um milhão. Já o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2012) argumenta que esse número superava, em 2012,

os 800 mil, com uma grande concentração no estado de São Paulo. Porém, apenas 100 mil se registraram no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (2013), o número de catadores no país pode estar entre 300 mil e um milhão.

Independentemente da veracidade, é consensual, entre os autores que embasaram esta pesquisa, que a quantidade de pessoas vivendo da catação é extremamente grande. Pessoas que vivem e sobrevivem à margem da sociedade, em condições bastante precárias de vida e de trabalho. Medeiros e Macedo (2006) apresentam uma expressão bastante peculiar e crítica em relação aos catadores. Eles defendem a ideia, da qual comungo, de que esses sujeitos se inserem num processo de “exclusão por inclusão”, no qual são considerados incluídos socialmente, mas excluídos pela atividade que desempenham nas ruas das cidades. De certa forma, essa atividade contribui para uma invisibilidade histórica desses sujeitos no cenário brasileiro, não só perante a sociedade civil, mas também pelo poder público. Em um verdadeiro cenário de opressão, acabam sendo “empurrados” e “concentrados” em áreas de extrema pobreza, trabalhando em condições de precariedade, submetidos a situações de risco.

Uma das formas de tentar se resguardar dessa precariedade de condições de trabalho é por meio do vínculo às associações de catadores. Dessa forma, os catadores com os quais trabalhamos nesta pesquisa possuem vínculo, formal ou informal, com a APARES. Em princípio, os catadores associados a essa Associação possuem Bolsa Família, alguns conseguiram prioridade no Programa Federal “Minha Casa, Minha Vida”, recebem cesta básica fornecida pela Prefeitura de Juiz de Fora, receberam treinamento, geralmente o material que separam em *bags*¹⁶ são coletados por eles mesmos em carrinhos, recebem também doação da sociedade, que entra em contato por telefone para doação de material, roupas, sucatas, entre outros.

No período em que coletamos nossos dados, a instituição contava com um quadro de 18 associados, sendo que, frequentes, eram apenas 14. A ausência desses quatro catadores se explica pelo fato de não terem condições físicas de coletarem na rua, podendo apenas trabalhar na separação dos resíduos dentro do depósito e, portanto, sem coleta seletiva, não havia por que irem trabalhar. Assim, de acordo com Flávia, quando havia coleta seletiva, esta era destinada às pessoas que não podem sair do depósito por dificuldades de locomoção¹⁷.

¹⁶ Do inglês *bag* = sacola. São grandes sacos nos quais são colocados os materiais recicláveis.

¹⁷ Alguns associados dizem que poucos são beneficiados por essa coleta.

O processo de análise que passamos a apresentar foi norteado pelas ideias de Paulo Freire sobre oprimido e opressor, dialogicidade e transitividade de consciência.

Paulo Freire, em sua obra *A Pedagogia do Oprimido*, discute a realidade social, com suas contradições, e tenta nos conscientizar sobre a importância de uma sociedade menos dominadora. Para muitos, sem dúvida, isso é uma utopia. Freire estabelece uma discussão sobre essa sociedade se apropriando de dois termos, que são: opressor e oprimido.

Para o autor, o opressor é aquele que, a partir de diversidade de métodos e processos, tende a ilhar e a aprofundar as divergências existentes entre os oprimidos, desde processos de repressão até ações culturais que possibilitem um controle das massas populares, e, ao se apropriar de suas fraquezas, controla-os da maneira mais perversa possível. O oprimido é aquele que, em geral, hospeda o opressor, que teme a própria liberdade, está acomodado e adaptado à sua realidade, imerso na estrutura dominadora.

De acordo com Paulo Freire (19867, p. 44):

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

É a partir da e com a palavra que o homem constrói o seu mundo. Escrever a história e ser escrito por ela é ser autor e testemunha da própria vida. Problematizar a realidade é reconhecer os homens como seres históricos, inacabados, inconclusos, em e com uma realidade que, sendo histórica, também é inacabada.

O capítulo a que agora daremos início retrata os dias de vivências e, por consequência, inúmeras experiências e descobertas. As falas que trazemos nos remete às circunstâncias, às proximidades do discurso falado nos momentos das conversas.

6 NARRATIVAS E ANÁLISES: CONTEXTUALIZANDO VIVÊNCIAS E EXPÊRIÊNCIAS

O referencial teórico, as experiências profissionais e o percurso metodológico que induziram e, de certa forma, delineararam os caminhos para a realização desta pesquisa facilitaram a imersão no depósito de reciclagem. Foi uma etapa intensa, de muitas dúvidas, contradições, questionamentos. Discernir tudo o que se passava só foi possível com a sensibilidade e os conhecimentos compartilhados pelos orientadores. Um intenso processo de dialogicidade e reflexão que me fez perceber os detalhes, repensar os julgamentos e preconceitos e, principalmente, contextualizar a teoria, deixando de lado o olhar penalizado, as determinações trazidas do “mundo de fora”.

Na primeira semana de imersão, tive o cuidado de perceber minuciosamente todos os acontecimentos. Em determinados momentos, pensei em recuar, em dar outro direcionamento para a pesquisa, porque, com certeza, seriam momentos de experiências chocantes, que talvez não fossem necessárias. As condições de trabalho bastante precárias e as circunstâncias vivenciadas nos primeiros dias me deixou bastante reflexiva, triste e humilhada. Sim, humilhada! Porque a sociedade que eu sempre apontei como indiferente, egoísta e individualista agora me incluía.

A cada dia, saía do depósito desiludida. Diante de tantos questionamentos que permeavam minha mente, havia uma questão central: o que poderia fazer para ajudá-los? Afinal, para eles, minha presença tinha um significado, certamente atrelado à esperança, ajuda, auxílio e tantas outras coisas que não foi possível vislumbrar no início. Ou, talvez, não tivesse nada a ver com isso. Estava eu, mais uma vez, julgando.

A persistência e a vontade de me debruçar sobre aquele mundo me animavam e, à medida que me aproximava daquelas pessoas, mais queria estar ali, compartilhar momentos, uma forma de desafiar meus julgamentos, minhas determinações, uma forma de me contradizer e entender que o mundo real vai muito além das nossas percepções. Aquelas pessoas, assim como eu, viviam suas vidas, lutavam por suas conquistas, buscavam sempre melhores condições de vida e trabalho, viviam na sua normalidade, dentro das possibilidades que tinham até o momento. Eram pessoas normais e que precisavam de muito mais que um olhar penalizado ou ajuda financeira, material, espiritual, precisavam ser reconhecidas como cidadãos, providos de direitos e deveres.

Meus dias ali, naquele depósito, são como uma história que pode ser narrada, portanto irei apresentar aqui, na forma de episódios, cada um dos dias da primeira semana que estive junto aos catadores. Momentos angustiantes, momentos de desafio, de superação, dias de alegrias, de conversas longas, além de muitas descobertas e aprendizados. Sem dúvida, um aprendizado incomparável com qualquer outro que poderia ter na vida. A partir de agora, pretendo compartilhar com todos que por aqui descansarem o olhar os momentos vividos na Associação. A cada um dos dias irei atribuir uma palavra para ilustrá-lo, para representá-lo.

O processo de análise das narrativas, realizado durante e após a imersão na Associação, foi orientado pela teoria da ação dialógica de Paulo Freire, principalmente por sua obra *A Pedagogia do Oprimido*, que considera o homem sujeito histórico atravessado por ideologias, inserido em um processo de construção, de evolução e que se manifesta no mundo a partir da palavra, da linguagem, do discurso, por assim dizer.



1º EPISÓDIO RESPEITO

O primeiro contato com os catadores aconteceu no dia 20/10/2014, uma segunda-feira, por volta das 12h00.

Ao chegar à Associação, fui logo observando os detalhes. O nome da Associação está escrito em letras grandes logo acima do portão. A fachada cor laranja dá um destaque para a edificação em relação aos prédios do comércio nas proximidades.

Com um corredor de aproximadamente 30 m de comprimento, o depósito deve ter, aproximadamente, 300 m² de área total, coberto com telhas de metal. Em alguns locais, observei falhas nas telhas, o que causava aquelas poças de água no chão, das quais tentava desviar à medida que entrava pelo corredor. Havia chovido nos dias anteriores.

Elaborei um croqui com a planta baixa (Figura 1) com a ilustração superficial do depósito da Associação. Local este que, no início, causou-me, ao mesmo tempo, curiosidade e perplexidade. Perguntava-me repetidamente: como as pessoas podiam trabalhar em condições tão precárias?

À medida que fui caminhando em direção ao fundo do depósito, para encontrar as pessoas que estavam ali presentes, fui observando tudo em volta. Cada detalhe daquele lugar

me causava certo estranhamento, uma vontade de voltar correndo para a porta e por lá ficar. Da porta para fora, tudo era mais bonito, mais limpo, mais organizado.

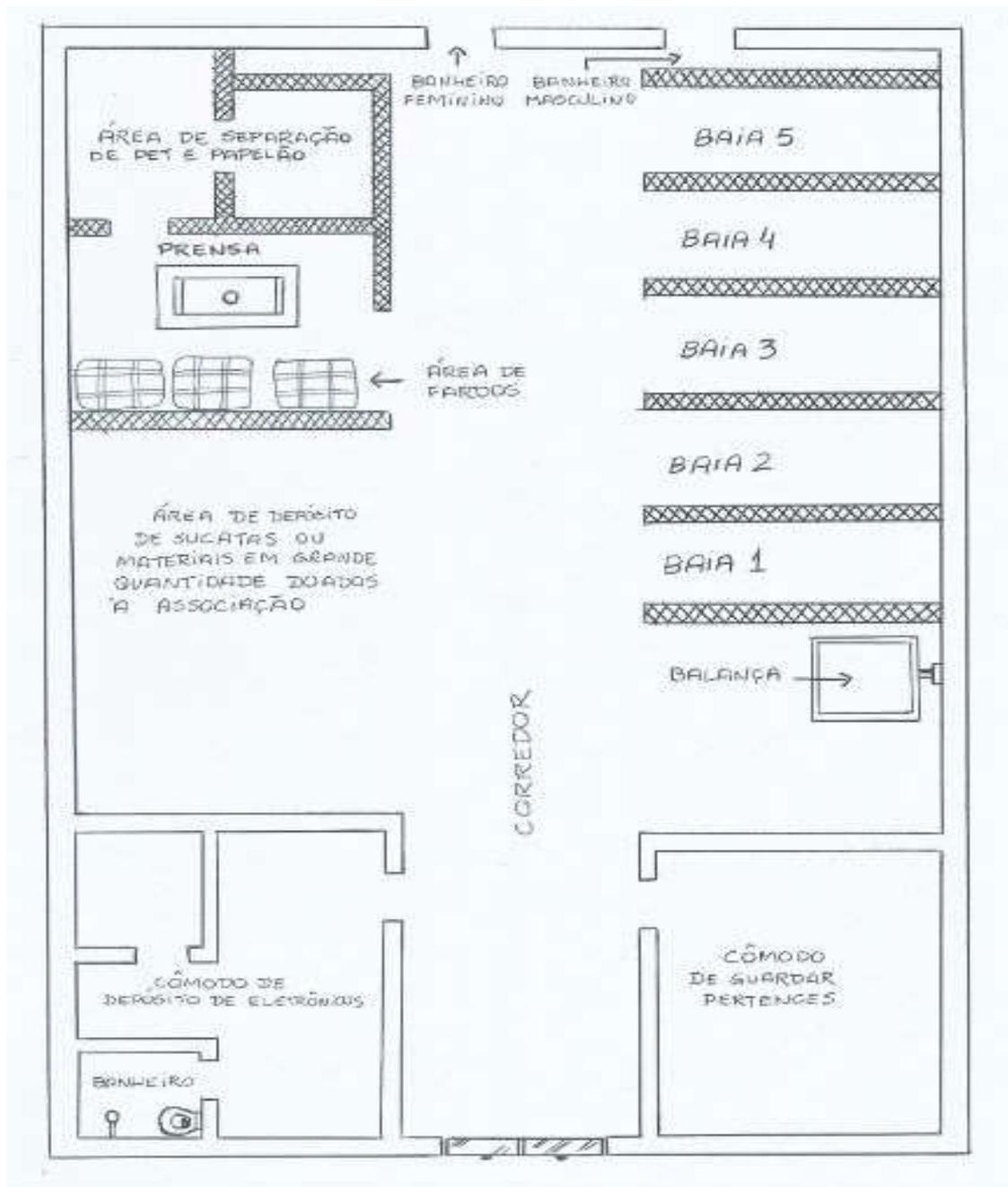


Ilustração 1: Croqui da APARE
Crédito: Marcello de Souza Alves

Então, antes que perdesse a coragem, chamei por **Flávia**. Do fundo do depósito, Flávia gritou: “*Estou aqui! Recebe a menina lá, Cida!*”. Flávia estava preparando frango na sanduicheira e, segundo ela, se saísse de perto, os “espertinhos” comeriam tudo e não sobraria para ela. É isso mesmo... Frango na sanduicheira!

Cida me recebeu e foi me direcionando para onde estavam Flávia e Eliza. Ao adentrar mais o galpão, fui observando e notando cada detalhe, tentando captar nuances que, em outros momentos de vistoria, na ocasião do licenciamento¹⁸, passaram despercebidas. Na entrada do depósito, havia algumas mesas e cadeiras para serem vendidas como sucata. À medida que percorria aquele longo e estreito corredor, tentava me desviar das poças, dos carrinhos cheios

FLÁVIA

Flávia, também conhecida como Lelena, é a presidente da Associação e participou da fundação, na época, com 27 anos. Ela tem cinco filhos e mora no bairro Santa Rita, próximo a toda família. Na verdade, a maioria dos associados mora no mesmo bairro. Flávia é presidente da Associação desde 2001.

Ela me contou que, com 15 anos, seus pais a tiraram da escola e a colocaram para trabalhar em casa de família, pegando seu dinheiro todo mês, já que ela não precisava porque morava no trabalho. Com o tempo, fugiu para o Rio por conta de um namorado que a ameaçava de morte. Com o passar dos anos, voltou para Juiz de Fora e passou a trabalhar com a mãe na catação, onde está até os dias de hoje.

de material que encontrava pelo caminho, assim como dos sacos vazios e *bags* com material para ser separado e aguardando prensagem, pesagem e venda.

Mais tarde entendi que esse era o processo que muitas pessoas, inclusive os catadores, chamam de reciclagem. Fui entrando, indo ao encontro de Flávia e dos demais associados que estavam no final do corredor, nos fundos do depósito.

Enquanto andava pelo depósito, observava lentamente os detalhes. À primeira vista, visualizei o local da seguinte forma: do meu lado direito, ficava um cômodo com porta, onde havia alguns entulhos e onde Cida e Flávia deixavam suas bolsas e demais pertences durante o tempo em que ficavam na Associação. Logo após, havia uma balança eletrônica e as “divisórias” que, separadas de maneira dinâmica, possibilitavam aos associados certa individualidade. Mais tarde percebi que eram áreas “particulares”, onde cada um guardava materiais a serem

separados, que já foram separados ou aqueles que possuíam maior valor agregado, bem como coisas pessoais. Essas “divisórias” são chamadas por eles de baias.

A primeira era do Júlio, muito bem organizada, sem nenhum tipo de material jogado ou espalhado e contendo os *bags* para depositar os materiais a serem separados. Acima dela ficava o seu lugar de repouso após o almoço, em que dizia ficar mais perto do céu, no momento de relaxamento e descanso. A segunda e a quarta eram da Flávia e estavam bem desorganizadas. Na segunda, ficavam sacos e mais sacos de material a serem separados, e na quarta cabine

¹⁸ Como analista ambiental, estive em vistoria no local para fins de licenciamento do depósito, uma vez que os depósitos e comércios atacadistas de sucatas, de papel, papelão, plástico, vidro etc. são licenciados, conforme Deliberação Normativa COPAM 74/04.

ficava o carro¹⁹ de Flávia, que, conforme ela disse, estava com a documentação vencida e ela não tinha condições para regularizar. Por isso, deixou ali. A terceira era a cabine de Pedro, onde Eliza trabalhava exaustivamente, grávida de cinco meses, às vezes com ajuda da mãe, Cláudia.

A quinta era a cabine de Dona Maria, também com *bags* por todos os lados, mas que eram sempre substituídas após serem separadas.

Do lado esquerdo, logo na entrada do depósito, havia um cômodo onde geralmente ficavam os produtos eletrônicos e os materiais que ainda possuíam algum potencial para uso. Esse cômodo era passagem para a sala que servia ao senhor Geraldo, com um banheiro que era utilizado, por alguns associados, para banho.

Na ocasião do licenciamento, em 2012, lembro que esta sala ainda estava em condições perfeitas, agora não mais. A sala apresentava poeira por todos os lados, com mesa e cadeira em condições de



deprecação. Pastas com documentos importantes da Associação colocadas

Imagem 2: Eliza trabalhando sentada em alguns momentos. (Fonte: arquivo pessoal da autora)

lado a lado, muito empoeiradas. Havia ainda cestas básicas, doadas pela Prefeitura de Juiz de Fora, para serem distribuídas aos associados²⁰. As condições físicas dessa sala demonstravam que não era um lugar de ocupação frequente, que apenas servia para guardar materiais. Esse era o único local com chave no depósito. Seguindo pelo lado esquerdo, havia uma área onde ocorria a estocagem de produtos em maiores quantidades e a área de prensagem. Havia lá uma grande quantidade de cadeiras, mesas e, ao lado, sacolas com papéis formando uma grande pilha. De acordo com Cida, tratava-se de material doado pela Proforte²¹.

¹⁹ O carro de Flávia parecia ser um Corcel 1979, mas aparentemente já se tornou sucata.

²⁰ Não questionei, mas não sei o destino que recebiam as cestas daqueles associados que não frequentavam ou que vez ou outra se distanciavam da Associação. Eram, no total, catorze associados; atuantes, no máximo oito.

²¹ Proforte é um empresa do ramo de segurança, do Grupo Protege.

A área de prensagem também possuía divisórias para o estoque de diferentes materiais até conseguir volume suficiente para a formação de fardos para serem vendidos. Ali eram estocados frequentemente PETs e, raramente, papelão. Por fim, no final do corredor, ficavam os banheiros, que estavam em condições bastante precárias. Acima dos banheiros, havia ainda um espaço que deveria servir como cozinha, mas não tive a oportunidade de conhecer. De acordo com Paulo Sérgio, aquele espaço seria desativado para adequação ao projeto contra incêndio e pânico exigido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG)²². Já havia ocorrido problemas com incêndio na Associação e, depois disso, os vizinhos passaram a fazer denúncias, o que levou o Ministério Público a conceder prazos para adequação ao projeto Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). A partir de então, os associados precisavam trabalhar na retificação e implementação do projeto para obtenção do AVCB.

Concomitantemente a todo esse processo de observação, na companhia de Cida, cheguei ao local onde estavam Flávia e **Eliza** e me sentei perto da porta do banheiro. Flávia, de pé, continuava conversando comigo e preparando seu lanche na sanduicheira. Talvez porque tenha percebido ou esperava meu estranhamento diante do fato, foi logo perguntando: *“Você já viu isso: preparar frango na sanduicheira?”*. A fim de suavizar a situação, logo respondi em tom calmo: *“Nunca tinha pensado nisso! Facilita um pouco a vida à medida que não suja panelas. Vocês sempre utilizam a sanduicheira para fazer frango?”*. Flávia, com naturalidade, respondeu que sim. *“Preparamos frango, batata, bife etc. Várias coisas são preparadas na sanduicheira, pois nosso fogão não tem gás.”*

Senti que Flávia queria me apresentar ao seu mundo, tinha vontade de falar dele, enquanto Eliza e Cida só ouviam e comiam o frango que Flávia, gentilmente, repartia com elas.

Logo chegaram Paulo Sérgio, esposo de Flávia, e Pedro, ambos associados. Conversamos um pouco. Pedro se dirigiu a mim perguntando se eu estava prestando serviço à comunidade. Questionei o que seria isso e Pedro comentou que são presos que prestam serviços sociais para diminuir o tempo na prisão.

Posteriormente, chegou Kátia, irmã da Flávia, bastante exaltada e nervosa, mencionando, entre códigos, questões referentes ao Ministério Público e ao Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (Ceresp). Flávia disse a ela que poderia falar claramente, porque todos ali presentes eram de confiança. Kátia então começou a dizer várias coisas que,

²² Essa questão do AVCB, embora a Prefeitura de Juiz de Fora tenha tentado resolver, rendeu muitos problemas na APARES e acabou resultando em uma multa de R\$ 22.000 no começo de 2016.

para mim, não faziam muito sentido. Por isso, fiquei apenas olhando, sem questionar ou me intrometer na conversa. Quando Flávia me pediu opinião sobre a situação, disse que não tinha entendido o que estava acontecendo e que, se ela quisesse me explicar desde o começo, poderia me manifestar, caso pudesse ajudar.

Foi então que Flávia começou a contar sobre a prisão de seu filho mais velho por porte de drogas. Disse que ele era usuário, mas não traficava, não transportava. Era só para consumo próprio. Ela continuou, dizendo que já havia feito o pagamento de parte do honorário da advogada e que não estava vendo o empenho dela na defesa do seu filho perante a justiça. Logo, procurou outro advogado, que disseram estar acostumado com casos parecidos. Após me relatar a situação, eu disse que não entendia muito bem de casos como aquele e que, por isso, não

ELIZA

Eliza tem 21 anos e estava grávida de cinco meses. Tanto os pais como ela são associados. Sua mãe chama-se Cláudia e, eventualmente, vai ao galpão para ajudá-la na separação, pois agora está trabalhando de carteira assinada, conforme eles dizem.

Seu marido está desempregado e, em alguns dias, também vai à Associação para ajudá-la na separação dos materiais.

poderia me manifestar. Kátia não é associada, mas está sempre por lá. Depois de relatar todo o acontecimento, dirigiu-se a Flávia, perguntando: “*Quem é essa moça limpinha que está sentada aí?*”.

Depois da apresentação, voltou-se para mim e continuou o assunto de seu sobrinho. Kátia disse: “*A advogada está julgando pela aparência. Não é porque a pessoa é assim, anda desarrumada e suja, que ela não vai pagar, não é direita?*”.

Paulo Sérgio participou um pouco da conversa, logo depois pegou o carrinho, colocou sucata dentro e levou para vender a um atravessador nas redondezas.

O sr. Geraldo, que é funcionário da AMAC e tem a função de contador, chegou posteriormente e me chamou para apresentar o depósito. Ele me relatou alguns problemas

pelos quais a Associação vinha passando, como problemas com furtos e incêndio. Minha impressão é de que o sr. Geraldo concebe, em mim, a capacidade de poder ajudá-lo a solucionar os problemas da Associação.

Respeitando as diferenças

Para Paulo Freire (FREIRE, 1996, p.25), “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”.

Sem muito saber dos sujeitos que encontraria, das situações que iria vivenciar, a única certeza que tinha, certeza essa que perpassa todo processo de pesquisa ao lidar com outros sujeitos, é que, acima de qualquer coisa, teria que respeitá-los.

Possivelmente, algumas situações poderiam causar estranhamento. Preocupava-me não demonstrar tanta perplexidade diante de determinadas circunstâncias ou histórias/casos que poderia vir a vivenciar, ver e ouvir. A pretensão era ser sutil com as palavras, com os gestos, para que minha presença naquele local não causasse mal-estar àqueles sujeitos já tão fragilizados pelas mazelas do mundo.



Imagem 3: Fotos do depósito. (Fonte: arquivo pessoal da autora)

Apesar das distinções, das diferentes realidades, todos nós fazemos parte da mesma sociedade, da mesma humanidade. Estamos unidos por fios, que nos aproximam e nos tencionam. Quando adentrei a Associação, no papel de pesquisadora, estava preocupada em entender como esses sujeitos se veem no âmbito dessa sociedade, como compreendem a reciclagem e como se reconhecem nesse processo. Assim como Freire (2013), entendo que somente através do diálogo, mediado pela confiança, é possível compreender a consciência que as pessoas têm de si e do mundo em que vivem.

O ideal do diálogo é a troca de ideias entre os homens, homens que buscam saber mais, e não o depósito de uma consciência na outra. Acreditar e confiar que, mesmo em condições de opressão e alienação concreta, o homem pode renascer para a libertação. Sem fé nos homens não há diálogo e qualquer aproximação torna-se meramente ativismo, manipulação paternalista (FREIRE, 2013).

Diante disso, não podia faltar ao respeito com aqueles sujeitos. Respeito às suas condições, não só de vida, mas, principalmente, de trabalho. Respeito ao “mundo” dos que dali retiravam o mínimo para sobreviver em meio a lutas, disputas e poder. RESPEITO é tocar com carinho o mundo do outro, e essa era a pretensão. Naquele momento, só queria conhecer um pouco daquele mundo, ao mesmo tempo tão próximo e tão distante, tão presente e tão esquecido, tão importante e tão ignorado. Por si só, contraditório.

Entender a condição do oprimido que se encontra em nós, que se constitui na forma como vemos o mundo a partir das várias experiências locais e limitadas que, não necessariamente, dizem respeito à visão de mundo do catador. A própria concepção de catador é, por si mesma, contraditória, se considerarmos a importância e o destaque que a reciclagem tem nos dias atuais e as condições em que esse sujeito vive e trabalha. A reciclagem, geralmente, é concebida como solução para o gerenciamento dos resíduos, muitas vezes relacionada ao reaproveitamento dos materiais descartados e/ou abordada em projetos de separação de resíduos de acordo com sua natureza. Dificilmente um projeto que tende a discutir a reciclagem coloca o catador e as suas condições de trabalho como pauta dessas discussões.

Layrargues (2002) afirma que o foco na separação dos materiais recicláveis representa uma tendência a eliminar o catador do processo da reciclagem, uma vez que, com a sociedade separando o material e o poder público atuando na implantação da coleta seletiva, tende a destinar o material direto à indústria, deslocando o catador desse processo, ignorando, portanto, a dimensão social da reciclagem.

Nesse contexto, questiono: a quem serve a chamada educação ambiental? Que interesses há por trás de projetos que ignoram a dimensão social da reciclagem? Freire (2013) utiliza o termo educação bancária para definir os processos educativos que tendem a anular ou minimizar o poder criador dos educandos, ignorando a criticidade, satisfazendo, assim, os interesses daqueles que oprimem. Estar naquele local, com aqueles sujeitos, naquele dia, me fez perceber a intencionalidade que mantém os catadores na situação dos oprimidos. No fundo, o olhar que lançamos sobre esses sujeitos é norteado por uma falsa generosidade ancorada na bandeira do assistencialismo.

Para Freire (1976, p. 56),

O grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a “abertura” de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica. Sem esta consciência cada vez mais crítica não será possível ao homem brasileiro integrar-se à sua sociedade em transição, intensamente cambiante e contraditória.

A vulnerabilidade social, econômica e política destes sujeitos os colocam potencialmente suscetíveis à prática do assistencialismo e tendendo a serem assistidos pela sociedade de forma a unificar suas necessidades, sempre com olhar penalizado. Por exemplo, lançamos um olhar penalizado a eles, supondo que é um absurdo o catador trabalhar no horário noturno. Porém, talvez essa suposição seja um julgamento prévio, oriundo de uma sociedade padronizada que tende a nos enquadrar conforme o comportamento de “universal”, mundialmente reproduzido. O catador, assim como muitos de nós, talvez prefira trabalhar à noite para ter mais uma fonte de renda fora do horário comercial ou pela facilidade de locomoção com o carrinho, pela tranquilidade na separação do material ou outros fatores que desconheço, mas que podem facilmente existir. Muitas vezes, esses sujeitos só esperam pelo dia de serem vistos como cidadãos, prestadores de um serviço à comunidade e ao meio ambiente.

Ao (re)vivenciar cada minuto desse primeiro dia e transcrever minhas primeiras impressões, passei a entender que aqueles sujeitos são pessoas comuns, que estão cotidianamente no nosso dia a dia, com compromissos, objetivos, aspirações, problemas comuns a todos e que apenas desfrutam de outra realidade, de outro mundo, com outras dificuldades. Que possuem vontades próprias. Pouco a pouco, esses sujeitos deixaram de ser idealizados por mim e passei a reconhecê-los não mais como sujeitos da pesquisa que desenvolvo, mas como indivíduos da mesma sociedade à qual pertencço. Que precisam encarar as dificuldades e os desafios do dia a dia como qualquer ser humano, com limitações e determinação.

Como membros da sociedade moderna, esses sujeitos recebem influências de todos os problemas que acometem a existência humana. O problema com drogas que Flávia vivencia com o filho está presente em muitas famílias, desde os mais abastados até os mais carentes, que lutam cotidianamente para superar o vício das drogas e suas consequências. Talvez a maior dificuldade esteja em outro vício, o vício do olhar que faz do pobre o traficante e do abastado,

o usuário. As consequências desse vício do olhar são tão graves quanto as do vício pela mais pesada droga.

Por outro lado, é impossível não despertar estranhamentos e inquietações diante de uma realidade tão distinta. Determinadas circunstâncias me instigaram a refletir sobre como estamos despreparados para viver em sociedade, respeitando e lidando com tantas diferenças.

O primeiro estranhamento aconteceu ao presenciar o cozimento do frango na sanduicheira. O receio de Flávia ao falar desse procedimento pode estar relacionado ao julgamento do que não é “comum”. A questão central era: por que cozinhar o frango na sanduicheira se tinham um fogão (sem gás)? Aquilo, para mim, não era normal, deveria haver uma justificativa plausível. Logo pensei em tal situação como um reflexo da miséria que, normalmente, atribuímos ao outro a partir do olhar viciado do lugar que ocupamos. Porém, Flávia explicou que, sempre que compram gás, este é roubado, e, ainda, que tal procedimento



Imagem 4: Flávia em momento de descontração durante a separação de material. (Fonte: arquivo pessoal da autora)

dispensa o uso de panelas. De acordo com Flávia: “*É prático fazer as coisas na sanduicheira*”.

Com um olhar adestrado por uma educação que não nos deixa ver o mundo como ele é, mas sim como deveria ser, essa situação só suscitou tal reflexão a partir da análise desencadeada pelas sessões de orientação. Sem essa reflexão, uma iniciativa tão

ímpar poderia passar despercebida. Ora, se uma sanduicheira assa o pão, porque não poderia assar batata, frango e outros alimentos? Mas qual o problema em assumir esse estranhamento? Afinal, Flávia sabe muito bem que os hábitos comuns da sociedade são de usar panelas, utilizar fogão e gás para cozinhar e a sanduicheira para fazer sanduíches. Portanto, não foi preciso hesitar em demonstrar que, de fato, aquilo é diferente, é incomum, mas, ao mesmo tempo, interessante, justamente porque é diferente.

Nosso olhar para essa e outras situações advém de uma sociedade racional e utilitarista em que cada coisa tem o seu lugar e a sua função e que uma coisa dificilmente substitui a outra

em seu objetivo específico. Uma sociedade que vive em função do consumo e que, além de utilizar facilmente muitas coisas para diversas funções, substitui-as com a mesma facilidade, gerando montanhas de lixo, muitas vezes tóxico e perigoso à saúde. No exercício desta análise, aprendemos a condenar esse olhar, o olhar padronizado e comandado pela lógica da educação formal e do mercado, capaz de julgar como desumano ou absurdo o simples processo de cozinhar um frango na sanduicheira.

Na verdade, somos de uma época em que sanduíches eram feitos em grelhas quadradas na beira da chama do fogão a gás que a moderna tecnologia substituiu por um equipamento elétrico, chamado sanduicheira. O que diriam nossos filhos e sobrinhos de cinco anos se vissem, hoje, um instrumento como aquele?

CIDA

Cida é irmã de Flávia, mora ao lado de sua casa, no bairro Santa Rita, e está associada desde 2004.

Logo que cheguei, Cida me disse: “Eu só fico na martelada, sou a responsável pelo cobre”.

Desde então, já sabia que a função da Cida era retirar os fios de cobre dos equipamentos, porém ela não realiza a queima quando necessário, ficando essa função para Flávia e outros associados. Esse é o destino dos resíduos eletrônicos que chegam à Associação.

Nos encontros que se sucederam, vi-me inquieta com a situação constante. Flávia e sua irmã (**Cida**) viviam deitadas, descansando, em um papelão estendido no chão. Enquanto isso, as baias da Flávia sempre estavam cheias de materiais para serem separados. Flávia não se interessava muito por materiais como papel, papelão, plástico. Ela estava sempre se deslocando atrás de sucata, eletrônicos, doações ou coletas de descarte. Quando havia grande acúmulo de materiais a serem separados, ela pedia a conhecidos e/ou vizinhos que a ajudassem, pagando por dia o trabalho prestado. Foram poucas as vezes que presenciei Flávia separando material.

Essa circunstância me leva a crer que, embora estejamos em uma mesma sociedade, o ritmo de vida é distinto. As necessidades são outras, eles se preocupam com a sobrevivência, enquanto aqui, na realidade em que vivo, as pessoas querem mais e mais. Outra situação que me desperta é o domínio e o controle que Flávia exerce sobre os materiais e os bens da Associação, como do veículo doado pela Prefeitura, que ela utiliza para recolher os materiais somente para benefício próprio.

O estranhamento acontece de ambos os lados e devemos estar atentos a ele. Da mesma forma que estranhei o que vi naquele primeiro dia no galpão, também fui estranhada por eles. O fato de Kátia perguntar “*Quem é essa moça limpinha que está sentada aí?*” demonstra que houve um choque com minha presença no depósito. Não estou dentro dos padrões a que o olhar dela está acostumado, fujo à regra. Mas o que pensar sobre a fala de Kátia? Em poucas palavras,

ela expressa o discurso que atravessa toda a sociedade, o preconceito em relação aos catadores de materiais recicláveis, considerados, muitas vezes, desonestos, sujos e indignos de pertencer a essa tal “sociedade”. Quando Kátia se refere ao suposto pensamento da advogada em relação à Flávia, sinto que ela compartilha comigo sua inquietação perante esse julgamento desmedido. Porém, ao mesmo tempo, inconscientemente, ela se deixa influenciar por esse comportamento ignorante, que direciona sua forma de pensar e de agir.

Esses sujeitos são pessoas que compõem a mesma sociedade que a nossa e, portanto, reproduzem o discurso comum, compartilham os mesmos desejos, dores e alegrias inerentes à própria condição humana.

Enquanto docentes, podemos questionar: por que o tema reciclagem é abordado nas escolas de uma maneira tão reducionista? Por que só interessa separar o lixo em latas com cores distintas para dizer que estamos cumprindo nosso papel social? Por que não se reconhece o papel do catador na dinâmica da reciclagem? Um tema que contempla a dimensão social, política, econômica e ambiental apresenta numerosas possibilidades de contextualização da realidade, capaz de despertar a criticidade dos alunos, mas que permanece à margem da escola.

A reciclagem, geralmente, é abordada de forma a exaltar sua importância na preservação ambiental, vista, ingenuamente, como a solução para os resíduos gerados por uma sociedade que consome de forma desenfreada. Dessa forma, a reciclagem proporciona a continuidade do consumo em larga escala, contribuindo para a manutenção dos padrões da vida moderna. Além disso, no âmago da ingenuidade desse olhar, a reciclagem ainda contribui para a preservação ambiental e proporciona uma oportunidade

digna de trabalho para aqueles que estão à margem da sociedade. A contradição aqui é que, da forma como se coloca, a reciclagem faz aumentar a degradação do planeta e a desigualdade, fomentando a indústria do consumo, enriquecendo os mais abastados das grandes empresas e aumentando a opressão sobre aqueles que desfrutam das piores condições possíveis de trabalho,

IRIS

Iris é uma das fundadoras mais antigas da Associação. Naquele dia, imaginei que ela tivesse mais de 70 anos, mas, na verdade, Iris tinha 54 anos. Hoje, está afastada da Associação por problemas no estômago, que alguns associados dizem ser consequência do fato de ela ter se alimentado de restos de comida que vinham nas sacolas. Iris não tem mais condições de coletar na rua, portanto só separa os *bags* que lhe são dados. Em dezembro, Iris levou um tombo e machucou a perna, desde então está debilitada, pois a diabetes dificulta a cicatrização da ferida.

Iris já fez oficina de reciclagem e estava juntando tampinhas de garrafas para fazer uma árvore de Natal.

sem garantias dos direitos trabalhistas, com renda baixíssima. O que pensar dessa sociedade que desvaloriza o mais fraco? Que subjuga o oprimido? O que pensar de uma educação que não estimula a criticidade em seus alunos?

Nesse sentido, retomamos a palavra “respeito”, que nomeia esta seção, para apresentarmos outras inquietações em relação aos catadores. Que respeito tem a educação para com esses sujeitos? Que respeito têm as indústrias para com esses sujeitos e para com o meio ambiente? Fazemos parte de um país que elabora leis e resoluções que reconhecem os catadores como sujeitos de direito social vulnerável e com necessidade de atenção, mas que não cumpre as exigências que propõe. Um país que não respeita suas próprias leis é capaz de respeitar e de se comprometer com melhores condições de vida e de trabalho para seus cidadãos?

Porém, são essas mesmas leis que os enquadram e os tornam cidadãos de deveres, ao precisarem respeitar as condições adequadas para obter o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e a Licença Ambiental para operação, conforme determina a Política Nacional de Meio Ambiental – PNMA (Lei 6.938 de 1981) e a Resolução CONAMA 237 de 1997.

Tudo que foi vivenciado nesse dia me proporcionou conhecimentos de vida, de valorização do ser humano, de comprometimento e respeito ao próximo. Respeito ao próximo e respeito ao mundo que é diferente do meu, mas que faz parte dele. Era tudo muito novo, tudo muito chocante, mas respeitar e valorizar era tudo o que podia fazer para agradecer o carinho por me receberem e confiarem na minha presença em um local tão próprio, tão particular, em um mundo que lhes é tão caro, tão íntimo. Respeito ao trabalho que realizam é o mínimo que poderia ter naquele momento e ajudá-los a se respeitarem era algo intrínseco em mim mesma.



2º EPISÓDIO SUPERAÇÃO

Às 13h30 do dia 21 de outubro de 2014, teve início o meu segundo grande dia na Associação. Antes de qualquer coisa, cabe aqui um testemunho: foi um dia muito difícil.

Ao chegar à Associação, fiquei totalmente perdida com tanta bagunça e *bags* por todos os lados. Muitas pessoas diferentes dentro do depósito. Um pouco tímida, fiquei um tempo com **Cida** na entrada do galpão. Ela estava “destruindo” ventiladores para retirada dos fios de cobre. Pouco depois chegou Flávia e me explicou a “função” de Cida na Associação. De acordo com

Flávia: “Cida dá marteladas (risos). Ela é responsável pelos materiais que chegam com fios de cobre. Ela retira os fios”.

Flávia, estendendo uma sacola com muitos fios encapados, continuou: “A maioria que conseguimos ou recebemos estão assim, encapados. Daí preciso queimar para, então, vender o material metálico, que é o cobre”. Fiquei preocupada com o fato. Posteriormente, entendi que



a maioria dos associados não gosta dessa prática de queimar fios e, portanto, doam à Flávia para que ela dê prosseguimento ao processo. O sr. Geraldo, ao chegar, pegou um punhado de fios já prontos para venda em suas mãos e afirmou: “Isso aqui, Marilena, é ouro para eles. É o material de maior valor. Custa em torno de R\$ 12 o quilo”.

Imagem 5: Iris em trabalho. (Fonte: arquivo pessoal da autora)

Apesar de querer muito ficar ali na porta, precisava adentrar o depósito e cumprimentar aquelas pessoas que ainda não conhecia. Naquele dia, estavam na Associação²³ Cristina, Pedro, Cláudia, Eliza, Dona Maria, Taiane, Iris e Cida.

Fiquei muito assustada quando, em meio a sacos e sacolas de lixo, notei **Iris**, sentada, cabisbaixa, separando o lixo. Aparentava ter mais idade do que disse Flávia: Iris tem por volta de 54 anos. Fiquei observando o material que ela separava, sentei ao seu lado e ajudei a organizar os sacos. Até queria poder ajudá-la um pouco mais, mas, naquele momento, eu não consegui. Do material que Iris separava, pouca coisa era reciclável. Muita coisa era rejeito.

Nas visitas posteriores, no decorrer do ano de 2015, Iris foi internada com má circulação nas pernas, decorrente da diabetes que possuía e resultando em amputação. Portanto, não frequentaria mais a Associação.

Cristina era a vice-presidente da Associação. Travamos uma conversa enquanto ela separava material. Nessa conversa, ela disse que a Associação tinha uma importância muito

²³ Nesse momento, ainda não sabia o nome das pessoas. Em um relatório, primeiro citei como “mulher mais nova”, “meia-idade”, “mais velha”... Contudo, ao conhecê-las, posteriormente, decidi por colocar o nome para definir cada uma delas.

grande na sua vida, tudo que conseguiu se devia à APARES, desde a ajuda para criar suas filhas até sua casa. Confessou que gostaria de ajudar a resolver os problemas mais burocráticos, de organizar a Associação, de se dedicar mais, porém não encontrava suporte nos associados e nem na presidência. Comentou, também, alguns problemas pessoais e organizacionais da Associação.

Depois de finalizar a separação de uma *bag*, Cristina se dispôs a organizar uma cabine para colocar Dona Iris e, então, limpar o lugar onde ela estava. A intenção era “abrir” a entrada, porque havia uma informação de que o caminhão da coleta seletiva iria trazer material no dia seguinte e, também, para causar boa impressão para o representante do Centro Mineiro de Referência de Resíduos (CMRR), que viria na próxima semana realizar uma reunião com os associados.

Em uma rápida conversa com Cristina, ainda não tinha entendido a participação/contribuição ou função do CMRR para aqueles sujeitos ou para aquela Associação. De acordo com ela: *“O Centro Mineiro fez uma série de exigências que, de certa forma, nos ajudaria a trabalhar como Associação, as coisas iriam fluir melhor. Ele pediu que fizéssemos um mural com o material que saísse e que entrasse, colocando o peso e o valor. Pediu que não fumasse aqui dentro para evitar acidentes. Eles podem nos ajudar, mas ninguém colabora”*.

Enquanto isso, procurava ajudá-la na organização da baia. Cristina avançava baia adentro, enquanto eu ficava na entrada, auxiliando na separação do material. Arrumei uma vassoura e comecei a ajudar na varrição, no mesmo lugar onde estava. Cristina encarou toda a organização com força e empenho, deixando-me limitada a varrer e separar os materiais maiores que ela me entregava, geralmente pedaços de metais. Alguns materiais ela não me deixava pegar, com receio de que me machucasse ou sujasse. Contudo, ratos e baratas corriam para todos os lados, felizmente fugiam

CRISTINA

É a vice-presidente da Associação e estava sempre pronta para organizar e dar ideias de mobilização. Em momentos de conversa durante a separação de resíduo, Cristina demonstrava claramente seu desencanto com a organização da Associação na época. Ela dizia que ser associada só veio a contribuir para sua vida, relacionando as suas grandes conquistas, como casa própria, Bolsa Família, entre outras. O convite surgiu de Flávia, quando, ao ter voltado de Belém, ela estava em uma situação bastante difícil e com três filhas para cuidar. Pela história de vida, Flávia ajudou muito Cristina antes que esta viesse a se associar à APARES.

Por todas as iniciativas desta catadora, aponto-a como uma líder nata, por estar sempre à frente na tomada de decisão, na busca dos direitos, além de estar sempre incentivando, propondo alternativas para driblar os contratemplos e as discórdias que eventualmente surgiam e, ao mesmo tempo, mantendo a organização e trabalhando junto com os demais catadores.

Cristina tem três filhas, de 15, 17 e 18 anos. Hoje, com as filhas praticamente adultas e casadas, cuida da neta e da filha mais nova, com 15 anos.

de nós. Fiquei atônita, mas tentei não demonstrar minha perplexidade, mantendo a continuidade na limpeza. Nesse momento, questionei se não colocavam venenos para os ratos e as baratas. Cristina respondeu que: *“Já colocaram, mas eles voltam por conta do lixo, né?”*.

Quando o sr. Geraldo chegou e viu Cristina organizando a baia, sua reação de alegria e empolgação foi notável. Balançando os braços e com um singelo sorriso nos lábios, disse, baixo, virando-se para o lado, como quem já conseguisse visualizar tudo um pouco mais organizado: *“Agora vai. Cristina é como um touro! Ela dá um jeito nessa bagunça rapidinho”*.

Aos meus olhos, a expectativa com a vinda do caminhão era grande, todos estavam



Imagem 6: Cristina separando. (Fonte: arquivo pessoal da autora)

inquietos pela chegada da coleta seletiva. Era preciso que as duas portas do galpão estivessem abertas e que houvesse área suficiente para despejar o resíduo. Estavam todos mobilizados com a limpeza e organização do depósito para que tivesse espaço suficiente para *“[...] a montanha de lixo que chegaria em breve”*, como definiu Iris, sentada em seu canto.

Quando finalizei as visitas para fins desta pesquisa, Cristina já não estava mais frequentando a Associação. Havia conseguido um emprego com carteira assinada e acabou se distanciando um pouco.

Após organizar a baia, Cristina pediu que Flávia sugerisse a Iris para mudar de lugar. Perguntei o porquê de ela não falar diretamente com ela. Cristina comentou que Iris era sistemática e brava. Quando estava trabalhando, não gostava que conversasse com ela ou que a mudasse de lugar. Flávia foi pegando as coisas de Iris e dizendo: *“Vem, Iris, você vai ficar aqui quietinha, sem ninguém te atrapalhar. E Cristina poderá limpar aí”*. Assim, a cabine limpa foi ocupada pela Dona Iris e por seus sacos para serem separados. Lá ficou ela, rodeada de *bags*, separando os materiais.

Depois disso, passamos à limpeza do local onde Dona Iris estava sentada. Havia muitos sacos contendo papel e plástico que vieram da Proforte. Nesse local, havia ainda mais ratos, só

que dessa vez não consegui continuar. Eram ratos grandes que corriam para todos os lados. Fugindo de muitos deles, fui para fora do depósito. Eles viviam nas caixas coletoras de água pluvial existente na porta da Associação. Às vezes, furavam o chão do depósito para entrar; outras, deviam entrar pelas frestas que existiam no portão²⁴.

Aproximei-me de Dona Iris novamente, auxiliando-a na organização dos sacos para separação do material. Porém, não conseguia mais ficar ali. Logo me ajetei, já eram quase 17h, peguei minhas coisas e segui para a Universidade.

Nesse segundo dia de convivência no galpão, já notei que, a todo momento, havia outras pessoas por ali, conhecidos do bairro, pessoas que trabalhavam nas proximidades, pessoas querendo fazer doações, entre outros.

A necessidade de SUPERAR os limites da ignorância e da sabedoria

De acordo com Freire (1979, p. 15), “o saber se faz através de uma superação constante”. Para mim, o enfrentamento do depósito de reciclagem neste segundo dia de imersão representa a concretude dessa frase. Um local, sem dúvida, permeado por saberes não sistematizados. Saberes ocultos que viria a conhecer aos poucos, à medida que mergulhava naquele mundo muito diferente do meu, tão distante que se apresentava como uma barreira, difícil de se aproximar, de suportar, de transpor, de estar.

No processo reflexivo, desencadeado pela análise que agora faço, Freire (1979, p. 15) nos alerta que “[...] não podemos nos colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição de humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo”. Assim,

CENTRO MINEIRO DE REFERÊNCIA DE RESÍDUOS

É um espaço aberto aos municípios, às escolas, às comunidades, às associações e aos cidadãos no apoio ao tratamento adequado de resíduos e na promoção do consumo consciente. Oferece informações, experiências e ações para transformar resíduos em geração de renda e para melhor aproveitamento e preservação dos recursos naturais.

²⁴ Ao chegar à Associação, por diversas vezes notei, em algumas partes do piso próximo às paredes, um buraco com areia em volta, como que se alguém tivesse cavado. Um dia, questionei à Cida: “Cida, que buraco é esse?”. Ela, um pouco sem graça, dirigindo-se em direção ao buraco, empurrou a areia para dentro dele e respondeu, baixo e entre os dentes, como se tivesse vergonha ou receio: “São os ratos que fazem isso”.

sabia que tinha muito que aprender por ali, não só sobre a vida, mas sobre “as coisas” que constituem aquele outro mundo diferente do meu.

Quando Flávia mencionou que a “função” de Cida era dar marteladas, questionei-me se ali estavam presentes os princípios do Taylorismo, que repercutem pelo mundo desde a Revolução Industrial, no que diz respeito à divisão do trabalho. Essa seria uma prova concreta da manifestação da técnica e da ciência na vida dessas pessoas. E mais uma prova de que aqueles sujeitos, junto ao seu trabalho, sua vida, seus problemas, suas alegrias e tristezas, seus objetivos e suas aspirações, também compartilham da mesma sociedade que a nossa. Uma sociedade individualista, competitiva, que vive e sobrevive em função do mercado e da lucratividade. Tamanha era essa ambição pelo lucro que não viabilizava o desenvolvimento de tecnologias que pudessem vir a contribuir para o dia a dia desses sujeitos. Não só para isso, mas também para evitar o impacto ambiental oriundo, por exemplo, da queima dos fios, já que a combustão do material isolante produz gases que são prejudiciais à saúde e também contribuem para poluição do ar com a emissão de CO₂.

Apesar de o depósito possuir alguns instrumentos imprescindíveis ao processo de reciclagem, fiquei atônita ao descobrir que o material mais valioso para os catadores era o cobre e entender que, na maioria das vezes, a obtenção desse metal ocasiona a queima dos fios. Ou seja, aquilo que se recicla impacta negativamente o meio ambiente e a saúde das pessoas. Quanta contradição! Máquinas para desencapar os fios, granular o plástico e metal, entre outros processos envolvidos na reciclagem, são muito caras e, por isso, restritas às indústrias que, de fato, lucram com esse processo. Mas por que não se paga pelo material o mesmo valor sem que ele tenha que passar pelo processo de queima? Qual a finalidade desse cobre? Para onde ele é vendido? Por que precisam vendê-lo desencapado? Questões como essas ficaram no ar, não tive tempo para perguntar e esclarecer minhas dúvidas. E as pesquisas na internet não são suficientes para respondê-las.

Meu olhar para aquelas pessoas me fez refletir, também, sobre a questão da identidade. Júlio entende sua profissão e se vê como sujeito capaz de mudanças, reconhece sua importância nesse cenário. Diferentemente de Cristina, que parece não se reconhecer como representante dos catadores. A forma como ela se refere ao veneno para os ratos e as baratas no depósito, utilizando a terceira pessoa²⁵: “*Já colocaram, mas eles voltam por conta do lixo, né?*”,

²⁵ As frases ou trechos entre aspas ou em itálico não dizem respeito à fala transcrita do sujeito, e sim ao que mais se aproxima de sua fala. Embora não tenhamos feito entrevista ou qualquer gravação dos diálogos, esse momento em que Cristina diz sobre os “outros” ficou muito bem marcado, porque despertou a impressão de um não pertencimento ao grupo.

demonstra que ela não se considera pertencente àquele lugar, que não se reconhece como catadora. Porém, está sempre disposta a ajudar. É ela que estabelece a comunicação com o representante do CMRR por meio de *e-mail* e telefone. É ela que tenta, de alguma forma, efetivar – instituir, inserir, introduzir – na Associação algumas exigências do CMRR. Flávia parece não se preocupar ou se importar muito com essas formalidades, pelo menos nunca comentou sobre determinadas exigências. Talvez por descrença, talvez por comodidade, talvez por alguma outra situação ou motivo.

Nas semanas posteriores, em entrevista ao representante do CMRR, compreendi que este órgão atua na assessoria à Prefeitura de Juiz de Fora, uma espécie de consultoria, a fim de auxiliar na gestão da coleta seletiva para a inclusão dos catadores de materiais recicláveis. Juiz de Fora, porém, já havia iniciado o processo, precisava apenas de alguns ajustes.

Cristina estava empenhada em organizar o ambiente para a chegada do caminhão com a coleta seletiva, conforme prometido pelo representante do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DEMLURB), embora tivesse demonstrado e dito, algumas vezes, que determinadas situações sobre o material trazido pelo caminhão a desanimaram.

De acordo com Cristina, somente algumas pessoas desfrutavam da coleta seletiva feita pelo DEMLURB. Não havia uma igualdade na distribuição. As pessoas avançavam sobre aquele material e muitos não conseguiam usufruir. Além disso, atrapalhava aqueles que faziam coleta na rua, que não podiam entrar nem sair com o carrinho, pois o material que chegava fechava toda a entrada do depósito. Ninguém entrava, ninguém saía.

Nesse posicionamento de Cristina, podemos apontar a manifestação da consciência transitiva ingênua, consequência da massificação e instrumento de manipulação e opressão, como delineia Freire (1976). Para o autor, há três tipos de consciência: a consciência intransitiva, a transitiva ingênua e a transitiva crítica.

Uma sociedade em que predomina a consciência intransitiva não tem o conhecimento e a preocupação com sua história, não atua e não é marcada por esta e não se preocupa com algo além de sua existência biológica. Ela preocupa-se e age dentro da esfera vegetativa, fugindo e esquivando-se das questões que envolvem sua existência, resultando quase que em um descompromisso com esta. À medida que o homem passa a captar e a responder às questões ao seu redor e a dialogar com o mundo, ele se “transitiva”, se faz histórico. Há um desenvolvimento de interesses, preocupações e comprometimento com os acontecimentos que se desenrolam ao seu redor. Contudo, em um primeiro momento, a consciência transitiva é ingênua e a transição para uma consciência crítica requer um esforço. A consciência ingênua se caracteriza, como o próprio nome diz, pela ingenuidade, simplicidade na interpretação dos problemas, fragilidade

na argumentação, reprodução de discursos, predominância da emoção, tendência à polemização das circunstâncias, menosprezando a dialogicidade, sempre com explicações mágicas, o que remete a vestígios da intransitividade.

Enquanto a intransitividade é marcada pelo descompromisso com a existência, por um processo de acomodação, a transitividade ingênua pode representar um maior desafio para a sociedade. A tendência é que a ingenuidade ceda lugar à criticidade, porém é possível que essa transição não ocorra e conduza à transitividade fanática, ao fanatismo, geralmente resultante de um processo de massificação. Nesse fanatismo, o compromisso com a existência é muito menor que na intransitividade. O homem fanático teme a liberdade, ainda que fale dela. O diálogo é suprimido, o homem é um ser conduzido, seus gostos e suas vontades são generalizados, e não mais opcionais, seu poder criador é atenuado. O homem, em uma sociedade fanática, é objeto, e não sujeito. Somente refletindo e debatendo sobre sua condição de massificado é que é possível aos homens sair desse transitar do fanatismo e evoluir para a consciência transitiva crítica (FREIRE, 1976).

A transitividade crítica, por sua vez, valoriza o diálogo, está voltada para a responsabilidade social e política, e, portanto, uma interpretação profunda dos problemas. Os problemas são explicados por princípios causais, e não mais por magia. Há uma determinação e responsabilidade nas ações, recusa-se a calar diante de fatos (FREIRE, 1976).

De acordo com Freire (1976, p. 60):

Esta posição transitivamente crítica implica num retorno à matriz verdadeira da democracia. Daí ser esta transitividade crítica característica dos autênticos regimes democráticos e corresponder a formas de vida altamente permeáveis, interrogadoras, inquietas e dialogais, em oposição às formas de vida “mudas”, quietas e discursivas, das fases rígidas e militarmente autoritárias, como infelizmente vivemos hoje, no recuo que sofremos e que os grupos usurpadores do poder pretendem apresentar como um reencontro com a democracia.

Nós, docentes, esperançosos que somos, desejamos atingir o desenvolvimento da consciência transitiva crítica nos nossos educandos, porém, muitas vezes, não conseguimos, pois a educação que hoje se projeta na escola, controlada pelo sistema, não contribui em nada para o desenvolvimento dessa consciência. E, da mesma maneira que nossos alunos, Cristina não reage aos acontecimentos, ela observa o que acontece, expõe o que acontece, revolta-se, mas não se mobiliza para a busca de mudanças.

Essa consciência transitiva ingênua parece predominar na sociedade. Por alguns minutos observando o material em que Iris trabalhava, um material sujo em que nada foi selecionado e

destinado pela sociedade à reciclagem, vi-me questionando sobre os diversos meios de divulgação sobre o tema, sobre os projetos relativos ao lixo desenvolvidos nas escolas, geralmente reconhecidos como de educação ambiental, e relembrei todo o referencial teórico estudado até o momento.

Por um breve instante, repentinamente, afirmei conscientemente que a amplitude e a força do discurso da reciclagem parecem ter conduzido a uma forma de adestramento, no sentido de que: “Vamos reciclar porque é importante!”. Muitas pessoas, edifícios, instituições, prédios comerciais, entre outros, ancorados no discurso da sustentabilidade, destinam parte de seu lixo para associações e/ou catadores, fazendo com que eles se sintam comprometidos com o meio ambiente, assumindo uma ação ecologicamente responsável e correta. Contudo, a repercussão do tema da reciclagem e o conhecimento que a sociedade possui a respeito dela parece não passar de mera reprodução discursiva. Nesse sentido, questiono-me se, da forma como vem sendo praticada e divulgada pela mídia ou pelos meios educacionais, há alguma contribuição para mudanças de comportamento da sociedade ou algum conhecimento sobre sua importância ambiental, seja sobre a enfadonha e contraditória justificativa de preservação dos recursos naturais, seja por conta de ampliar a vida útil dos aterros ou qualquer outra importância a esta atrelada.

Parece-me, realmente, que há um adestramento. Poucos se interessam em saber sobre a real possibilidade de reciclagem do material destinado ou sobre a finalidade de destinar à reciclagem. O importante é cumprir o “papel” de cidadão politicamente correto. No final, o que de fato interessa é o alívio do dever cumprido. Mas não nos questionamos se o que fazemos é válido, se de fato estamos comprometidos com esse processo e com os sujeitos que dele vivem ou se simplesmente estamos tentando nos isentar de uma culpabilidade futura.

Essa postura é decorrente de uma educação não dialógica, não comprometida com a transformação social, descomprometida com o outro, com a vida. Jacobi (2003) esclarece que um dos grandes desafios da educação ambiental é o desenvolvimento de valores e atitudes como confiança, igualdade, respeito mútuo, responsabilidade e solidariedade, entre outros. Ainda de acordo com esse autor, a educação deve estar comprometida com a formação de sujeitos cidadãos, dotados de direitos e deveres, responsáveis e conscientes de suas atitudes, com a formação de sujeitos aptos a atuar de forma interativa e dialógica em ações democráticas. Ou seja, o desenvolvimento de uma criticidade, de uma consciência transitiva crítica, que alicerça e fortalece uma sociedade que preza pela democracia e autenticidade.

Naquele segundo dia, saí do galpão com pensamentos confusos e inúmeros questionamentos. Estava simplesmente perplexa. Um nó se fazia na garganta e lágrimas

ameaçavam escorrer pelos olhos, minha vontade era simplesmente ignorar que um dia presenciei tais cenas e nunca mais voltar àquele ambiente. Enquanto caminhava para a universidade, o nó se desfazia e algumas inquietações sobre o mundo se revelavam. O que acontece no mundo em que vivo? Por que essas pessoas precisam viver assim, em meio ao lixo? O que produz esse cenário? Qual o porquê de tudo isso? Qual a dimensão da inclusão social dos catadores exigida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos? Quando as leis passarão, de fato, a serem cumpridas no país? Que sociedade é essa?

Encontrei em meus orientadores a liberdade de optar por diferentes caminhos a serem seguidos pela pesquisa que estava desenvolvendo. Podia, naquele momento, mudar a direção da pesquisa e caminhar por lugares mais leves e menos agressivos aos sentidos e à visão. Contudo, o rosto e o semblante daquelas pessoas vinham à minha mente e sabia que, em cada catador, havia um mundo a ser descoberto, uma história a ser desvendada, uma reflexão a ser feita.

Sensibilizada, aquelas cenas não saíam da minha mente. Sabia que não queria desistir, precisava conviver e entender melhor aquela realidade que, apesar de difícil, faz parte da sociedade em que vivo. Enquanto ser humano e profissional, seja docente ou analista ambiental, precisava estar ali, precisava vivenciar e compartilhar daquele mundo que se tornava cada vez mais concreto para mim. Era importante entender um pouco mais sobre o universo da reciclagem, permeado pelo trabalho desses sujeitos que são, ao mesmo tempo, protagonistas e vítimas.

Conforme Freire (1979, p. 10), o compromisso profissional deve ser uma práxis, uma ação e reflexão sobre a realidade, e isso não é possível se, dos homens concretos dessa realidade, tem-se apenas uma consciência ingênua.

Não devo julgar-me, como profissional, “habitante” de um mundo estranho; mundo de técnicos e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que devem ser doados aos “ignorantes e incapazes”. Habitantes de um gueto, de onde saio messianicamente para salvar os “perdidos”, que estão fora. Se procedo assim, não me comprometo verdadeiramente como profissional, nem como homem. Simplesmente me alieno.

Entendo os catadores como sujeitos que assumiram inconscientemente a responsabilidade pela reciclagem e que, portanto, carregam consigo a responsabilidade pela manutenção desse processo, vivendo à margem da sociedade que os criou.

A reciclagem incorpora todo discurso de uma educação ambiental já discutida anteriormente. Consequentemente, passou a ser considerada como sinônimo de

comprometimento ambiental, quando qualquer setor da sociedade assume o compromisso de dar destinação adequada aos resíduos recicláveis gerados na produção, na residência, na cidade, de uma forma geral.

Contudo, da forma como vem sendo praticada, a reciclagem tem aumentado o distanciamento entre homem e meio ambiente. Entendemos que é perverso limitar a questão do lixo à sua “correta” destinação, ignorando a dimensão humana envolvida nesse processo. O homem é inerente ao meio ambiente, seja por sua interferência ou ação direta, seja pela necessidade de sobrevivência, pela melhoria da qualidade de vida e das condições sociais, culturais, econômicas, políticas. Daí a angústia que me incomoda, daí a sensação de inquietude sobre a sociedade em que vivo.

A palavra que resume esse dia é SUPERAÇÃO, palavra esta que nos remete a uma dualidade de sentidos. Se, por um lado, está atrelada à superação dos momentos de desconforto vivenciados dentro daquele galpão, por outro, no sentido freireano, está centrada em considerar a hipótese de ignorar certezas e preconceitos e me permitir aprender com aquelas pessoas que, em princípio, aos olhos da sociedade, não parecem ter condições de ensinar nada a ninguém, de me permitir conhecer os saberes que ali se constroem, à margem da educação formal, o saber de como (sobre)viver do/no lixo. Os conhecimentos, os aprendizados, a sobrevivência inerentes à vida de um catador.



3º EPISÓDIO FRUSTRAÇÃO

Neste dia, tive uma reunião com meus orientadores pela manhã, na qual relatei todas as angústias que me invadiam até aquele momento. Decidida a dar prosseguimento à pesquisa, cheguei na Associação por volta das 14h. A frustração era aparentemente geral, porque até àquela hora o caminhão da coleta seletiva não havia passado. No galpão encontrei Dona Maria²⁶ e suas duas netas, que a ajudavam com a separação, e ainda Cristina, Iris, Cida, Eliza, sr. Geraldo e Pedro. Logo após, Flávia chegou com suas duas irmãs, Carla e Kátia. Carla é associada, mas há meses não tem frequentado a Associação. Por várias vezes a vi responder

²⁶ Dona Maria é um nome fictício porque não foi autorizada a utilização do nome real.

outros associados quando questionavam sobre sua ausência. Carla dizia: “*Esse lugar é da família Silva. Venho quando quero*”.

Dona Iris já estava em seu lugar de sempre, rodeada por sacos com materiais já separados e parte a ser separada. Eliza, em meio aos *bags* trazidos por seu pai, Pedro, tentava agilizar para liberá-los vazios. Nesse sentido, procurei ajudá-la um pouco. **Pedro** é insistente quando Eliza atrasa ou fica de conversa com outras pessoas, pois tem pressa em sair para novas coletas e precisa dos *bags* vazios.

PEDRO

Pedro é pai de dois filhos, inclusive Eliza, que é associada. Pedro tem 48 anos, mora em Gramma, na Avenida Juiz de Fora, e foi um dos catadores que mais me comoveu com sua história. Em uma conversa sobre os locais de assistência, como a “SOPA”, o “Albergue” e os “pequeninos”, declarou que dorme na rua ou no albergue para poder coletar o lixo noturno. Como não tem onde guardar o carrinho, precisa ficar pelo centro.

Fiquei um tempo próxima à porta de entrada, conversando com Cristina, que me contou um pouco de sua história de vida.

Mais adentro do depósito estava **Dona Maria** e suas duas netas, Taiane e Tainara. Dona Maria coleta material nas segundas, quartas e sextas-feiras, até as 14h. Mas não tem muita paciência para separá-los. Como ela mesma diz: “*Meu negócio é na rua, empurrando o carrinho*”. As netas, sentadas conversando, separavam o resíduo com agilidade.

Por um tempo, fiquei observando aquela situação. Fui me aproximando aos poucos. À medida que Taiane contava os fatos de sua vida, lançava seu olhar para mim e eu a ouvia atentamente. Aproveitando

que Dona Maria estava prensando materiais, aproximei-me da prensa, levando o material que Dona Iris havia separado. Aos poucos iam me incluindo na conversa e comecei a me entrosar com aquelas pessoas, que antes me eram completamente estranhas.

Ao me aproximar, passamos a conversar sobre diversos assuntos. Juntei-me a elas e passei a ajudá-las na separação do *bag* que Dona Maria tinha acabado de tirar do carrinho.

Hora ou outra, alguém lançava um questionamento sobre minha presença ali no galpão. Então eu tentava resumir e explicar que havia escolhida a APARES para entender um pouco mais sobre a reciclagem, como era o trabalho deles, como aconteciam as coisas por ali, entender o convívio entre eles, enfim, compreender aquela realidade e, para isso, era preciso estar com eles por um tempo. Enfatizei que não haveria outro lugar para entender isso que não fosse um depósito de reciclagem, junto com eles que sabem mais do que qualquer pessoa sobre todo o processo. Na verdade, tudo isso já havia sido explicado para Flávia anteriormente, mas aquele era o momento de expor e esclarecer minha presença naquele local.

Dizia, ainda, que isso fazia parte de um trabalho de especialização da faculdade. Alguns questionaram sobre qual faculdade havia cursado e perguntaram se com isso seria melhor remunerada. Quando mencionei minha formação, Taiane logo perguntou: “*Então você é professora?*”. Eu disse que sim, que já havia lecionado e que gosto muito da profissão, é o meu maior prazer. E olha que ousei me aventurar em outros lugares! Intrigada, olhou-me e disse que Ciências é curioso, mas não era o seu forte.

Logo após, aproximei-me de **Júlio**, que naquele dia estava utilizando luvas para separar o material. Sentei-me perto dele e ficamos conversando. À primeira vista, Júlio me pareceu um pouco ranzinza e recatado. Já haviam me dito que ele era um pouco rude, principalmente nos horários em que está separando material, mas, ainda assim, ao me aproximar, ele mesmo começou a falar e travamos uma longa conversa.

Júlio contou-me dos seus filhos e perguntou sobre mim, sobre minha formação, o que eu estava fazendo ali. Júlio, ao me apresentar a alguém ou comentar algo do depósito, referia-se à minha presença ali como estágio.

Júlio é o único catador que trabalha com luvas, mas só em determinados momentos. Durante a nossa conversa, ele estava separando um *bag* muito sujo, com restos de alimento e outros resíduos que não eram recicláveis. Quando perguntei sobre a separação do material nas instituições em que ele coleta, ele ressaltou que sempre há alguém que o ajuda a realizar uma separação prévia no local antes de levá-lo para APARES. Para ele, seu trabalho *não é dos “piores”*. Ele diz que gerencia o próprio trabalho, não precisa trabalhar nos fins de semana, como muitos, e nem até tarde da noite. Folga quando quer e pode se ausentar quando tem outros problemas para serem resolvidos.

Em um determinado momento daquele dia, surgiu uma discussão sobre o fato de se vender ou não o material para “casa” – ou seja, para a própria APARES. Pareceu-me que Pedro, Dona Maria e Júlio não estavam a favor disso, porque o preço que a “casa” paga para eles é

DONA MARIA

Dona Maria, 57 anos, mãe de três filhos, também moradora do bairro Santa Rita, desde criança trabalha na coleta, na época com sua mãe. Mas, quando criança, catava apenas papel. Está na Associação há 11 anos. Hoje trabalha sozinha, mas vez ou outra uma neta ou filha vai ajudá-la na separação, pois, como ela já mesmo repetiu diversas vezes, e é perceptível, ela não gosta de trabalhar na separação do resíduo que traz da rua. Como ela mesma diz: “Meu negócio é na coleta! Para coletar eu sou muito boa, não tem tempo ruim.” Dona Maria é amávele querida na Associação, tem seus problemas e insatisfações com a gestão, mas não deixa que isso atrapalhe o convívio ou as relações que ali acontecem.

muito inferior ao que eles, enquanto catadores, podem passar ao atravessador. Por exemplo, se o catador vende papel para a APARES, o preço pago era R\$ 0,15 por quilo. Se o catador vende direto ao atravessador, o valor é de R\$ 0,25 por quilo. E a APARES, vendendo em nome da Associação, repassa o papel por R\$ 0,35 o quilo.

Pedro disse que se tivesse a obrigação de vender para a APARES, sairia da Associação.

APARES

A Apares foi fundada em 2001, com nove associados. Segundo D. Sebastiana, a fundadora, foi uma “oferta” da Prefeitura que, ao encontrá-la carregando material pela rua, convidou-a a fundar a APARES. Primeiramente foi sediada no bairro Ladeira, com os equipamentos alugados. Logo depois, passou para sua sede atual, localizada na Rua Lafaiete Loures, nº 91, Centro de Juiz de Fora. Hoje, possui 14 associados e recebe doações de diversas instituições e condomínios.

Assim, foi desafiado por Cristina e Flávia. Embora Flávia e Cristina, que estavam na porta do depósito, e os demais, dispersos dentro do galpão, estivessem se comunicando aos gritos, não ocorreram brigas. Nada de discussões ofensivas ou agressivas. Todos os associados e familiares que ali trabalham vendem o material coletado separadamente, utilizando os equipamentos da APARES. Flávia tem algumas pessoas que a ajudam, como

Iris, Severino, Branco (filho) e Paulo Sérgio, entre outros, geralmente vizinhos, aos quais recorre quando está com muito material acumulado. Pedro, Eliza e Cláudia trabalham juntos; Júlio trabalha sozinho; Dona Maria e sua netas trabalham juntas. Assim, cada um vende por si, sem repassar o dinheiro à Flávia ou à Associação. Para tentar entender a circunstância, conversei com Cristina, já que foi ela quem deu início às discussões.

Cristina me explicou que a diferença que Flávia recebe na venda pela APARES (no caso do papel, R\$ 0,20), que eles chamam de “*sobra*”, seria para fazer caixa na Associação, para arrumar algumas coisas que estão pendentes ou, simplesmente, para repassar aos catadores no final do ano como décimo terceiro salário. Existe uma conta da Associação a que apenas Flávia e o sr. Geraldo têm acesso. Como já dito anteriormente, o sr. Geraldo é funcionário da Prefeitura e é responsável pela contabilidade da Associação, mas é Flávia a responsável pela pesagem e pela organização de quem compra e de quando o material será vendido. Cristina continuou: “*O preço do material reciclável é muito variável, varia muito, daí a cada sexta feira sai aquele material que está com preço maior no mercado*”.

De acordo com Cristina: “*Os associados reclamam de não ter conhecimento do destino desse dinheiro, por isso são resistentes a esse processo, simplesmente porque deixam de ganhar. Não estão errados, só que vendendo mais e unidos, temos mais garantias. Sendo a*

APARES que vende, somos mais reconhecidos. E isso é uma exigência do CMRR, pois é uma forma de comprovação que estamos atuando como Associação”.

Não há FRUSTRAÇÃO sem expectativas

Foi um dia de muitas descobertas, mas de muita frustração também. O fato de o caminhão de coleta seletiva não ter ido e toda a situação que presenciei dentro do depósito me surpreenderam. Toda aquela frustração dos associados, e também minha, refletiu-se no comportamento deles: embora continuassem trabalhando, a maioria, estava cabisbaixa. Passado o período em que havia a possibilidade de o caminhão da coleta seletiva vir, começaram os contratempos e as discussões.

Nos dias que antecederam a vinda do caminhão, os familiares de Flávia estavam muito presentes, mas não ficavam por muito tempo no depósito. Neste dia, Carla estava lá, pegando uma pasta em meio ao material que Iris separava, quando Pedro questionou sua ausência. Ela, como já havia respondido outras vezes, não hesitou: *“Esse lugar é da família Silva. Venho quando quero”*. Isso me incomodou. Então, a Associação, onde todos trabalham, de certa forma, coletivamente, que possui apoio público, possui um dono? Como assim?

Esse tipo de situação não representa as organizações coletivas que estão embasadas na Economia Solidária, que tiveram seu início na década de 1980 como estratégia para o enfrentamento do desemprego e da pobreza. As associações e cooperativas de catadores sempre são referendadas como exemplos de empreendimentos que têm como princípio os pressupostos da Economia Solidária. De acordo com Moisés (2009, p. 28):

Talvez pelos exemplos dados pela história, as cooperativas sejam a forma mais conhecida de organização econômica coletiva dos trabalhadores, contudo, a organização jurídica dessas organizações que compõem a economia solidária, pode assumir formas variadas, tais como associações, grupos informais e empresas coletivas, importando mais os princípios pelos quais elas são regidas, do que sua formalização jurídica propriamente dita. Com relação à forma de funcionamento, uma ideia fortemente vinculada à economia solidária, base mesmo das experiências produtivas, é a autogestão.

Ainda de acordo com a autora:

[...] para nós, os empreendimentos autogestionários seriam aqueles nos quais a propriedade dos meios de produção é, em graus variados, compartilhada, a gestão e todas as decisões de relevância são tomadas pelo conjunto dos participantes e, por

fim, que o resultado do trabalho é também distribuído a todos, segundo critérios definidos coletivamente. As concepções do que venha a ser a economia solidária, longe de serem homogêneas e acabadas, encontram-se em construção e possuem diferentes nuances (MOISES, 2009, p. 29)

Considerando a autogestão como princípio norteador da APARES, pode-se apontá-la como experiência de Economia Solidária, porém, pelas situações presenciadas dentro do depósito, há controvérsias nessa determinação. Embora discutir em torno de Economia Solidária seja interessante e esclarecedor, principalmente nos atuais tempos de crise econômica, pois representa uma alternativa de sobrevivência diante das consequências do sistema capitalista, não é tema deste trabalho prolongar uma discussão em torno dessa questão. Fica para uma próxima oportunidade aprofundar tal assunto, devido à importância dele para a sociedade.

Sobre esse controle que há na APARES, mais tarde consegui entender um pouco o que conduziu a essa situação. Em conversa com o sr. Geraldo, Cristina e Dona Maria, descobri que a família de Carla foi a fundadora da Associação.

De acordo com Dona Sebastiana, mãe de Flávia, Carla, Cida e Kátia, em 2001, uma equipe da Prefeitura a convidou para fundar a Associação de Catadores. Naquela época, ela, seu marido e Flávia (sua filha) trabalhavam coletando na rua e levavam o material separado direto ao atravessador, onde algumas vezes separavam, prensavam, pesavam e vendiam o material. Outras vezes, eles já coletavam o material separado, outras separavam no local de coleta. Dona Sebastiana reconhece que, nesse período de suas vidas, as condições de trabalho eram melhores, tinham seus próprios ritmos, por exemplo, trabalhavam somente meio expediente, não precisavam ficar por conta de horário comercial.

Ela relembra que a APARES foi a primeira Associação de Catadores de Juiz de Fora. Na época, foi fundada com nove pessoas e todos trabalhavam juntos. Alguns desses fundadores ainda estão na Associação, tais como Flávia Dona Maria e Iris.

Naquela época, havia coleta seletiva frequentemente. Após algum tempo, começaram a surgir problemas entre os associados, como drogas, roubos, entre outros e tudo saiu do controle. A Prefeitura pagava aluguel do depósito para a instalação da Associação e dos equipamentos para o trabalho. Com o passar do tempo, a Prefeitura cedeu um depósito próprio para a Associação, junto com prensa e uma balança digital comprados para eles. Hoje, o apoio público já não é o mesmo.

De acordo com o seu depoimento, ela não podia ser presidente porque não sabia ler nem escrever. Assim, Flávia assumiu a presidência da APARES, aos 32 anos. Dona Sebastiana e o

pai de Flávia se tornaram associados. Com o tempo, ela teve que se distanciar da Associação por conta da doença do marido e, logo após o óbito deste, ela retornou, mas também veio a adoecer e, por ordem médica, não pôde mais voltar. Hoje, com quase setenta anos de idade e alguns problemas de saúde, D. Sebastiana não trabalha mais no lixo, como ela mesmo relata com pesar e tristeza.

Nota-se, nesse caso, uma supervalorização da alfabetização, como a que Flávia teve acesso. Como geralmente estamos acostumados a pontuar: aquele que não sabe ler nem escrever é considerado por nós como analfabeto; da mesma forma, o seu antônimo, é o alfabetizado. Talvez nos pareça estranho o termo alfabetismo, que se relaciona ao “estado ou condição daquele que aprende a ler e a escrever”. Para Soares (1995, p. 7), alfabetismo “[...] é um conceito complexo, pois engloba um amplo leque de conhecimentos, habilidades, técnicas, valores, usos sociais, funções, e varia, histórica e espacialmente”. Nesse sentido, Soares e Batista (2005) ressaltam que, ao longo do século XX, em razão das necessidades sociais e políticas, o termo alfabetização ultrapassou a limitação da leitura e escrita, exigindo a utilização da linguagem escrita para a prática social. As técnicas de leitura e de escrita deixaram de ser consideradas as mais importantes e passou a ser fundamental saber fazer uso delas, incorporá-las à vida, renovando o conceito alfabetismo, agregando novas concepções e teorizações.

Nesse contexto, desenvolveu-se o termo letramento, que, por sua vez, geralmente é reconhecido como sinônimo de poder, de conhecimento. De acordo com Soares e Batista (2005, p. 50), letramento é o “conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades envolvidos no uso da língua em práticas sociais e necessários para uma participação ativa e competente na cultura escrita e para isso, não necessariamente precisa ser alfabetizado”. Para Soares (1995), a escola é fator decisivo na promoção do letramento da população. Pode ser que, conforme a autora defende, a ausência de escolaridade e, portanto, da alfabetização, possa interferir na vida cultural, profissional, social e pessoal do analfabeto letrado. Porém, na contramão da autora, acreditamos que a vida, talvez muito mais que a escola, possa contribuir para o letramento. Para nós, é nítido que o analfabeto letrado pode ter os mesmos conhecimentos, e até melhores habilidades com a realidade, que um alfabetizado.

É notável, porém, a valorização e o poder que são concedidos, na nossa sociedade, ao alfabetizado, até mesmo entre os menos favorecidos. Para Paulo Freire (2013, p. 17), “[...] uma cultura letrada aprende a ler e escrever, mas a intenção última com que o faz vai além da alfabetização”. Apesar de Flávia ser alfabetizada e Dona Sebastiana não, a leitura que ambas fazem da vida, do trabalho é muito semelhante. E, assim, todos os associados se apresentaram para mim como letrados.

Um dia, na Associação, Taiane pegou uma roda e perguntou a Dona Maria sobre a destino daquele material, se era aço, ferro ou alumínio. Dona Maria prontamente pegou um ímã e o encostou na roda para averiguar qual a natureza dele. Taiane me olhou, e, sem hesitar, lancei a pergunta: “*Qual o objetivo do ímã?*”. Dona Maria, parou, olhou para nós, segurando a roda com o ímã atraído, e explicou: “*Essa roda é de ferro, se ela fosse de latão ou de alumínio, por exemplo, o ímã não seria atraído*”.

Um saber que não é sistematizado, mas que não deixa de ser saber. Um conhecimento que foi conquistado na luta pela sobrevivência, no cotidiano da reciclagem, na busca pela identidade.



Imagem 7: Visita à Cristina e Dona Sebastiana. (Fonte: arquivo pessoal da autora)

Dona Sebastiana, diante da situação em que hoje a APARES se encontra, apresenta contradições em seus pensamentos sobre a presença e interferência da Prefeitura na Associação. Por um lado, ela ressalta os problemas que ocorreram com a intervenção e

presença de funcionários da Prefeitura no trabalho dos associados; por outro, defende que a assistência que o poder público prestava era fundamental para eles. De acordo com ela, os profissionais cedidos pela Prefeitura ajudavam muito. Hoje já não há uma preocupação com as condições de trabalho, já não há assistência profissional, sem contar ausência de treinamentos, entre outras questões que mostram certo distanciamento do poder público com a Associação, com os associados e a falta de compromisso com a reciclagem.

Assim, ora ela acha que a ajuda da Prefeitura era fundamentada em interesses, ora ela reclama da ausência de interesses. Essa situação nos leva a crer que talvez tenha ocorrido uma falta de percepção e perspicácia por parte da Prefeitura sobre as reais necessidades da Associação e dos associados.

Dona Sebastiana é um exemplo vivo do que é ser catador. Na conversa que tivemos, disse que trabalhou por 12 anos na Associação e saiu sem garantias, sem nenhuma garantia trabalhista. Na época, os associados não viam retornado financeiro, ganhavam menos do que quando trabalhavam como autônomos. Houve uma época em que o padre da comunidade local quis assumir a Associação, mas os associados preferiram continuar sob a administração da Prefeitura.

Dona Sebastiana afirma que: *“Se a APARES fechar, temos que devolver todos os equipamentos para outro depósito existente²⁷. Nosso trabalho foi um trabalho jogado fora. Não temos direito a nada. Saímos da APARES sem nada, sem direito a INSS. Sem nada. Não havia promessas, mas falaram que nos ajudariam a conseguir a aposentadoria. A Bolsa Reciclagem acabou no Estado de Minas Gerais. Não chegou mais nada para gente. A Prefeitura que fazia a contabilidade é que ganhou com nosso trabalho. Agora não mais, porque não faz mais a contabilidade, não tem mais participação em nada”*.

Portanto, nessa época, conforme descrito anteriormente, não era embasada nos princípios da Economia Solidária, pois a Associação era gerenciada pela Prefeitura, e não por eles mesmos.

Para Dona Sebastiana, dificilmente alguém terá interesse em se associar futuramente, pois a Associação tem muitos problemas organizacionais. Não compensa deixar de ser catador autônomo. Segundo ela: *“Os problemas são os mesmos. Logo que a Associação começou, tivemos alguns associados, muitos não ficavam seis meses. Havia problemas de poder, uns queriam ser mais que outros, mas os representantes da AMAC impediam que os problemas continuassem em discussões e brigas. Todos os procedimentos de pesagem e venda e até fiscalização eram realizados pelos funcionários da AMAC”*.

Pode-se notar que, em alguns momentos, Dona Sebastiana é contraditória, não tendo muita clareza sobre as circunstâncias e possibilidades. Questiona seus direitos, mas ao mesmo tempo não consegue se posicionar sobre a intervenção ou não do poder público ou qualquer outra instituição na Associação. Durante a entrevista, observa-se também que se orgulha da Associação e de ter sido fundadora, mas é contraditória sobre as vantagens e desvantagens no trabalho de catadora autônoma ou associada, apresentando prós e contras dos dois, por exemplo.

Sobre a época de criação da Associação, ela ressalta que a Prefeitura obteve benefícios às custas dos associados, porém, ao mesmo tempo, ela reclama dos dias de hoje, em que a

²⁷ Dona Sebastiana deve ter sido informada sobre isso, mas na verdade essa é uma distinção entre as formas de organização: Associações e Cooperativas.

Associação simplesmente os deixa livres para se organizarem conforme desejarem, resolve apenas os problemas imediatos, mesmo assim apenas quando a presidente ou a vice procuram auxílio. Cristina também já mencionou a falta de apoio profissional da Prefeitura, ressaltando que tudo poderia ser diferente.

Sobre o fim da Bolsa Reciclagem, comentaremos a respeito no episódio cinco, mas adianto que está totalmente atrelado aos problemas organizacionais da Associação.

Neste momento do trabalho, reflito sobre os motivos que levaram a APARES a chegar às atuais condições organizacionais. De acordo com Cristina, os problemas se devem à falta de reconhecimento dos próprios associados e à desconfiança que existe entre eles mesmos, o que a desestimula. Cristina ressaltou ainda que, devido à ausência de organização, confiança e união, alguns catadores saem com muitas desvantagens. Como exemplo, citou o caso de D. Iris, que ganha semanalmente um valor irrisório. Percebi que, embora os mais velhos reclamem da vida de catador, os mais jovens acabam trilhando os mesmos caminhos quando não encontram outras oportunidades no mercado de trabalho. As netas de Dona Maria são exemplos disso.

É interessante como Cristina não se reconhece enquanto parte daquele lugar, como parte dos catadores, como associada. Talvez porque sabe que está ali de passagem, porque é temporário. Cristina procura um trabalho de carteira assinada, assim como Taiane, Cláudia e outros associados e contribuintes.

Admirava a forma como Taiane se posicionava diante da vida e das histórias que contava. Durante um tempo, Taiane não apareceu na Associação e fiquei sabendo que havia conseguido um trabalho de carteira assinada. Mas logo foi dispensada. Segundo Dona Maria: *“Ela é muito autoritária, mandona. Não aceita que ninguém lhe dê ordens. Nunca vai parar em emprego nenhum. Agora disse que vai voltar para a escola. Está matriculada à tarde, no segundo ano do Ensino Médio, porque não pode fazer à noite”*. Apesar da inclusão dos catadores na CBO ser um avanço e uma conquista na luta por melhores condições de trabalho e reconhecimento social, esta inclusão não representou mudanças significativas de fato para os catadores nem para os associados, pois permanecem as pesadas jornadas de trabalho para aqueles que querem ter maior lucratividade, a ausência de direitos trabalhistas e a baixa remuneração.

A pesquisa de Moisés (2009) aponta que os trabalhos formais a que os catadores têm acesso geralmente são como garis, serviços gerais, domésticas, ajudantes de cozinha ou outros semelhantes a esses que geralmente não exigem grande qualificação profissional. Muitas vezes atrelado à baixa remuneração, com jornada de trabalho extensa e irregular, condições precárias de trabalho, mas com carteira assinada que lhes garante direitos trabalhistas.

Sendo assim, por vislumbrar as possibilidades de garantias caso algo venha a acontecer, ou por proporcionar segurança no futuro, como a aposentadoria, esses sujeitos excluídos da sociedade e que constituem o exército industrial de reserva acabam por se submeter a esses tipos de exploração. Cabe ressaltar que a exploração e o desemprego são consequências inerentes ao sistema capitalista.



Imagem 8: Cida, Pedro, Flávia, Júlio e eu em um dos dias no depósito. (Fonte: arquivo pessoal da autora)

Taiane, apesar de ter apenas 18 anos, aparentou ser determinada e com atitude. Os casos e as situações que me contava superficialmente mostravam o quanto ela era segura de suas ambições de vida, em termos de relacionamento, de trabalho, de futuro. Aparentemente me passou a impressão de ser uma pessoa lutadora e que encara com afincamento qualquer coisa que vier a ameaçar suas estruturas, seu pensamento, sua vida. Ficava por algum tempo só ouvindo e, entre um olhar e outro, observava suas gesticulações.

Sua reação nos trabalhos formais é uma reação esperada por aqueles que trabalham em um ambiente em que são autogestores. Dificilmente aqueles que têm controle sobre seus próprios horários de trabalho e rendimento conseguem se enquadrar em ambientes que são comandados pela padronização de comportamento, que são focalizados no controle de produção e horário, em que é preciso calar e produzir, em que há imposições sobre ações, atitudes e comportamentos. Imagino o quanto essa rotina deve ser difícil para Taiane, que não

cabe em si diante de injustiças, que tem necessidade de falar para expor seus pensamentos e inquietações.

Em uma de nossas conversas, discutimos sobre alguns possíveis cursos que ela poderia fazer. Mas ela disse: “*Não gosto muito de estudar! Não tenho muita paciência!*”. Reflexiva sobre essa circunstância, questionei a mim mesma: Paciência para estudar? Talvez porque o que a vida permite a Taiane viver e conhecer além dos conteúdos fatigantes da sala de aula e, por isso, não haja paciência. A educação e o conhecimento exigidos pelo aluno não condizem com a realidade dele, não contribuem para sua vida, para a resolução dos problemas do cotidiano dele, para a tomada de atitude em relação aos desafios impostos pelo sistema à sua volta.

Em conversa com Júlio sobre educação, sobre minha formação, ele perguntou-me se já eu havia lecionado e então lançou uma crítica sobre a postura de alguns professores. Segundo ele: “*Alguns professores não aceitam que estão errados nem ser corrigidos pelos alunos. Não permitem ser corrigidos e aprender com os próprios alunos*”. Após ouvir tudo que Júlio tinha para falar, afinal, ele devia ter os motivos dele, ressaltai que muitos professores não são assim e o quão difícil está lidar com os alunos dos dias atuais. Ele concordou e enfatizou que há negligência da instituição familiar.

Apesar de não ter conhecimento sobre os motivos de Júlio, reconheço que há problemas graves na relação professor x aluno que ultrapassam as dimensões da escola, mas não da educação de uma forma geral. Paulo Freire (2013) discute sobre a Educação Bancária, que não hesito em afirmar que ainda existe nas escolas atuais, em que, em meio à prepotência, o professor impõe aos alunos – para Freire, deposita – seus conhecimentos através de narração. Nesse processo, os alunos – para Freire, os depositários – absorvem, sem reagir. O educador é sempre o que sabe e não aceita questionamentos e indagações sobre seu conhecimento, enquanto o educando é sempre o que não sabe, o receptor de conhecimentos e informações.

Entendo que Júlio zela pela troca entre professores e alunos, comungando, assim, sem saber, com os princípios freireanos. Para Freire (2013), a educação deve estar alicerçada em uma troca cotidiana, em que educadores e educando, vez ou outra, trocam abstratamente de lugares, aprendendo, ensinando, ensinando e aprendendo.

Enquanto docente, percebo que há em Taiane um grande potencial para romper com as mazelas do mundo. Em se impor e exigir seus direitos. Basta que ela tenha as instruções necessárias para isso. Acredito que, bem mais que a escola, a vida tem muito a ensinar a Taiane. Até porque, apesar de a escola representar uma possibilidade para a libertação dos oprimidos,

apesar de ser referência de conhecimento, de lucidez, ela é também um local que segrega e exclui.

Para Gentili (1996), a desigualdade social, consequência direta do capitalismo, conduziu a uma divisão estrutural das sociedades, possibilitando apenas a uma pequena minoria da população o acesso e a permanência em instituições educacionais de qualidade. Dessa forma, a discriminação social articula-se profundamente com a discriminação de classe, de raça e de gênero historicamente presentes na nossa sociedade. Assim, a educação recebe as vibrações de um sistema que diminui, discrimina, exclui e segrega os menos favorecidos, deixando de dar voz, de prepará-los para o exercício da cidadania, para a tomada de atitude, para a organização de ideias e formulação das próprias concepções de vida. A grande maioria é, desde o primário, alinhada à lógica do sistema, a nada questionar, a tudo obedecer e respeitar, a manter a ordem na busca do progresso.

Não sei, portanto, se a educação sozinha, e aqui me limito à escola, seja capaz de estimular esse ímpeto de Taiane. Ao se tornar distante do cotidiano, com conteúdos maçantes e que em nada contribuem para seu dia a dia, não sei se é possível que Taiane processe as informações, busque novos conhecimentos e se desenvolva para a luta de direitos e interesses.

As diferenças entre Taiane e Cristina são nítidas, principalmente no que diz respeito à postura de defesa dos problemas. Enquanto Taiane, além de muito mais nova, aparenta querer lutar por seus direitos e interesses, Cristina os relata em tom calmo e como quem já aprendeu a lidar com as adversidades, já entendeu que a vida é isso mesmo. Mas Taiane não sabe ainda como agir, possui uma arrogância em suas palavras e uma atitude agressiva diante dos fatos. Ambas, portanto, possuem uma consciência transitiva ingênua, porém Taiane está em fase de formação e, portanto, tenho esperanças na sua capacidade de organização de ideias e no desenvolvimento do seu potencial de luta, sem agressividade, mas pelos meios atitudinais corretos e adequados para tal.

Há, por parte de Dona Sebastiana, uma expectativa e uma confiabilidade de que o Poder Público é capaz de resolver e atender as necessidades dos associados, mas não há uma mobilização deles em prol disso. Durante o tempo que estive na Associação, eles tiveram suas reuniões com o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR). Não pude estar presente, mas, conforme o sr. Geraldo, não foi nenhum representante da APARES. Imobilidade esta que pode ser observada também na postura dos Associados no evento em Belo Horizonte, realizado pelo CMRR.

Em outro momento, em conversa com Júlio, este se exaltou quando, em meio à reclamação deste sobre as condições de trabalho de que desfrutam, questionei porque não se

mobilizavam para a busca, lutavam por mudanças. Tentei, timidamente, exaltar a importância deles para a cidade e para o país, concedendo importância crucial ao trabalho deles. Júlio se exaltou e, em tom bravo, remeteu ao cenário de revolta que estava acontecendo com os professores no país, com o objetivo de melhorias salariais e condições de trabalho e, em contrapartida, a reação militar que machucava e desmoralizava grande parte desses profissionais. Para Júlio, como pai de família, não poderia se envolver em um processo

JÚLIO

Júlio tem cinco filhos e enfatizou que todos gostam muito de estudar. Quis saber pormenores da minha presença ali e tentou enquadrar a educação dentro da Sociologia e Filosofia, apresentando uma discussão bastante esclarecedora sobre essas áreas do saber.

A frase dele que mais me despertou atenção é: “Trabalho é fundamental.”

Júlio já morou no Nordeste, mas é do Rio de Janeiro. Não quis entrar em detalhes sobre o que fez no passado e não faz ideia de há quanto tempo está na Associação. Mas disse que o importante era o que esperava do futuro e que tinha muitos planos, para ele e para os filhos. Aparentemente, Júlio tem criticidade e é politicamente engajado, contudo não possui caráter mobilizador. Ressalto isso porque, na viagem a Belo Horizonte, onde ocorreu uma espécie de evento voltado para os catadores, Júlio simplesmente não quis participar.

semelhante, seu objetivo era ir, trabalhar e conseguir o que pudesse para garantir a sobrevivência e atender o mínimo de necessidades de seus filhos.

A postura de Cristina, Dona Sebastiana, e algumas situações colocadas por Júlio, como não considerar seu trabalho como dos piores, e também da maioria dos associados, embora distintas, são semelhantes, o que pôde ser verificado diante de algumas situações presenciadas dentro do depósito. Demonstra uma forma de aceitação da condição de oprimidos deles e que, da maneira que pôde, busca melhorias e garantias. Júlio é bem-informado, entende o cenário político, discute e se revolta com acontecimentos, mas não sente necessidade de mudar as condições de vida dele. Tem consciência do seu trabalho como catador e sabe da sua importância perante a sociedade e ao

meio ambiente. Taiane faz barulho, mas ainda não tem idade para se impor junto ao poder público e à sociedade.

De acordo com Paulo Freire (2013), ao aceitarem a situação de oprimido como algo similar à “vontade de Deus”, assumem uma postura fatalista em relação ao reconhecimento da situação concreta de opressão. Somente após tomarem consciência das condições do seu estado de opressão, após reagirem à situação de exploração é que conseguirão mudar a direção dos

fatos, reconhecer a vulnerabilidade dos oprimidos, lutar pela conquista da liberdade e de sua afirmação no mundo.

As brigas recorrentes devido aos problemas organizacionais da Associação, como já foram comentados anteriormente, não nos remete à Economia Solidária, mas sim a um processo que a maioria diz que acontece naturalmente. A grande questão é que, trabalhando dessa maneira, não existe APARES, não existe Associação, não há economia de reserva para qualquer eventualidade que venha a acontecer no depósito. Por outro lado, trabalhar dessa maneira é respeitar o ritmo e a vontade de todos.

Todas as vezes em que estive no depósito após essa primeira semana, sentava-me com as netas ou a filha de Dona Maria enquanto elas separavam o material. Na primeira tentativa de separar o material, Dona Maria não deixou. Mas, um dia, Dona Maria, sozinha, cochilava em meio aos *bags*, até que tomei a coragem de ajudá-la. Sentei ao seu lado e fomos separando à medida que conversávamos. Até que ela sentiu a liberdade de me deixar separar um *bag* sozinha. Quanta alegria senti pela confiança. Porém, foi um desafio, não via a hora de chegar ao fim do *bag*, tinha receio da minha reação caso encontrasse por ali algum animal, como rato ou barata. Quando mexia nos *bags*, a fim de ajotá-los, vez ou outra corriam os ratos do depósito. No final do ano de 2014, no dia 30 de dezembro, sai do depósito suando muito. Dona Maria riu e disse em tom de alegria: *“Isso é trabalhar com meio ambiente, Mary Jane, é colocar a mão na massa. E não só ficar de colete por aí”*.

Essa é a impressão que eles têm de nós, que estamos prontos a vigiá-los, a puni-los, a só supervisionar o trabalho deles que estão cotidianamente ali, na luta. De certa forma, demonstra reconhecimento e valorização do seu trabalho para o meio ambiente.

Em um desses dias, Flávia olhava para mim como se quisesse mais atenção, porém, em todas as vezes que tentei ajudá-la na separação, ela não deixou, dizendo que aquilo não era tarefa para mim. Subindo em cima de uma pilha de resíduo a fim de pegar papelão para vender, ela disse que nunca se imaginou vivendo do lixo, fazendo o que faz hoje. Que sempre foi uma princesa. Continuou contando que sua patroa diz não crer que esse tenha sido seu futuro.

Flávia me contou que saiu do emprego em que trabalhava como empregada e foi morar no Rio de Janeiro. Lá, conheceu um homem, com o qual se relacionou por um tempo, porém ele era envolvido com uma série de problemas e a colocou em “maus lençóis”. Ela voltou para Juiz de Fora e passou a trabalhar com a mãe na reciclagem.

Desde a elaboração do projeto que resultou neste trabalho até agora, que ele está realizado, penso e repenso sobre a história de vida desses sujeitos. Não é minha intenção causar constrangimentos ou recordações que possam vir a provocar angústias ou mal-estar. Talvez esse

seja meu jeito de ser pesquisadora. Não sinto a liberdade da indagação, do vasculhar as histórias de vida dessas pessoas. Acredito que lembranças e a vontade de falar sobre determinadas situações precisam surgir deles mesmos, daquilo que vem à memória e aflora entre uma situação e outra do cotidiano. E assim prossegui minha investigação, ou, como prefiro dizer, minha descoberta de outras histórias de outras vivências, deixando que as histórias e a vida dos sujeitos desta pesquisa se manifestassem entre uma conversa e outra em um processo essencialmente dialógico.

Mais uma vez saí da Associação pensativa sobre tudo que por lá vivenciei, ainda sentindo incômodos. Fico pensando sobre como poderia, junto a esses sujeitos, lutar por direitos e reconhecimentos. Aparentemente, todo esse processo parece ser naturalizado pela sociedade. Daí me pego refletindo sobre a “máquina” que movimenta todo o discurso da sustentabilidade

MARILENA OU MARY JANE

Sujeito de um mundo outro, de uma sociedade outra que jamais fez pensar sobre o que encontraria junto àqueles sujeitos. Impregnada de preconceitos, de ideias tortas, o mundo em que vive a fazia criar certa percepção daqueles catadores. Convivendo e compartilhando dias, passou a reconhecê-los como pessoas iguais, que lutam dia a dia, respeitadas as suas limitações, para subirem um degrau e superarem mais um dia, garantindo a sobrevivência. Esteve ali por dias para perceber que nada muda no mundo dos oprimidos, porém sem grandes oportunidades, não competem entre si, não disputam entre si, apenas querem correr o mais rápido que puderem para garantir maior lucro e melhores condições de vida.

e da preocupação com a preservação do meio ambiente. Por um lado, ficamos preocupados com o esgotamento dos recursos naturais e com a destinação dos resíduos, bem como com os resíduos gerados diariamente em nossas casas, exigindo cada vez mais áreas e técnicas apropriadas para o recebimento de todo esse material de forma “adequada”. Mas, por outro, não enxergamos aqueles que movem e torna possível todo esse processo de “destinação adequada”. Então, vejo-me em meio a contradições, inquietudes e inconformismos com a manipulação e a distorção dos acontecimentos que se fazem e se refazem diante dos nossos olhos.

A discussão entre os associados em relação à venda ou não do material para a APARES, motivada por um processo de frustração devido à expectativa com a vinda do caminhão de reciclagem, que não passava pela

Associação havia quase seis meses, despertou-me também um processo de frustração com tantas descobertas. Um mundo completamente diferente havia sido imaginado, situações bastante divergentes daquelas que foram presenciadas, expectativas foram criadas e naquele dia

desconstruídas. Esperava-se tudo, e encontrou-se muito mais, ou muito menos. Entender que não há tanta harmonia assim entre os catadores, compreender que eles fazem parte da mesma sociedade que a minha e que, portanto, possuem desafios de convivência equivalentes, enfim, desnaturalizar essa relação e esse mundo foram em um primeiro momento frustrante, mas após um tempo, com o auxílio do grupo hermenêutico, tornou-se assimilável e passível de compreensão.



4º EPISÓDIO ALTERIDADE

Era uma quinta-feira, 23 de outubro de 2015. Cheguei à Associação as 9h20 e ainda estava fechada. Fiquei do lado de fora aguardando. Logo chegou Pedro, que saiu com o carrinho para buscar doação. Rapidamente Pedro apareceu de volta com o carrinho cheio. Posteriormente, chegou Dona Maria e ficamos aguardando a chegada da Flávia para abertura da Associação. Somente ela tem a chave do galpão.

Flávia chegou as 10h e deixou a Kombi na oficina ao lado do galpão para averiguar um problema mecânico. Esse veículo foi doado à Associação pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora para facilitar a coleta de resíduos nas redondezas ou para a busca de doações mais distantes. Flávia é a única associada que possui habilitação para dirigir. Vez ou outra, seu filho também dirige a Kombi, embora não possua habilitação. Em determinados momentos percebo que, geralmente, é ela quem se beneficia das coletas feitas com o veículo.

Nesse dia, ocorreu uma indisposição entre Flávia, Cida e Cristina. A Associação recebeu um amontoado de aparelhos eletrônicos, alguns ainda em condições de uso. Cristina, articulada com o CMRR, precisando responder alguns *e-mails* e ter maior acesso a informações, solicitava à Flávia um computador para a Associação ou a doação de alguma peça que esteja em condições de uso.

Porém, aparentemente, Flávia desconsiderava a solicitação de Cristina e vendia todos os equipamentos que recebiam. Cristina, ao ficar sabendo disso, se indispôs com Flávia e Cida, questionando o “controle” que essas vinham tendo sobre os materiais que eram doados para a Associação, que, aos olhos dela, são de todos os associados.

Dando prosseguimentos às rotinas do dia, Dona Maria pegou seu carrinho e saiu em direção ao bairro Manoel Honório. Perguntei se poderia acompanhá-la. Assustada, ela disse:

“Claro que não! Tenho que andar muito”. Insisti, mas não persisti. Pensei que talvez pudesse atrapalhar seu trabalho. Daí engrenei em uma conversa com **Pedro** e Cirilo. Pedro falava sobre o “albergue” – Núcleo Cidadão de Rua Herbert de Souza – contando sobre brigas e situações que geralmente aconteciam por lá.

Pedro discorreu sobre sua rotina, que começa em uma instituição que se chama “Os pequeninos” – **Obra dos Pequeninos de Jesus** –, onde são oferecidos café com leite e pão com manteiga aos moradores de rua. Logo após, ele segue para a APARES. O almoço, geralmente, é na “Sopa” – Sociedade Beneficente Sopa dos Pobres – ou no Restaurante Popular. De acordo com ele, na “Sopa”, também conhecido como “Sopão dos Pobres”, o almoço é gratuito, mas só é oferecido até o meio-dia. Já no Restaurante Popular, o preço é R\$ 1,40 pela refeição. Porém, pelo fato de o restaurante ser um pouco distante da Associação, muitas vezes ele acaba desistindo de ir lá. Enquanto Pedro falava, Cirilo ajudava a explicar e concordava com as colocações de Pedro. Contaram que tanto na Sopa quanto no Albergue, geralmente, acontecem muitas brigas e discórdias, é preciso ter cuidado. Fiquei muito curiosa e tive vontade de ir em um desses ambientes. Decidi que iria assim que surgisse uma oportunidade.

Pedro disse que, às vezes, ele dorme na rua, porque à noite é melhor para coletar. Segundo ele: “*O ideal é o catador passar coletando antes do caminhão do lixo recolher os resíduos. Por isso, na volta, nem sempre encontro vaga no Albergue*”.

Dona Maria, em outra ocasião, também comentou sobre isso. Segundo ela: “*O melhor horário para coleta é à noite, antes do caminhão passar. Mas, como a APARES está fechada e não temos onde deixar o carrinho, não podemos coletar ou então temos que dormir na rua, como Pedro faz. De manhã é o mesmo processo, a APARES só abre às 10h e preciso realizar minha coleta nas terças e quintas-feiras em um edifício às 8h, daí preciso deixar meu carrinho dormir no estacionamento para poder cumprir o horário de coleta agendado. Da mesma forma, Júlio faz como eu, deixa seu carrinho dormir no estacionamento para poder coletar de manhã bem cedo*”.

OS PEQUENINOS DE JESUS (FUNDAÇÃO MARIA MÃE)

A Fundação Maria Mãe é uma instituição sem fins lucrativos que realiza um trabalho de assistência social com adultos carentes desabrigados de Juiz de Fora, buscando ampará-los, promovê-los e reinseri-los socialmente.

Pedro me contou também sobre a criação dos seus filhos. Disse que exige deles o mínimo de respeito com os mais velhos e que tenham compromisso com a conquista dos próprios desejos. Como exemplo, relatou: *“Meu filho fica jogando no celular e sua bateria viciou, daí me pediu uma bateria nova. Falei para ele catar papel da rua, latinha e trazer para casa que dava um jeito de comprar”*. Outras questões foram surgindo, como traição, droga, roubo etc.

Júlio chegou à Associação sem carrinho. Ainda iria sair para a coleta. Ao limpar sua baia, para facilitar o processo quando retornasse, retirou uns fios de cobre que estavam junto ao seu material e repassou para a Cida. Questionei por que ele repassava aquele material, já que o cobre é o mais cobiçado entre eles. Júlio respondeu: *“Não gosto de queimar fios para retirar o cobre, pois polui o meio ambiente e meu trabalho é em benefício ao meio ambiente.”* Quando questionei como ele sabia que aquilo era prejudicial ao meio ambiente, Júlio me disse que já havia visto na televisão e que a fumaça que sai da queima é muito preta, com certeza se acumula na atmosfera.

Sobre o valor do fio de cobre, Júlio disse que: *“Outras coisas tem o mesmo valor para mim, tudo tem o valor que você dá. Assim como eu tenho valor para você, o lixo tem valor para mim, tudo tem um valor nessa vida”*.

Essa preocupação de Júlio com a saúde e o meio ambiente foi reforçada em outras visitas que fiz à Associação. Certo dia, Júlio estava colocando monitores de computador na calçada para dar destinação quando questionei sobre a lucratividade daquele material que tinha “plástico duro”, como eles costumam se referir. Júlio explicou que não valia a pena abrir aquele material, porque era prejudicial à saúde. Naquele momento, pegou um cartucho de impressora e me disse que antigamente eles abriam, mas dentro dele tem um pó que com certeza faz muito mal para saúde, entranha na pele e no nariz, e que, portanto, deve ser destinado intacto.

Naquele momento, percebi que aqueles sujeitos que convivem na Associação possuem outras preocupações para além da simples sobrevivência. Questões que passam despercebidas pela sociedade no que diz respeito às condições de vida ou questões ambientais.

Encerrando a conversa, Pedro pegou o carrinho e saiu para fazer coleta. Flávia, logo que chegou, também saiu de Kombi junto com Cirilo para coleta. Cirilo vai pouco à Associação, não fiquei sabendo por quê. Cirilo é bastante fechado e, até aquele momento, ainda não havia conseguido travar uma conversa com ele, até porque estava sempre acompanhando Flávia nas coletas.

Compreendendo a Alteridade

De acordo com Gonçalves (2008, p.79): “a diferença não deve ser tratada como algo fora do comum, mas como um dos pilares da alteridade e direcionada a uma heterogeneidade”. Considero essa descrição de alteridade muito próxima do sentimento que tinha naquele momento. Para compreender os acontecimentos desse dia, precisei entender muito bem o que era alteridade, no sentido do respeito ao outro, do respeito às diferenças. Gonçalves (2008), apoiado em Frei Betto (2007), afirma que é preciso ter alteridade nas relações pessoais e sociais, a fim de minimizar os conflitos da diferença. Enquanto sujeito fora daquela realidade, e aprendiz daquele mundo, foi preciso entender que eu também estava em processo de aprendizagem. Aprendizagem de um mundo desconhecido para mim. E que, portanto, muitas vezes, era preciso me calar, deixar o outro falar e aprender com ele.

Os conhecimentos que Júlio possui sobre os fios de cobre, sobre o toner do cartucho da impressora, assim como Dona Maria sobre a relação do ímã com a roda de ferro, conforme mencionado em episódio anterior, induzem-me à reflexão sobre a aprendizagem na vivência, na experiência, no cotidiano, no trabalho, na luta de todos os dias. Esses catadores possuem muitos conhecimentos que foram adquiridos no cotidiano. Mesmo assim, ignorando ou desconsiderando tais conhecimentos, que possivelmente já foram validados anteriormente pela ciência, continuam vulneráveis à contaminação, à ingestão, à inalação ou à absorção pela pele de produtos nocivos ao corpo e à saúde. Ignoram o que sabem em prol da sobrevivência da mesma forma que são ignorados pela sociedade que declara o valor e os benefícios da reciclagem.

Ainda sobre o posicionamento de Júlio de não queimar fios, por instantes me deparei com a coerência, a ética e a idealização vinda de um catador. Toda a contradição existente em torno da reciclagem, tudo que até ali me inquietava, incomodava-me profundamente, de certa forma se acalmou. Aquele que é considerado à margem da sociedade, que é ignorado em relação aos seus direitos, considerado ignorante e desprovido de razão, também possui opinião e tem atitude.

Porém, há de se pensar se esse é um discurso que se reflete em sua prática ou se é mesmo um discurso da sustentabilidade que repercute pela sociedade e o subjuga como mero reprodutor do sistema instituído. O processo de manipulação das massas está relacionado ao desempoderamento do sujeito. Júlio pode até estar em um processo de transitividade de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, movimento fundamental para a formação do

sujeito crítico e dialógico, conforme esclarece Freire (2013). Por outro lado, há de se observar que a mídia, os telejornais e a imprensa referendam a todo o momento um discurso que faz com que esses sujeitos creiam em um empoderamento que, na prática, não possuem.

Nesse quarto dia na Associação, recebi um novo nome. A partir de uma iniciativa da Flávia, passaram a me chamar de Mary Jane. Talvez esse seja um apelido para me tornar mais próxima deles ou então pela relação que fazem com uma personagem de um filme de ação. Situação que foge da minha compreensão. Uma intimidade ou talvez uma realidade. Todos eles só repetem esse nome. Meu nome de registro? Já nem lembram mais!!!

Aquela manhã passou lentamente. Percebi que a dinâmica nesse período do dia é bem mais limitada. Sem grandes acontecimentos que incentivem as conversas e que permitam as descobertas acontecerem.

A conversa com Pedro sobre a rotina de vida dele me deixou atônita. Fiquei olhando para aquela pessoa única e singular ali, na minha frente, como um daqueles seres humanos que encontro dormindo pelas calçadas na calada da noite, quente ou fria, chuvosa ou não, convivendo com situações das mais intimidadoras e chocantes possíveis. Sua fala, junto com a da D. Maria, fizeram-me pensar sobre a política da Associação ou sobre a forma de gestão e sobre a opressão, que se faz também entre aqueles considerados oprimidos. Em muitos momentos, devido a outras situações, materializo a Pedagogia do Oprimido discutida por Paulo Freire. Quem fecha o depósito? Quem tem a chave? Quem manda? Quem faz? Por que não pode haver um gerenciamento coletivo? Seria possível tal processo?

O meu olhar sobre aqueles sujeitos é atravessado por diversas lentes, ora como professora, ora como analista ambiental, ora como pesquisadora, ora como estudante. Com essas lentes vejo pessoas defenderem que os associados precisam receber profissionalização, capacitação, ou que a Associação deveria ser gerenciada por uma instituição que assumisse a responsabilidade sobre a organização do depósito. Vejo outras que defendem que sejam eles próprios “educados” para tal. Vejo com o olhar da caridade que assiste e que acolhe sem ouvir qual é a real necessidade do outro. Hoje, com o olhar que a pesquisa me permitiu moldar, considero que tudo isso não passa de imposições drásticas sobre sujeitos que precisam ser respeitados na sua forma de ser e de viver. A ausência de diálogo, de um relacionamento mais respeitoso entre eles, não significa que há necessidade de uma intervenção imposta por “poderes” superiores, uma dominação.

Sinceramente, ainda não consigo me posicionar bem sobre tal situação. Ao considerar o horário em que a Associação está acessível para que os catadores possam então iniciar seu trabalho, vejo que ele é incompatível com as necessidades deles. Não consigo compactuar com

a imposição de um horário a trabalhadores que gostariam de ter mais flexibilidade para que pudessem coletar mais e, conseqüentemente, ganhar mais. Porém, é difícil para mim aceitar o fato de eles terem que coletar à noite e que isso, algumas vezes, implique em dormir na rua, sacrificando uma noite de sono e bem-estar em família para obter o material que garantirá a subsistência. Material esse que poderia chegar aos catadores em horário digno, caso a sociedade realmente se ocupasse com a separação de resíduos para coleta seletiva. Se assim o fosse, essas pessoas não precisariam ficar pelos cantos das ruas catando e separando material inadequado durante as noites.

Porém, hoje entendo que essa inquietação é influenciada por um modo de organização social que tende a padronizar os estilos de vida, guiado por conhecimentos científicos que embasam todo um padrão social, formatado e comandado por um sistema hegemônico ao qual temos o costume de respeitar. Penso ser fundamental, neste momento, refletir sobre o mundo e suas relações. Apoiada nos princípios de alteridade, descritos por Freire (2013), cabe a mim compreender que essa visão de mundo hegemônica se naturaliza na concepção de sociedade, em que todos nós precisamos ter um trabalho com horário padronizado. Muitas vezes, movida pela rebeldia e ansiosa com a situação que vivenciava, não me questionava sobre a real preferência daquelas pessoas, quais eram as suas necessidades, sobre as justificativas que fazem alguns deles preferirem realizar a coleta de resíduos à noite. Enfim, era necessário respeitar e entender suas escolhas.

Em uma das conversas com Júlio, ele comenta que gosta do seu trabalho porque faz o horário que quer, não precisa respeitar e atender as imposições de superiores. É, de certa forma, autônomo, não trabalha nos fins de semana e não precisa sacrificar os compromissos de família nem com os filhos por conta de manter o trabalho.

Tomando a reciclagem como uma possibilidade de aumentar a renda, talvez alguns catadores prefiram trabalhar à noite por não precisarem abrir mão de um trabalho formal durante o dia. Além disso, podem caminhar com tranquilidade com o carrinho pelas ruas dado o menor tráfego de carros. Tais justificativas não fazem diminuir meu incômodo, mas ajudam a respeitar a opção do outro.

Na teoria da ação dialógica de Freire (2015), o diálogo pode conduzir à reflexão de novas circunstâncias de vida, de outras possibilidades, de uma nova maneira de estar no mundo e reagir aos acontecimentos. Neste caso, jamais poderia pensar na aceitação da coleta à noite, baseada em uma visão de mundo movida pela lógica cartesiana, em que estamos sempre na busca da verdade, da dicotomia do certo e do errado, em que a razão é soberana e controlada, em que vemos o mundo em pedaços, em fragmentos que separam a parte do todo e nos

esquecemos de pensar nas especificidades, de respeitar o outro e suas limitações, assim como suas preferências.

Na perspectiva analítica que adotamos para este trabalho, entendemos que somente por meio do diálogo podemos transformar a nós e aos outros e enxergar o mundo sob novas perspectivas, mas, para isso, é preciso que estejamos acessíveis a uma nova maneira de conceber as relações que se fazem e refazem no mundo. Se assim não for possível, nós nos tornaremos parte da mente dominadora, a qual Paulo Freire (2013) diz ser incapaz de assumir uma postura revolucionária, de ouvir e aderir às massas na busca por sua libertação.

Todos os dias que chegava à Associação na hora do meu almoço, observava catadores chegando e saindo para o almoço. O que me despertava muita vontade de acompanhá-los. Até que, um dia, surgiu a oportunidade de conhecer a “Sopa dos Pobres”, junto com Flávia e Eliza. Dona Maria e Iris já estavam almoçando.

Ao chegar, os olhares se voltaram para nós três. Procurei quem era responsável pelo local, porém uma pessoa que estava auxiliando naquele dia me disse, em tom baixo, que a responsável estava de férias e que só voltaria no dia 1º de dezembro. Não sei o motivo pelo qual agiu assim, mas agradei. De acordo com essa pessoa, a instituição oferece alimentação todos os dias, variando entre comida e sopa. Os recursos vêm de doações e são atendidas 140 pessoas diariamente, independentemente de serem moradores de rua ou não.

Sinto que as colegas da Associação ficaram felizes com a minha presença em um local que faz parte do cotidiano de suas vidas. Ficavam o tempo todo me observando à medida que comentavam sobre o local. Disseram que vez ou outra ocorrem brigas lá e que não adiantava chegar após as 12h, porque não haveria mais refeição para oferecer.

Durante todo o tempo, tinha muito receio de parecer invasiva na vida daquelas pessoas, afinal, de alguma forma estavam externalizando suas realidades para uma estranha. Eliza disse que sentia vergonha de ir à Sopa. Aquele momento, somado às imagens que fui criando a partir das conversas com Pedro e Cirilo, ajudava-me a fazer uma aproximação entre o catador-associado e aqueles outros que encontro pelas ruas da cidade, pessoas que compartilham dos mesmos serviços assistenciais e enfrentam as mesmas dificuldades. As imagens que os associados me apresentavam era a mesma do catador que vejo ao fechar os olhos e imaginar aqueles outros que encontro no dia a dia perambulando pelas ruas com seus carrinhos e/ou sacolas.

Reconheço agora que a tendência que temos de olhar para esses sujeitos de forma penalizada e pesarosa nos distancia da realidade de considerá-los como sujeitos sociais, providos de compromissos e desafios de vida; distancia-nos do pai de família, do educador que

esses sujeitos possivelmente possam ser. Como sujeito social que são, passam por situações das mais diversas. A reciclagem, nesse caso, apresenta-se apenas como mais uma possibilidade de garantia pela sobrevivência, de possibilidade do mínimo de consumo. Somos todos indivíduos de uma mesma sociedade, que vivencia os mesmos desafios impostos pelo sistema, que possuem o desejo pelo consumo, que se veem indecisos diante da possibilidade de suprir o básico ou consumir o supérfluo.



Imagem 9: Eu e Flávia na Instituição “Sopa dos Pobres”. (Fonte: arquivo pessoal da autora)

Embora os catadores sejam considerados seres à mercê da sociedade, desprovidos de condições de consumo, de acesso a bens materiais e imateriais, o desejo por ter os aproxima de qualquer outro sujeito social. Nesse sentido, entendo que a sede por ser igual, por possuir os mesmos aparatos tecnológicos, por ter acesso às mesmas informações,

difundida amplamente pelos meios de comunicação, contribui para manter as condições de opressão.

A fala de Pedro: “*Meu filho fica jogando no celular e sua bateria viciou, daí me pediu uma bateria nova. Falei para ele catar papel da rua, latinha e trazer para casa e daria um jeito de comprar*”, representa, ao mesmo tempo, a necessidade de se fazer presente no mercado de consumo e a continuidade do processo de ser catador para outras gerações.

Essa situação demonstra que o avanço tecnológico tem contribuído sobremaneira para aumentar as desigualdades nos países periféricos, pois desperta o desejo latente de posse dos recursos que aparentemente resolvem, facilitam e aliviam a vida da maioria das pessoas, além de promover a aproximação “limpa”, pois não há o contato físico de umas com as outras, independentemente das condições sociais.

Então, no quarto dia, em uma conversa mais calma e mais próxima do cotidiano de vida daqueles sujeitos, que são catadores, pais e mães de família que possuem suas despesas e retiram dali, daquele depósito, o mínimo para sua sobrevivência, foi que consegui me deslocar do meu lugar de mera pesquisadora e me juntar a eles, para falar do mundo deles com respeito,

para compreender as diferenças que nos habita, entendendo-os pelo que são e por suas reais necessidades. Foi nesse dia que passei a compreender a pessoa do catador, entender suas limitações e desejos reais, semelhantes aos nossos, sem impor minha opinião, minhas

**BOLSA CATADOR OU BOLSA
RECICLAGEM**

A Bolsa Reciclagem é um valor a ser repassado para as associações e cooperativas de catadores, reconhecendo o benefício que esses trabalhadores trazem para a sociedade.

inquietações sobre a vida deles e sobre suas condições de trabalho. Foi nesse dia que me senti invadida pelo sentimento de amor ao próximo, de carinho, de compaixão e, acima de qualquer coisa, de respeito à minha vida e à vida deles.

Entendi que eles não dependem e nem se espelham no padrão imposto pela sociedade, que eles têm suas próprias escolhas e sonhos. Em comunhão, nesse dia, tive alteridade comigo, por ter desconstruído preconceções e, a partir daí, ter que reconstruir todo imaginário em torno dos catadores e da Associação. Alteridade em compreender que eles não precisam de quem dite as suas necessidades, as suas vontades. Eles precisam sim, de apoio, de solidariedade e de respeito, mas precisam também ser entendidos e respeitados na sua condição humana. Por fim, agora entendo que é possível apreender o outro na plenitude da sua dignidade, dos seus direitos e, sobretudo, da sua diferença.

**5º EPISÓDIO
POLÍTICA**

Chegou o último dia da primeira semana na Associação. Uma sexta-feira, 24 de outubro de 2014. Resolvi ir novamente na parte da manhã, mas cheguei um pouco mais tarde, por volta das 10h. Encontrei Dona Maria se preparando para sair. Pedro, de acordo com Cida, já estava na rua para coletas. Eliza e as netas de Dona Maria viriam só mais tarde. O depósito estava calmo e sem movimentos.

O material a ser vendido para os atravessadores já estava separado em *bags* aguardando a retirada, que geralmente acontece nas sextas-feiras, no período da tarde. Nas outras vezes em que estive na Associação, percebi que, nesse horário da tarde, há muita movimentação no depósito com a saída dos materiais. Alguns são levados nos carrinhos pelos associados, outros os próprios atravessadores buscam na Associação.

Ficamos eu, Cida e Paulo Sérgio sentados na entrada do galpão conversando sobre coisas diversas. Eles ficavam curiosos sobre minha vida, sobre minha família, sobre meu trabalho. Fui esclarecendo tudo que podia em tom de amizade e de respeito.

Conversei com Paulo Sérgio sobre a **Bolsa Reciclagem**, porém ele não conseguiu me explicar muito bem sobre esse benefício. Conversamos também sobre a discussão de quarta-feira. Para Paulo Sérgio: “*Trabalhando de forma individualizada, não estão trabalhando como Associação*”.

Este foi um dia atípico, comparado com os demais. Todo o serviço já estava pronto e só

PAULO SÉRGIO

Esposo de Flávia há 18 anos, tem 42 anos e é associado desde 2002. Paulo Sérgio é contratado por um ano pela DEMLURB e em seus momentos de folga está na Associação ajudando no necessário.

restava aguardar a retirada do material e o fim de semana que estava por vir. Aos poucos, chegam Severino, logo após Flávia, Dona Maria e Júlio. Enquanto uns vem, outros vão, e chega minha hora de despedida. Despeço-me de todos. Severino só se despede pegando na mão, Júlio sempre dá adeus, Flávia pergunta quando volto, Dona Maria sempre se despede com um abraço

afetuoso, Cida espera que a abrace. E, assim, todos ficam e eu me retiro.

A política, FORA E DENTRO, do depósito de reciclagem

Gonçalves (2008), ancorado em Singer e Souza (2000), comenta que as associações e cooperativas de reciclagem representam um desafio, perante um olhar mais crítico e até paradoxal, de um sistema capitalista, que dele são excluídos, mas se incluem ao estabelecerem novas formas de organização para a sobrevivência. Assim, considerando que a APARES é um empreendimento de Economia Solidária, já que possui um Estatuto Próprio, era de se esperar que todos os associados trabalhassem e recebessem de forma igualitária. Tinha a expectativa de uma Associação em que todos trabalhassem juntos, coletivamente, refutando a competitividade e o individualismo.

Foi uma semana muito intensa, com muitas informações. Era preciso pensar, refletir sobre todos os acontecimentos. Sem dúvida, em pouco tempo mudei minha concepção sobre reciclagem, vi o quanto ela é importante para todas aquelas pessoas, contudo há contradições sociais, econômicas e políticas que precisam ser tratadas. Há muitas questões a serem

repensadas, como o reconhecimento da profissão, as condições de vida e de trabalho e o empoderamento necessário à conscientização da importância de cada um desses sujeitos nesse processo que, ao mesmo tempo, institui e exclui.

Pesquisando sobre a Bolsa Reciclagem, percebi o quanto de política está atrelado a esse processo. De todos os lados existem amarras que tentam enquadrar Associações e Cooperativas à roda capitalista do sistema.

Conforme o sítio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD (2013), Minas Gerais foi o primeiro estado do país a implementar incentivos aos catadores. A Bolsa Reciclagem foi promulgada pela Lei 19.823, em 2011 e o Decreto nº 45.975/2012 estabelece as normas para o recebimento do incentivo (MINAS GERAIS, 2011).

Pesquisando sobre esse benefício, é fácil pontuar suas vantagens, pois representa mais uma possibilidade de ganho aos catadores, porém, é mais uma forma de padronização das associações, de forma a otimizar o lucro. É um incentivo financeiro concedido às Cooperativas e Associações de catadores de materiais recicláveis que fazem segregação, enfardamento e comercialização de papel, papelão e cartonado e reciclam plásticos, metais, vidros e outros resíduos. Somente o catador associado pode receber a bolsa. Portanto, tal benefício não atende ao catador autônomo. Ao catador organizado é oferecida capacitação para aprender a administrar os recursos da Associação.

Para manter o benefício, é preciso manter os dados atualizados no estado, que a cooperativa seja reconhecida pelo comitê gestor e que apresente notas fiscais ou comprovantes de venda que demonstrem a comercialização dos materiais. Posteriormente, ainda é necessário apresentar relação de repasses feitos a cooperados ou associados beneficiados pelo incentivo. A remuneração é feita de acordo com as notas fiscais dos materiais vendidos às empresas (OLIVERI, 2013).

De acordo com Oliveira (2013), em 2013, Minas Gerais tinha 120 cooperativas cadastradas e apenas 69 participando efetivamente do incentivo. De acordo com o sítio da SEMAD (2013), em 2012 e 2013, foram repassados R\$ 4,2 milhões ao programa. Em 2014, a perspectiva era de aproximadamente R\$ 4 milhões. Nesse ano, eram 77 organizações com um total de 1.453 catadores beneficiados.

O evento político que aconteceu em Belo Horizonte, conforme relatei anteriormente, foi um encontro de catadores associados e, de fato, fiquei admirada com a quantidade de pessoas que têm tirado do lixo sua sobrevivência, porém a postura dos associados da APARES me surpreendeu.

Enquanto eu, o sr. Geraldo e uma das catadoras, que naquela época estava distante da Associação, assistíamos atentamente à explanação do deputado e à apresentação do CMRR, os demais ficaram do lado de fora do prédio, deitados na grama. Talvez por desinteresse sobre aquilo que estava sendo tratado ou mesmo por não considerar que tais posicionamentos políticos pudessem interferir no seu fazer no dia a dia da Associação. No evento, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) foi agraciada com adereços de Natal totalmente produzidos com materiais recicláveis. Para finalizar, houve o hasteamento das bandeiras do Brasil, de Minas Gerais e de Belo Horizonte, seguido do almoço para todos os participantes.

Preocupou-me a pouca participação dos associados e a ausência de alguns, como Júlio, que demonstra engajamento político. Cristina e Dona Maria não compareceram com justificativa plausível. Mais uma vez, relaciono com uma forma de desilusão ou falta de esperança em relação à contribuição de tudo isso para a vida real, para o cotidiano deles.

A gestão de resíduos sólidos é uma atribuição do município, porém há uma necessidade de a União e os Estados estarem em comunhão, compartilhando e agindo em prol da sociedade de uma forma geral, principalmente dos menos favorecidos. Porém, apesar de reconhecer a importância da política e do poder público para a melhoria de vida e das condições dos catadores, como o apoio sobre a inclusão social e produtiva oferecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), assim como a contribuição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada em 2010 (Lei nº 12.305), que prevê a inclusão dos catadores nos programas de coleta seletiva, algo me frustrou muito naquele evento.

Havia ali, nitidamente, um jogo de interesses que envolve a questão ambiental, que tem sido usada como forma de manipulação dos menos esclarecidos. Como exemplo, podemos citar a luta do deputado pelo fim da incineração de resíduos, como uma luta pelo fim da concorrência que esse processo gera com os catadores. Contudo, o fim da incineração envolve outras razões no campo legislativo, econômico, social e, sobretudo, ambiental que ali não foram expostas.



Imagem 10: Severino orgulhoso do seu uniforme no evento em Belo Horizonte. (Fonte: arquivo pessoal da autora)

Por outro lado, foi uma sensação inexplicável e indescritível estar em meio a tantas pessoas envolvidas no processo da reciclagem: cooperativas e associações espalhadas por todo o estado, que lutam pelo reconhecimento social. Gostaria de saber se esses sujeitos possuem consciência da sua importância perante as questões ambientais atreladas à destinação dos resíduos. Acho que esse é o primeiro passo para a valorização da profissão, os próprios catadores tomarem consciência da sua importância na sociedade contemporânea

Olhando para a estruturação da APARES, questiono-me se essa Associação, assim como tantas outras, seria capaz de atender a todas as normatizações e exigências do CMRR. Embora o sr. Geraldo tenha a responsabilidade pela contabilidade geral do local, aparentemente, ele não possui voz ativa e não realiza tal procedimento. Só ajuda nas questões mais burocráticas e de regularidade da Associação. Quando Cristina exige o computador, talvez essa fosse sua intenção, tentar adequar a Associação aos padrões exigidos para que todos pudessem lucrar, já que a primeira dificuldade começa na organização dos dados e na venda adequada do material. Mesmo com essa possibilidade de um rendimento a mais, Dona Sebastiana, que tem suas raízes na reciclagem, defende que não há vantagens para o catador autônomo se associar. Para ela, o catador associado precisa respeitar horários e se adequar a uma série de regulamentações. Ao contar sua história, comenta que, quando trabalhava como autônoma, só coletava e separava em meio expediente, no meio do dia já estava liberada para outros afazeres. Na Associação, passou a ficar o dia todo por conta do trabalho. Além de ter que dividir os ganhos com outros associados, o que diminui a renda. Portanto, para ela, não é vantajoso ser catador associado.

O que me inquieta nessa luta é considerar como aquele grupo de pessoas poderia conviver como Associação e em harmonia sem que o sistema ou o poder público imponha uma organização e assuma o gerenciamento do depósito. Conforme disse Dona Sebastiana, isso não é interessante para os associados, porque há um “boicote” na administração, como já aconteceu em outros momentos da história da APARES. Os catadores receberiam um valor fixo, uma espécie de salário e, se houvesse algum lucro, a Prefeitura seria a beneficiada. Isso não é interessante para eles.

É claramente notável que há um jogo de interesses, em que uma política externa ao depósito tenta pressioná-los pela regulamentação, enquanto outra política interna não os convence da possibilidade e necessidade de adequação. Talvez falte um ajustamento, uma demonstração de que essa adequação possa vir de baixo para cima, e não de uma imposição do sistema, da política feita de cima *para* os de baixo, mas de uma política feita *com* eles, *junto* com eles e *para* eles, respeitando suas realidades, singularidades e limitações.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu-nos compreender o termo reciclagem a partir de três eixos principais: educação, meio ambiente e sociedade. Em educação, traçamos um paralelo de como a reciclagem aparece na educação escolar, principalmente nos projetos que a tem como norteadora do processo. Em relação ao meio ambiente, é consensual que a reciclagem ou a prática desta está quase que completamente atrelada à ideia de Desenvolvimento Sustentável ou sustentabilidade. E, por fim, no que concerne à sociedade, observamos que, à margem dos avanços legais, a reciclagem continua sendo norteada por interesses políticos e econômicos no cumprimento de metas estabelecidas internacionalmente.

Contudo, é nítido que, por mais que queiramos segregar, os projetos de reciclagem estão diretamente vinculados à ideia de sustentabilidade como um dos processos possíveis e indispensáveis para tal. No final de tudo, o Desenvolvimento Sustentável é sempre o objetivo maior. Em meio às disputas de fórum social, político e econômico, destacamos neste trabalho o sujeito que esse sistema qualifica como catador. As condições de vida e de trabalho desse sujeito não condizem com o discurso bonito e aprazível de sustentabilidade, que é veiculado cotidianamente pela mídia e pelos representantes de Estado.

De acordo com o Dicionário Aurélio Online, a palavra sustentável significa: “o que se pode sustentar; o que se pode defender; o que tem condições para se manter ou conservar”. Nesse contexto, podemos contrapor o sentido que a palavra sustentável assume a partir de duas perspectivas envolvidas no processo da reciclagem: i) a perspectiva de uma classe que tende a impor uma forma de pensar e agir para manter seus padrões de consumo e de vida; ii) e a perspectiva daqueles que tiram da reciclagem o mínimo para a sobrevivência. Assim, para aqueles que detêm o poder dominante e opressor, na intenção única de mantê-lo, assim como para uma boa parcela da sociedade, a reciclagem é pronunciada, divulgada, reafirmada e entendida como sustentável no sentido dissimulado de conservação e defesa do meio ambiente. Por outro lado, na concepção daqueles que dela sobrevivem, a sustentabilidade assume o sentido único e exclusivo de sustento, de manter-se vivo.

Apesar de todas as leis e normatizações assumidas na tentativa de minimizar as contradições existentes entre a vida miserável dos catadores e o lucro imensurável proporcionado pela reciclagem, este trabalho nos mostra que os lugares e os discursos ainda são bem distintos no que diz respeito à sustentabilidade. A lógica dessa situação é um grande

paradoxo. Um paradoxo sórdido que tenta de todas as formas ocultar e camuflar suas verdadeiras intenções.

Em uma perspectiva mais ingênua, o catador, e até mesmo uma pequena parcela da sociedade, pode acreditar que o reconhecimento profissional, a organização em cooperativas e associações, por meio da Economia Solidária, e o interesse político-econômico possam lhe trazer a dignidade e a garantia dos direitos trabalhistas. Porém, no contexto investigado, não foi possível perceber nas ações do poder público nenhum propósito de empoderamento e emancipação desses sujeitos que os estimulem a sair da condição de oprimido.

Temos uma sociedade influenciável e hipócrita, na qual me incluo, decorrente de um processo educacional fraco e acrítico que é incapaz de induzir a questionamentos sobre a “ordem” preestabelecida. Discursamos e pregamos em prol da sustentabilidade, exaltamos a reciclagem, mas não somos capazes de sequer assumir a responsabilidade pela separação do lixo gerado em nossas residências. Nossas ações nesse sentido não ultrapassam o limite do orgânico e não orgânico. Não sabemos ao menos o que é comumente reciclável. Nos sentimos satisfeitos por colocar nossas “sacolinhas” do lado de fora de nossas casas e vê-las desaparecer do nosso mundo próximo, como em um passe de mágica.

Mesmo após esse tempo compartilhando da separação de materiais, plástico duro e plástico comum, papel branco e papel misto, ainda tenho dificuldades. O resíduo de embalagens da Tetra Pak, por exemplo, de papelão. Tetra Pak é vendido como misto, e papelão, como papelão. E muitos outros materiais ainda me suscitam dúvidas quanto à separação e destinação deles.

A partir deste estudo e de tudo que vivenciei junto aos catadores da APARES, pude redirecionar meu olhar de pesquisadora, de analista ambiental e de professora. Se, por um lado, a partir das leis e normatizações atuais, consigo ser otimista, acreditando no fortalecimento social, político e econômico dos catadores e no rompimento com a discriminação, por outro, não diria pessimista, mas com uma visão mais cética, não consigo presumir uma mudança significativa na condição de vida e de trabalho desses sujeitos.

Os discursos da sociedade ainda resguardam muitos preconceitos, de diversos níveis e categorias, existentes em torno da profissão de catador. À margem da legalidade de sua atuação, o catador ainda é visto como um pobre coitado, maltrapilho e indigente que vive dos restos da sociedade à qual ele não pertence. Temos sempre a tendência de olhar para esses sujeitos com as lentes do assistencialismo e da piedade. Situação claramente refletida na fala de Kátia, irmã de Flávia, quando se refere à credibilidade desta perante a advogada de defesa do filho na prisão. As indústrias sempre preferem negociar seus resíduos diretamente com empresas recicladoras,

evitando problemas com o transporte e com coleta aperiódica dos resíduos pelos catadores, eliminando-os do processo de reciclagem. O discurso central que atravessa essa atitude nem sempre é amparado em questões legais ou pelo volume de material, mas pelo fato de o catador estacionar na porta do empreendimento, geralmente trazendo um ou mais cães, mais de uma vez por semana, antes mesmo de iniciar o horário comercial, causando mal-estar na vizinhança e indisposição com o empresário por sua permanência no local.

A valorização e o fortalecimento do catador são ameaçados ainda pela necessária desmitificação da reciclagem. É inadiável iniciar uma discussão sobre superação da neutralidade científica em torno da reciclagem como salvadora da humanidade. Muito distante de apenas ser um benefício ambiental, que tende a nos salvar do problemas acarretados pela enorme geração de resíduos sólidos, a reciclagem emerge como solução forjada por trás de três problemas centrais: a necessidade irrefutável de rever os padrões de produção, principalmente no que consiste ao descarte e à obsolescência programada; a inclusão de indivíduos marginalizados e excluídos da sociedade, que encontra na reciclagem um campo de trabalho para os “menos favorecidos”; e, ainda, a necessidade de redução do consumo, algo quase que utópico no seio de uma sociedade que tem o capitalismo como mola propulsora. Essa crença tem contribuído para a manutenção de um consumo exacerbado, conduzindo a vida moderna a um ritmo desmedido. Por outro lado, uma ação efetiva na redução do consumo tende a condenar o processo de reciclagem, o que eliminaria ou diminuiria drasticamente o mercado de trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Conhecer os catadores no âmbito do seu trabalho, dentro de um depósito de reciclagem, possibilitou-me rever uma série de apontamentos que perpassam todo o processo de reciclagem, inclusive na forma como eu olhava para esses sujeitos. Antes desta pesquisa, via o catador como mais um sujeito de uma categoria de pessoas desprovidas de vontades, carentes de necessidades e sem voz. Uma idealização construída pela sociedade que obscurece a visão e nos remete à condição de provedores daquilo que falta aos outros. Aos poucos, essa maneira de enxergar aqueles sujeitos foi sendo modificada, sendo substituída por uma postura mais crítica e reflexiva sobre as relações que se estabelecem entre a reciclagem e as condições de trabalho dos catadores. Foi preciso desconstruir e ressignificar teorias e ideias preconcebidas e ainda entender que as distintas realidades vivenciadas por eles e por mim vão muito além daquilo que se vê. Só é possível conhecer verdadeiramente o outro na plenitude da comunhão.

A identidade é algo muito forte e presente entre os sujeitos que convivi e talvez esse seja um caminho para mudanças, para afirmação e conquistas da profissão. Quando Severino, por exemplo, faz questão de ir a Belo Horizonte com a camisa da APARES e, durante alguns

momentos, passa e olha para sua camisa, percebo nele um orgulho de pertencimento àquele grupo. Severino se sente como parte de um lugar e se orgulha por ser membro da APARES, de ser catador. Quando Júlio diz que presta serviço ambiental e que sua profissão é importante para o meio ambiente, demonstra também, a nosso ver, que ele se reconhece enquanto catador e que reconhece também o papel que a sociedade a ele atribui, mesmo que em uma perspectiva ingênua.

Para Paulo Freire (2013), é essencial que o homem seja atuante na própria história, humanizando-se, lutando pela liberdade, pela superação da alienação e por sua afirmação. Enfatiza que os homens educam-se entre si mediatizados pelo mundo, conhecendo-o e transformando-o com seu trabalho. Diante disso, a partir das reflexões que este trabalho permitiu, pode-se dizer que a superação da condição de opressão à qual os catadores estão submetidos está condicionada à união dos sujeitos que, ao despertarem para a conscientização e a criticidade, poderão romper com a opressão e com a submissão. Nesse caso, entendemos que, a partir da articulação social, é possível que um sujeito tome consciência do seu papel enquanto cidadão e da sua importância perante o mundo. A predominância de uma consciência ingênua é imobilizante e não abre possibilidades para novas conquistas, tampouco para a ampliação dos horizontes possíveis.

Apesar de não termos conduzido o trabalho pelo viés específico da educação, podemos perceber a maneira sutil como ela atravessa a vida do catador. O conhecimento também é referendado por aqueles sujeitos como uma forma de empoderamento. Processos educacionais, sejam eles formais ou informais, atravessam suas falas e suas vivências. A explicação da atração da roda pelo ímã para distinguir se o material é de ferro ou não, dada por Dona Maria, encheria de orgulho qualquer professor de física. Porém, tendo estudado apenas até o terceiro ano primário, Dona Maria não adquiriu esse conhecimento na escola. Mas, mesmo assim, sente orgulho em repassá-lo aos outros.

As relações de poder que a educação institui também estão presentes nos discursos na forma como esses sujeitos se organizam. Embora, por hereditariedade e pela ordem dos mais velhos e experientes, Dona Sebastiana pudesse assumir por direito a presidência da APARES, não o fez por não ser alfabetizada, passando o direito para Flávia, por possuir mais estudo. Também chama a atenção o fato de Júlio me questionar, enquanto professora, sobre a arrogância de alguns colegas por serem detentores do conhecimento, da verdade.

À margem de tudo isso, a educação escolar, no que diz respeito à EA, continua descomprometida com a dimensão social da reciclagem, atendo-se, quase que exclusivamente, à questão periférica da separação do lixo. A escola continua reproduzindo um sistema de

desigualdades que intensifica a individualidade e o egocentrismo. É por isso que aspiramos por outro modelo de educação, que seja capaz de incluir e, ao mesmo tempo, aumentar a capacidade de alteridade dos indivíduos. Uma educação que leve ao comprometimento com o outro, independentemente das diferenças em suas condições de vida e de trabalho, que possa disseminar o respeito pela convivência em sociedade, que desperte, por meio do diálogo, o entendimento para as reais necessidades nossas e dos outros.

Sendo a reciclagem um processo técnico, resultante do desenvolvimento técnico científico, defendemos também uma educação alicerçada nos pressupostos CTS, na criticidade, na preparação de sujeitos aptos a discernir sobre o verdadeiro papel da ciência e da tecnologia em nossas vidas, uma educação que nos auxilie a refletir sobre a real necessidade de consumo. Acreditamos na inadiável necessidade de uma educação que nos conduza a repensar nossos estilos de vida, que apresente outras possibilidades e torne a existência humana menos dependente do consumo, da padronização, menos determinada pelo ter e mais pilarizada no ser.

Somente em contato e em diálogo com os catadores da APARES é que foi possível perceber e contextualizar o tema da reciclagem, pronunciado em/por todo mundo, que agrega questões relativas à sociedade, à ciência, à educação, à economia, à política e, é claro, ao meio ambiente, pelo viés também da condição humana. Não faz sentido concentrar as ações de reciclagem apenas no processo de separação de resíduos sem discutir outras questões pertinentes ao tema, com a perspectiva de alienação e adestramento pelo consumo. Há questões mais amplas e importantes envolvendo os catadores e suas ações na coleta, na separação adequada, na prensagem e na busca por empresas recicladoras. Sem uma reflexão mais ampla, de nada adiantará o esforço da sociedade, que só contribui para a manutenção do estado posto.

Enquanto docente, após a experiência aqui descrita, compartilho com mais afinco a perspectiva de Paulo Freire (1967) de que a educação precisa permitir ao homem discutir sobre sua problemática, sobre sua vida de forma a contribuir para sua conscientização sobre os perigos do seu tempo e, assim, despertá-lo para a luta, ao invés de deixá-lo ser conduzido pela imobilização, seguindo as orientações de outros.

A proposta de desenvolver um trabalho com catadores foi algo que surgiu a partir da minha própria construção enquanto sujeito e educadora e que despertou um incrível interesse por trazer à tona uma contradição de ideias e percepções sobre a importância da reciclagem “na” e “para” a vida dessas pessoas que dela sobrevivem, mas que não colhem os mesmos lucros do valor a ela atribuído. A questão da reciclagem me incomodou e incomoda desde o início da minha formação até a atuação profissional que hoje tenho como estudante, professora, analista e pesquisadora. No início desta pesquisa, condenava a forma como a reciclagem era

tratada pela sociedade capitalista, incomodava-me com as contradições percebidas, abominava a ideia de reciclar “lixo” por estar inconformada com as precárias condições de trabalho dos catadores, que os meus olhos, até então, revelavam.

Hoje, com as lentes desses outros sujeitos, compreendo e reconheço a importância da reciclagem para a sociedade e para o planeta, embora ainda me incomode a credibilidade que o poder público, a iniciativa privada e, acima de tudo, a sociedade concedem a ela sob o júbilo da sustentabilidade. Ainda me incomodam os interesses envolvidos nesse processo e os moldes como estão sendo desenvolvidos. Este trabalho me fez (re)significar a maneira de conceber a reciclagem, mas ainda considero que é preciso tornar esse processo mais humano e menos permeado por interesses outros. A experiência que vivenciei com os catadores acalmou algumas de minhas inquietações em relação à reciclagem e me conduziu à compreensão de que esta precisa se tornar uma atividade econômica que proporcione a esses sujeitos um mínimo de dignidade e que não seja apenas reconhecida como atividade econômica altamente lucrativa por aqueles que se encontram no topo da cadeia. Ou seja, estamos falando mais uma vez de redistribuição de renda, de igualdade, de compromisso com o próximo.

Conviver com essas pessoas me fez dar outro sentido ao vê-los andar pelas ruas, ao perambular pelas esquinas sentindo o frio da chuva escorrendo pelo corpo e o suor que sai pelos poros da pele, à sujeira que entranha pelas mãos. Conviver com eles me fez refletir sobre a importância da solidariedade, a fraternidade, a igualdade, a justiça, o respeito, a humildade, a cooperação e, acima de tudo, sobre a alteridade. Valores esses tão escassos em nossa sociedade atual.

Como educadora, não posso deixar de refletir a respeito do papel da escola e da educação no contexto das questões socioambientais que envolvem a reciclagem e os catadores. Entendo que não só a escola, mas também os espaços educativos de uma forma geral têm condições de potencializar essas discussões a fim de que possamos superar as diferenças no sentido da conquista de uma sociedade mais igualitária e mais digna, em que o bem-estar seja primordialmente um direito de todos.

8 REFERÊNCIAS

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2011**. São Paulo: ABRELPE, 2013. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2011.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2015.

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2013**. São Paulo: ABRELPE, 2013. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2013.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2015.

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2014**. São Paulo: ABRELPE, 2014. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

ANDRADE, R.B.; CASSALATE, M. S. Lixo como fonte de renda e sobrevivência. In: **IX Congresso de Iniciação Científica**, 2010, Ourinhos. IX Congresso de Iniciação Científica, 2010.

ANGOTTI, J.A.P.; AUTH, M.A. Ciência e Tecnologia: Implicações sociais e o papel da educação. **Ciência & Educação**, v.7, n.1, p. 15-27, 2001.

AQUINO, I. F.; CASTILHO JUNIOR, A. B.; PIRES, T. S. L. A organização em rede dos catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva reversa de pós-consumo da região da grande Florianópolis: uma alternativa de agregação de valor. **Gestão e Produção**, v. 16, n. 1, p. 15-24, 2009.

ARAÚJO, M. F. F. de; PEDROSA, M. A. Desenvolvimento Sustentável e Concepções de Professores de Biologia em Formação Inicial. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 16, n. 02, p. 71-83, 2014.

AULER, D. Enfoque ciência-tecnologia-sociedade: pressupostos para o contexto brasileiro. **Ciência & Ensino**, Piracicaba, vol. 1, número especial, 20p. nov. 2007.

BAEDER, A. M. **Educação Ambiental e Mobilização Social**: Formação de Catadores na Grande São Paulo. 2009. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: FEUSP, 2009.

BAZZO, W. A. **Ciência, tecnologia e sociedade**: o contexto da educação tecnológica. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

BAZZO, W. A.; COLOMBO, C. R. Educação tecnológica contextualizada: ferramenta essencial para o desenvolvimento social brasileiro. **Revista de Ensino de Engenharia**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 9–16, 2001.

BESEN, G. R. Sustentabilidade dos Programas de Coleta Seletiva com Inclusão Social: Avanços, Desafios e Indicadores. In: IV Encontro Nacional da Anppas. IV, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília.

_____. **Coleta seletiva com inclusão de catadores:** construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. São Paulo, 2011. 275p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

BOSI, A. de P. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 23. nº 67, 2008.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. São Paulo: UNICAMP, 1998.

BRASIL. Lei nº 6.938 De 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 7 de março de 2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 237/1997**. Dispõe sobre o licenciamento ambiental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 de dezembro de 1997, Seção 1, páginas 30841-30843.

_____. Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. **Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos**. 15°. Rio de Janeiro, 2001. 200p.

_____. **Educação na diversidade:** o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental. TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. R. (orgs.). Brasília: SECAD, 2007. 262 p. Coleção Educação para Todos, Série Avaliação n. 6, v. 23.

_____. **Lei nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm> Acesso em: 20 de junho de 2013.

_____. **Os Diferentes Matizes da Educação Ambiental no Brasil - 1997–2007**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Inventário brasileiro de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://pagina22.com.br/wp-content/uploads/2009/11/inventario1.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2015.

_____. **Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 5 de julho de 2014.

- BRAZ, R. de F. dos S., et al. Estudos sobre os aspectos socioeconômicos dos catadores de resíduos recicláveis organizados em cooperativas na cidade de Natal-RN. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande**, Ed. Especial Impressa – Dossiê Educação Ambiental, 2014.
- BRUGGER, P. **Educação ou Adestramento Ambiental?** 2ª Ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- CALDERONI, S. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 2003.
- CAMPOS, L. M. S.; et al. A reciclagem como empreendedorismo: fonte de transformação socioeconômica e ambiental. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 3, n. 1, p. 3-15, 2009.
- CARLETTO, M.R; PINHEIRO, N.A.M. Subsídios para uma prática pedagógica transformadora: contribuições do enfoque CTS. **IENCI**, v. 15, nº 3, p. 507-525, 2010.
- CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- CAPRA, F. **A Teia da Vida**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.
- CASTILHOS JUNIOR, A. B., et al. Catadores de materiais recicláveis: análise das condições de trabalho e infraestrutura operacional no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 11, p. 29-37, 2013.
- CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem. **O sucateiro e a coleta seletiva**. São Paulo: Cempre, 2005, 32 p. Série Reciclagem & Negócios – Mercado de Sucatas.
- CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem. Ciclosoft, 2014 – **Radiografando a Coleta Seletiva**. Disponível em: <<http://cempre.org.br/ciclosoft/id/2>>. Acesso em: 20 de maio de 2015.
- COMETTI, J. L. S.; ALVES, I. T. G. Responsabilização Pós-consumo e Logística Reversa: O Caso das Embalagens de Agrotóxicos no Brasil. **Sustentabilidade em Debate**, v. 1, n. 1, 12p., 2010.
- CORDIER S. et al. **Risk of congenital anomalies in the vicinity of municipal solid waste incinerators**. *Occup Environ Med*. 2004; 61(1):8-15.
- COSENZA, A. et al. Saneamento Básico e enfoque CTS no contexto escolar. In: Encontro Nacional de Ensino de Biologia, III, 2010, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010, 10 p.
- DAMIANO TEIXEIRA, K. M. Trabalho e perspectivas na percepção de catadores de materiais recicláveis. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, nº 1, p. 98-105, 2015.

DEMAJOROVIC, J.; LIMA, M. **Cadeia de Reciclagem: um olhar para os catadores**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

DEMAJOROVIC, J.; BESEN, G. R. Gestão compartilhada de resíduos sólidos: avanços e desafios para a sustentabilidade. In: XXXI ENANPAD, Rio de Janeiro, 2007. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

DUMKE, J. L.; RATTO, C. G. Juventudes, trabalho e modos de cooperação: por uma ética da hospitalidade. **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 30, n. 1, p. 335 – 354, 2013.

EIGENHEER, E. M.; FERREIRA, J. A.; ADLER, R. R. **Reciclagem: mito e realidade**. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2005.

FABRI, F.; SILVEIRA, R. M. C. F. O Ensino de Ciências nos anos iniciais do ensino fundamental sob a ótica CTS: uma proposta de trabalho diante dos artefatos tecnológicos que norteiam o cotidiano dos alunos. **Investigações em Ensino de Ciências**, V. 18, nº 1, pp. 77-105, 2013.

FARIAS, C. R. O. E FREITAS, D. Educação Ambiental e relações CTS: uma perspectiva integradora. **Ciência & Ensino**, v.1, especial, 2007.

FARIAS FILHO, M. C.; SANTOS, A. J. C. A análise da rede de catadores de materiais recicláveis: limites e possibilidades da reciclagem como negócio. **Revista FACEF PESQUISA**, Franca, v.14, n.2, p. 170-181, maio/jun./jul./ago. 2011.

FELIX, R. A. Z. Utilização de Materiais Alternativos na Germinação de Sementes. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 25, 2010.

FIGUEIREDO, F. F. O desenvolvimento da indústria da reciclagem dos materiais no Brasil: motivação econômica ou benefício ambiental conseguido com a atividade? **Scripta Nova - Revista Electrónica sobre Geografía y Ciencias Sociales**, volume 16, número 387, janeiro 2012.

_____. **O Ambientalismo Econômico na Indústria da Reciclagem dos Materiais no Brasil**. In: Encontros de Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental. Natal, RN: DPP/CCHLA, 2013, 11p.

FILHO, E. R.; BERTÉ, R. **O reverso da logística e as questões ambientais no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2009.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick). Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

FLÔR, C. C; CASSIANI, S. O que dizem os estudos da linguagem na educação científica? **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. São Paulo, v.11, n.2, p. 67-8, 2011.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001.

FREIRE, P. **Educação como prática para liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 54ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, nº 82, 2013.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

GONÇALVES, F. J. F. **Ações educativas participativas para os atores da reciclagem**: Uma Abordagem CTS. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, nº 6, p. 1503-1510, 2012.

GUANABARA, R., GAMA, T.; EIGENHEER, E. M. Os Resíduos Sólidos como tema Gerador: Da Pedagogia dos Três R's ao Risco Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, 2008.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: DEA/MMA, 2004, p. 25-34.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2008**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

_____. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**: 2008. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

_____. **Atlas do Saneamento 2011**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/atlas_saneamento/default_zip.shtm>. Acesso em: 20 de abril de 2015.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**: Brasil, 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 350p.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Diagnóstico dos Resíduos**

Sólidos Urbanos – Relatório de Pesquisa. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/121009_relatorio_residuos_solidos_urbanos.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2015.

_____. **Relatório de Pesquisa** – Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1515.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2015.

JACOBI, P. Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: CEPAM (Org.). **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. Ed. especial. São Paulo, 400 p., 1999.

_____. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**. [online]. 2003, n.118, pp.189-206.

_____. (Org.). **Gestão Compartilhada de Resíduos Sólidos no Brasil** – inovação com inclusão social. São Paulo: Annablume, 2006.

_____; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 25, nº 71, 2011.

KUHNEN, A. **Reciclando o cotidiano**: representações sociais do lixo. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

LAROSSA BONDÍA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 19, p. 20-28, 2002.

LATINI, R.M., SOUZA, A. de C.; Ensino de Química e Ambiente: as articulações Presentes na Revista Química Nova na Escola (QNEsc). **Investigações em Ensino de Ciências** – V16(1), pp. 143-159, 2011.

LAYRARGUES, P. P. **Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO?** Proposta, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997.

_____. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p. 179-220.

_____. O Discurso da Sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**. Campinas. v. 06, n.2, p.100-119, 2003.

_____. Muito Além da Natureza: Educação Ambiental e Reprodução Social. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.C. de (Orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006, p.72-103.

LEAL, A. C.; GONÇALVES, M. A.; JUNIOR, A. T. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n.19, p.177-190, 2002.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2001. 343p

LIMA, G. F. da C. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. **Ambiente & Sociedade**, NEPAM/UNICAMP, Campinas, ano II, nº 5, 135-153, 1999.

_____. Educação, Emancipação e Sustentabilidade: Em Defesa de uma Pedagogia Libertadora para a Educação Ambiental. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: DEA/MMA, 2004, p. 85-111.

_____. Muito Além da Natureza: Educação Ambiental e Reprodução Social. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.C. de (Orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006, p.72-103.

LINSINGEN, I.V. O enfoque CTS e a educação tecnológica: Origens, razões e convergências curriculares. In: **XXXI Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia**, XXXI COBENGE, Rio de Janeiro, RJ: IME, 2003.

LISBOA, C. P. et al. Trajetórias e Tomadas de Posição no Campo Ambiental: práticas sociais para reciclagem. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 34, núm., pp. 95-1163, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: DEA/MMA, 2004a, p. 65-84.

_____. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004b.

_____. Complexidade e Dialética: Contribuições à Práxis Política e Emancipatória em Educação Ambiental. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 26, n. 93, p. 1473-1494, 2005.

_____. Crítica ao fetiche da individualidade e aos dualismos na educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org.). **Educação ambiental, gestão pública, movimentos sociais e formação humana: uma abordagem emancipatória**. São Carlos: RIMA, 2009.

_____. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 128p.

_____; LIMA, M. J. G. S. De. A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 7, n. 14, p. 289-303, 2012.

MAGNI, A. A. C.; GUNTHER, W. M. R. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.23, n.1, p.146-156, 2014.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Reflexões sobre a etnografia crítica e suas implicações para a pesquisa em educação. **Educação e Realidade**, v. 36, n. 2, p. 337- 345, maio/ago. 2011.

MANZINI, R. C. da R. et al. Abordagem dos conceitos de redução, reutilização e reciclagem de resíduos com crianças de 5 anos em um CEMEI no município de São Carlos (SP). **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 31, n.1, p. 189-208, 2014.

MEDEIROS, L. F. R. de; MACEDO, K. B. Catador de Material Reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**, v.18, p. 62-71, maio/ago. 2006.

MINAS GERAIS. **Lei 19.823 de 2011**. Dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a catadores de materiais recicláveis - bolsa reciclagem. Minas Gerais, Belo Horizonte.

MISSIO, F. J.; ALVES, F. F.; VIEIRA, R. Economia popular solidária e precarização das relações de trabalho. **Análise – Revista de Administração da PUCRS**, Porto Alegre, v. 18, nº 2, p. 5-22, 2007.

MIURA, P. O.; SAWAIA, B. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, nº 2, p. 331-341, 2013.

MOISES, P. M. **O trabalho na economia solidária**: estudo de caso sobre a rotatividade em uma associação de reciclagem. 163 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

MNRC – Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis. **O que é o movimento**. 2008. Disponível em: < <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/nossa-historia>>. Acesso em: 4 de maio de 2014.

NEVES, E. B., et al. Práticas de Educação Ambiental: Breve Diagnóstico em Organizações Militares Do Exército Brasileiro. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 18, n. 1, p. 173-186, 2012.

ONOCKO-CAMPOS R; FURTADO J. P. Narrativas: utilização na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, 2008; v. 42, nº, 6, p. 1090-6

PEREIRA, M. C. G.; TEIXEIRA, M. A. C. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, art. 10, p. 895-913, 2011.

PINHEIRO, L. R., et al. Sujeitos, políticas e educação ambiental na gestão de resíduos sólidos. **Revista Educ. Real**. [online], vol.39, n.2, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 182.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: DEA/MMA, 2004, p. 113-140.

RAMSEY, J. The science education reform movement: implications for social responsibility. **Science Education**, v. 77, n. 2, p. 235-258, 1993.

RAZZONILI FILHO, E.; BERTE, R. **O reverso da logística e as questões ambientais no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2009.

RIBEIRO, D.V.; MORELLI, M.R. **Resíduos Sólidos**: problema ou oportunidade? 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2009. 158 p.

RODRIGUES, A. C. **A Construção Interdisciplinar da Educação Ambiental**: Um Estudo de Caso de Saberes Docentes em uma Escola Municipal de Juiz de Fora (MG). 2004. 188f. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2004.

_____. **Educação Ambiental e o Fazer Interdisciplinar na Escola**. Araraquara: Junqueira&Marim, 2008.

_____; PINTO, V. P. dos S. **Conflitos Ambientais e Relações CTSA em Juiz de Fora, MG**: Saberes dos que deles participam. In: Encontro Nacional de Pesquisa em educação em ciência. Florianópolis: 2009.

ROMANSINI, S. R. M. **O catador de resíduos sólidos recicláveis no contexto da sociedade moderna**. 2005. 90 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2005.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAITO, C. H. Desafios para a Educação Ambiental: viabilizar a participação individual e coletiva permanente baseada nos princípios da democracia e justiça social. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande-RS, v. especial, p. R-34-R-48, 2001.

SANTOS, W. P. Contextualização no Ensino de Ciências por meio de Temas CTS em uma Perspectiva Crítica. **Ciência & Ensino**, vol. 1, n. especial, p. 1-12, 2007a.

_____. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. 474-492, set/dez. 2007b.

_____; MORTIMER, E. F. Tomada de decisão para ação social responsável no ensino de ciências. **Ciência & Educação**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 01-18, 2001.

SIQUEIRA, M. M.; MORAES, M. S. de. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, nº 6, p. 2115-2122, 2009.

SOARES, M. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**. n. 0. set/out/nov/dez,1995, p. 5-16.

_____; BATISTA, A. A. G. **Alfabetização e letramento**: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005, Coleção Alfabetização e Letramento).

TEIXEIRA, P. M. M.. A educação científica sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica e do movimento C.T.S. no ensino de ciências. **Ciência e Educação**. 2003, vol.9, n.2, pp.177-190.

TODESCO, C.; FIGUEIREDO, F. F. **As contradições socioambientais da indústria da reciclagem dos materiais no Brasil**. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú/MG, 2014.

VIOLA, E. O regime internacional de mudança Climática e o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 17, n. 50, outubro de 2002.